

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

VALDEIR DE OLIVEIRA PRESTES

**A CADEIA LEITEIRA NO ESTADO DO PARANÁ:
UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ESTADUAIS PRATICADAS APÓS 1990
EM COTEJAMENTO COM AS CADEIAS GLOBAIS DE VALOR (CGVs)**

LARANJEIRAS DO SUL

2021

VALDEIR DE OLIVEIRA PRESTES

**A CADEIA LEITEIRA NO ESTADO DO PARANÁ:
UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ESTADUAIS PRATICADAS APÓS 1990
EM COTEJAMENTO COM AS CADEIAS GLOBAIS DE VALOR (CGVs)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Janete Stoffel

LARANJEIRAS DO SUL

2021

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Prestes, Valdeir de Oliveira

A CADEIA LEITEIRA NO ESTADO DO PARANÁ:: A CADEIA LEITEIRA NO ESTADO DO PARANÁ: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ESTADUAIS PRATICADAS APÓS 1990 EM COTEJAMENTO COM AS CADEIAS GLOBAIS DE VALOR (CGVs) / Valdeir de Oliveira Prestes. -- 2022.

133 f.

Orientadora: Dr^a Janete Stoffel

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas, Laranjeiras do Sul, PR, 2022.

I. Stoffel, Janete, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

VALDEIR DE OLIVEIRA PRESTES

**A CADEIA LEITEIRA NO ESTADO DO PARANÁ:
UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ESTADUAIS PRATICADAS APÓS 1990
EM COTEJAMENTO COM AS CADEIAS GLOBAIS DE VALOR (CGVs)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 25/02/2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Janete Stoffel – UFFS
Orientadora



Prof. Dr. Elemar do Nascimento Cezimbra – UFFS
Avaliador

Prof. Dr. Luis Claudio Krajevski – UFPR
Avaliador

Dedico a todas (os) incomodados (as) com as
injustiças diárias.

AGRADECIMENTOS

Já quero antecipar o pedido de perdão pela confusão, mas justifico que é um desafio escrever de forma dialética sendo materialista. Longe do mecanicismo e não idealismo sem ser dialético, pois se você separa a dialética do materialismo também é idealismo ao contrário.

Como resumir o universo em uma síntese? Não precisa responder! Para desvendar o mundo, você pode cair num discurso meramente generalizado. Às vezes, me vejo sozinho, emaranhado nas profundezas do meu pensamento.

Neste sentido, foi um encontro que teve um caráter emocional, ou seja, entender as minhas fragilidades nesse decorrer é, pois, entender as fragilidades de alguém que é pobre, homem negro e filho de pequeno trabalhador rural. Enfim, existem momentos em que parece estar tudo claro, mas aí, de volta cai na dificuldade do fácil. Por outro lado, está longe de ser simples.

Portanto, no fragmento desse trabalho, sucumbindo ao receio de esquecer pessoas importantes, optei por fazer um agradecimento genérico. Peço desculpas a quem se sentir injustificado. Mas, vamos lá, direto ao assunto.

Quero iniciar agradecendo à minha orientadora, Janete Stoffel, por aceitar o meu convite e por me conduzir, até eu chegar ao término deste trabalho. Sem sua paciência, ensinamento e respeito, quiçá, não chegaríamos à concretização dessa ideia. Também realço aqui que é uma pessoa que, além de ser uma grande profissional, demonstra como é ser mulher nesse campo científico. O ser que digo é num movimento em construção. Admiro-a! Uma grande mulher, tanto como pessoa quanto como economista. Muito obrigado de coração!

Agradeço aos meus pais, Ivete e Valdivino, pequenos agricultores, por toda humildade e alegria, origem dos valores que cultivo em mim. Aos meus irmãos, Vagner e Vladimir, por todo o zelo e dedicação que despenderam comigo e pelos ensinamentos para a construção ética e moral do meu sujeito inacabado.

Aos meus amigos e às minhas amigas deixo humildes e sinceras palavras escritas, com sentimentos de gratidão em tê-los e tê-las como parte da construção do meu conhecimento, presentes em todos os momentos da minha vida diária. Especialmente ao Anderson Chimiloski, Hevelin Borghesi, Heitor Flores Lizarelli, Rodrigo Taliani, Rafaela Suzana Matins, Felipe Zanato, Marlon Federessis, Marcos Paulo Grosseli Galvão, Joilson Grosselli Galvão, Bruno Borgato e Deonildo Denez. Suponho que, sem o vínculo afetivo de amigos, não seríamos nada nessa relação social.

No tocante aos anos que estive coabitando na UFFS, existiu (existe) uma vasta gama de professores e professoras que foram – são – tão primordiais e essenciais para minha formação profissional e para os desafios encarados na caminhada da revolução da vida quanto os técnicos que compõem a casa. Estes, assim, despertaram, no decorrer, cada vez mais a minha paixão movedora, que é a ciência e a pesquisa. Infelizmente, depois do golpe político-institucional (2016), a ciência e a pesquisa vêm enfrentando dias sombrios e desmoronamento total, que vemos atravessar em nossa face e, conseqüentemente, resistir e desvendar a múltipla dimensão em multifaces desses problemas existentes é a nossa força matriz.

Por ora, deixo aqui uma dedicação à minha amiga e professora Marisela García Hernández, que despertou interesse sobre o breve tema desse trabalho. Ao Mariano Luis Sánchez, pelas vastas conversas de muita reflexão, sempre me alertando para não desligar a economia da política. Tem meu grande respeito, professor! Ao Luis Claudio Krajevski, um grande historiador econômico — tinha medo, de início (risos) — que ajudou no meu primeiro trabalho científico para o evento Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER, além de acreditar firmemente no meu trabalho e potencial. É uma pessoa que guardarei no coração e na memória. Ao Professor Rafael S. que, apesar de nossas divergências político-ideológicas (risos), deixou registrado em minha consciência “acredite no seu pensar”.

Deixo meus agradecimentos ao meu amigo, professor Carlos J. Espindola, especialista no pensamento rangeliano e China. Agradeço pelo acolhimento na UFSC, durante as aulas das quais participei como aluno ouvinte no programa de Pós-graduação em Geografia (onde serei aluno a partir de 2022). Você me trouxe a proximidade da importância da filosofia no aprendizado e, às vezes, a forma mais radical de vermos o sistema em sua totalidade. Muito obrigado pela sua orientação e paciência, por acreditar e colocar “minhocas” adicionais em minha cabeça.

Também deixo meus agradecimentos, que friso de suma importância, à Instituição – UFFS, que, além de ser pública e de qualidade, é popular. Passei os anos cursando Ciências Econômicas, projetos, grupos de estudos e disciplinas com outras áreas do conhecimento como, por exemplo, Agronomia, LEDOC, Engenharia de Alimentos e Aquicultura. Ademais, vejo as Ciências Econômicas como uma ciência dedicada à fluidez da vida em sua complexidade. Esses anos foram de muitas lutas internas e externas de mais-valia para o meu Eu.

Deixo meus agradecimentos ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE, lugar em que estive trabalhando durante três (03) anos, e aos colegas deste trabalho: Alessandro, Raquel, Adison Túlio, Aline, Daniel e Megaron. Foram anos de muito aprendizado na dimensão teórica e prática, principalmente observando as potências, as mazelas e as desigualdades sociais que a região tem como desafios.

Em síntese, a felicidade resume esse processo da escrita, e esse processo, com rupturas e continuidades, resultou num vasto conhecimento colhido, transformando-se como único e imensurável para o pouco que sou hoje.

Muito obrigado, companheiros(as)!

Por que existem limites?
[...] por favor professor, me diga por que, sim
Por que existem limites?
Então, por favor, oh, por favor professor,
Diga-me por que, sim
Por que existem limites? [...]
(FKJ, 2017. Traduzido pelo autor).

RESUMO

O estudo ora apresentado propõe desvendar como as políticas públicas estaduais no Paraná têm influenciado as características da cadeia produtiva do leite. Portanto, o objetivo geral da pesquisa busca identificar e analisar as políticas públicas implementadas pelo governo do estado do Paraná, no período posterior à década de 1990, voltadas para a cadeia produtiva do leite. De modo específico, o estudo visa: a) abordar a relação entre a Divisão Internacional do Trabalho (DIT) e a consolidação das cadeias produtivas, com destaque para a cadeia leiteira no Estado do Paraná; b) identificar as políticas públicas adotadas pelo governo do estado do Paraná, após 1990, voltadas para a cadeia produtiva do leite e; c) analisar como essas políticas públicas influenciaram a evolução da cadeia produtiva leiteira no Estado do Paraná. Metodologicamente, predomina a pesquisa qualitativa. Para tanto, a metodologia utiliza o método exploratório, empírico-analítico, bem como a demonstração da limitação do método. Os resultados mostram a evolução da produção leiteira no estado do Paraná, que se constitui em um grande 'player' no mercado, posição promovida pela relação tecnológica, mas também pela coalizão liderada pelo estado, mediada pelas políticas públicas, de atores de diferentes níveis e em diferentes fases históricas. Alguns dos breves achados desta monografia foram que as políticas estaduais voltadas para a cadeia produtiva do leite estão associadas à dinâmica e evolução das agroindústrias contempladas nesta cadeia específica, além de favorecer algumas mesorregiões e produtores paranaenses, enquanto outros estão sendo marginalizados pelas próprias políticas institucionais, como pode ser visto no processo dos projetos de lei localizados.

Palavras-chave: Cadeia produtiva leiteira; Políticas públicas; Paraná.

RESUMEN

El estudio que aquí se presenta tiene como problema desentrañar las políticas públicas estatales en Paraná han influido en las características de la cadena productiva láctea. Por lo tanto, el objetivo general de la investigación busca identificar y analizar las políticas públicas implementadas por el gobierno del estado de Paraná, en el período posterior a la década de 1990, dirigidas a la cadena productiva láctea. Más específicamente, pretenden: a) abordar la relación entre la División Internacional del Trabajo (DIT) y la consolidación de cadenas productivas, con destaque para el sector lácteo en el Estado de Paraná; b) identificar las políticas públicas adoptadas por el gobierno del estado de Paraná, después de 1990, enfocadas en la cadena productiva láctea y; c) analizar cómo estas políticas públicas influyeron en la evolución de la cadena productiva láctea en el Estado de Paraná. Metodológicamente, predomina la investigación cualitativa. Por lo tanto, la metodología utilizó el método exploratorio, empírico-analítico, así como la demostración de la limitación del método. Los resultados muestran la evolución de la producción láctea en el estado de Paraná, que constituye un gran 'jugador' en el mercado, posición impulsada por la relación tecnológica, pero también por la coalición liderada por el estado a través de políticas públicas de actores de diferentes niveles. y en diferentes etapas históricas. Algunas de las reflexiones de los breves hallazgos de esta monografía fueron que las políticas estatales dirigidas a la cadena productiva láctea están asociadas a la dinámica y evolución de las agroindustrias contempladas en esta cadena específica, además de favorecer a algunos municipios y productores paranaenses, mientras que otros están siendo marginados por las propias políticas institucionales, como se podrá observar en el proceso de proyectos de ley localizados.

Palabras clave: Cadena productiva de lácteos; Políticas públicas; Paraná.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – Representação do empírico em diagrama dos ciclos da Divisão Internacional do Trabalho.....	31
Ilustração 2 – Representação da decomposição das atividades de produção das CGV's - 2019	34
Ilustração 3 – Representação do processo histórico das transformações da cadeia produtiva leiteira brasileira	42

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Políticas públicas implementadas pelo governo estadual do Paraná no decorrer dos anos 1996/2015.....	80
Quadro 2 – Projeto de Lei implantado pelo governo do Estado do Paraná voltados para a cadeia leiteira - 1990 - 2021	84

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição da produção mundial de laticínios e leite líquido por regiões mundiais - 2020.....	39
Gráfico 2 – Número de estabelecimentos agropecuários que produziram leite de vaca (unidades) Censo Agropecuário de 2017 em relação ao Censo Agropecuário de 2006 - Paraná.	62
Gráfico 3 – Efetivos do Rebanho de Bovinos (cabeças), Efetivo do Rebanho de Vacas Ordenhadas (cabeças) e Produção de origem animal – Leite (Mil L) - Paraná - 1990/2020...	65
Gráfico 4 – Valor da produção (Mil R\$) de origem animal tipo leite - Paraná - 1990/2020...	66
Gráfico 5 – Quantidade de leite cru, resfriado ou não, adquirido e industrializado (Mil litros) anual por tipo de inspeção total (Federal, Estadual e Municipal) - Paraná - 1997/2021	67

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Exportação, Importação e Balança Comercial (em US\$ milhões FOB) de produtos derivados de leite no Brasil - 2021	48
Tabela 2 – Valor Bruto da Produção Industrial Total, da Indústria de Alimentos e Bebidas e da Indústria de Laticínios, segundo as principais unidades da Federação - Brasil - 2019	58
Tabela 3 – Participação do Paraná no Valor Bruto da Produção Industrial Total, da Indústria de Alimentos e Bebidas e da Indústria de Laticínios do Brasil de 1996/2019	59
Tabela 4 – Número de estabelecimentos e empregos formais na atividade de laticínios, segundo a Unidade da Federação do Paraná - 1996 - 2019	69
Tabela 5 – Número de agroindústrias rurais (unidades) conforme produtos da agroindústria (creme de leite, manteiga, queijo e requeijão) e sua variação (%), segundo a Unidade da Federação - Paraná - 2006/2017	78

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa das principais Unidades da Federação do Brasil exportadoras (Mapa 1) e importadoras (Mapa 2) de produto, leite, creme de leite e laticínios (em US\$ milhões) - 2021	45
Figura 2 – Mapa do destino das exportações de Leite, creme de leite e laticínios realizadas pelo Brasil - 2021	46
Figura 3 – Mapa da origem das importações de leite, creme de leite e laticínios realizadas pelo Brasil - 2021	47
Figura 4 – Mapa da distribuição espacial dos estabelecimentos agropecuários que produziram leite de vaca (unidades) nos Municípios do Paraná - 2017	61

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ApexBrasil	Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos
CAIs	Complexo Agroindustriais
CGV's	Cadeias Globais de Valor
COMEX	Comércio Exterior
DERAL	Departamento de Economia Rural
DIT	Divisão Internacional do Trabalho
DOE	Diário Oficial do Estado
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDE	Investimento Direto Externo
IDR	Instituto de Desenvolvimento Rural
IEA	Instituto de Economia Agrícola
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OCEPAR	Organização das Cooperativas do Estado do Paraná
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PIA	Pesquisa Industrial Anual
PIB	Produto Interno Bruto
PL	Projeto de Lei
PP	Políticas Públicas
PPM	Pesquisa da Pecuária Municipal
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SciELO	Scientific Electronic Library Online

SEAB	Secretaria da Agricultura e do Abastecimento
TICS	Tecnologia da informação e comunicação
TNC	Transnacionais
UF	Unidade da Federação
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UNCTAD	United Nations Conference on Trade and Development
USDA	United States Department of Agriculture

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
2	METODOLOGIA	24
3	A CADEIA PRODUTIVA LEITEIRA E SUA INSERÇÃO NA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO E CADEIAS GLOBAIS DE VALOR	29
3.1	A DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO E SUA EVOLUÇÃO	29
3.2	CADEIAS GLOBAIS DE VALOR (CGV'S).....	33
3.3	A CADEIA PRODUTIVA LEITEIRA ENQUANTO UMA CADEIA GLOBAL DE VALOR.....	39
3.4	POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA BREVE DEFINIÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO ...	48
4	A CARACTERIZAÇÃO E AS TRANSFORMAÇÕES DA CADEIA LEITEIRA PARANAENSE.....	54
5	AS POLÍTICAS PÚBLICAS ADOTADAS NO PARANÁ APÓS 1990, VOLTADAS PARA A CADEIA LEITEIRA.....	76
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	98
	REFERÊNCIAS	101
	APÊNDICE A – PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS POR TIPOLOGIA ‘INDICAÇÕES’ VOLTADAS PARA A CADEIA PRODUTIVA LEITEIRA PARANAENSE – 2010 A 2013	115
	APÊNDICE B – PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS POR TIPOLOGIA ‘REQUERIMENTOS’ VOLTADOS PARA A CADEIA PRODUTIVA LEITEIRA PARANAENSE – 2015 A 2020.....	116
	APÊNDICE C – DECRETOS IMPLANTADOS PELO GOVERNO DO PARANÁ VOLTADOS PARA A CADEIA PRODUTIVA LEITEIRA PARANAENSE – 1990 A 2021	119
	ANEXO A – PRODUÇÃO DE LACTICÍNIO MUNDIAL NOS PRINCIPAIS PAÍSES CLASSIFICADOS DAS REGIÕES MUNDIAIS - 2020	122
	ANEXO B – TRADE IN VALUE ADDED - LIST OF INDUSTRIES - 2018	133

1 INTRODUÇÃO

O contexto histórico, político e econômico do tema estudado é relevante frente às profundas e importantes transformações que o sistema produtivo regional paranaense tem demonstrado (*lato sensu*) após os anos 1990. Com a abertura de mercado, aliada à atração de investimentos por políticas industriais e guerras fiscais dos Estados, foram promovidas mudanças na base produtiva, resultando na reestruturação produtiva a partir da década de 1990 (SILVA; JÚNIOR, 2008).

A abertura de mercado e as guerras fiscais resultaram em reestruturação produtiva em escala global e regional, repercutindo em modificações das técnicas e nos modelos produtivos dos países, resultando em dinâmica dualista da estrutura econômica: interna e externa. Essas transformações condicionaram processos de inovações e interconexões intermediados pelas redes e/ou cadeias de produção e, essencialmente, incorporando novas áreas, coordenadas pelos grandes capitais mundiais, constituindo, assim, processos de desconcentração regional e especialização produtiva¹. O processo de desconcentração foi marcado por dois movimentos: o primeiro, em meados da década de setenta e estendido aproximadamente até o ano de 1985; o segundo movimento foi a desaceleração desse processo de desconcentração, e se estendeu até os primeiros anos de 1990 (CAMPOS e TRINTIN, 2001; 2003; 2006; 2011).

Disso, emerge o conceito de ‘internacionalização/mundialização’, o qual se refere às ligações entre espaço geográfico das atividades econômicas e tempo diferencial transfronteiriço (SANTOS, 2001). Essa tem sido uma característica proeminente da economia mundial desde pelo menos o século XVII, quando os impérios coloniais começaram a dividir o globo em busca de matérias-primas e novos mercados para suas exportações de manufaturados (FURTADO, 2005). Uma “nova” divisão internacional do trabalho se aprofundou continuamente no desenvolvimento da infraestrutura e da tecnologia da comunicação e informação a partir da década de 70. Essas transformações no sistema capitalista mundial decorrem da recente revolução tecnológica em vários âmbitos, mas, sobretudo, na informática e nas telecomunicações (SCHAFF; 1993; COUTINHO et al., 1995; 2006).

É com esse pano de fundo que podemos compreender a reestruturação produtiva ocorrida durante o período pós-1990 nas políticas adotadas pelo governo brasileiro e pelos governos

¹ Autores como Wilson Cano, Carlos Américo Pacheco, Campolina Diniz, Leonardo Guimarães, entre outros, argumentam que o processo de desconcentração da indústria brasileira, observado entre meados dos anos 1970 para os anos 1980, incorreria em uma inflexão, com risco de concentração e especialização produtivas das demais regiões brasileiras (TRINTIN e CAMPOS, 2013).

das suas unidades da federação, principalmente na dinâmica de cadeias de produção, tais como o caso da cadeia leiteira. Segundo Fagnani (2007), esse período que marca a abrupta abertura financeira e comercial expôs a indústria brasileira à competição desigual, que provocou internacionalização e destruição de cadeias produtivas em setores estratégicos. A nova dinâmica econômica estabelecida a partir do início dos anos 1990, com a política adotada, promoveu uma forte exposição externa da base produtiva local, implementou um novo receituário de política econômica e buscou enfraquecer o poder de barganha dos segmentos organizados da sociedade (DEDECCA, 2015).

Com a forte fragmentação da divisão internacional do trabalho, a integração da base produtiva criou uma integração estreita entre as empresas locais e as condicionantes internacionais, resultando em ramos integrados em âmbito internacional, constituindo diferenças relativas entre as empresas internacionais funcionando no mercado mundial. Estes aspectos podem ser visualizados na cadeia produtiva de leite, em que a produção realizada no Brasil e no estado paranaense está inserida e desempenha um papel em uma cadeia integrada globalmente e conformada em conformidade em uma nova divisão internacional do trabalho (CARVALHO, 2008).

De acordo com dados recentes da Pesquisa da Pecuária Municipal – PPM, o Paraná, no ano de 2020, possuía o terceiro maior rebanho leiteiro nacional, com acréscimo de 1,5% em relação ao ano de 2019 e totalizando 1,3 milhão de vacas ordenhadas (IBGE, 2021). Segundo a mesma fonte, dos 10 principais Municípios brasileiros que se destacaram neste segmento, sete eram mineiros; porém, o primeiro colocado foi Castro (Paraná), responsável por 363,9 milhões de litros de leite, acréscimo de 30,0% em relação ao ano anterior e com valor de produção de R\$ 651,4 milhões em 2020. Em segundo lugar no ranking, destacou-se Carambeí (Paraná), que apresentou acréscimo de 24,9% em sua produção, totalizando 224,8 milhões de litros de leite produzidos e R\$ 402,4 milhões em valor de produção no ano de 2020 (IBGE, 2021).

Assim, a especificidade do Paraná, além de atender aos mercados regional e estadual, está inserida no mercado internacional (atividade de comércio exterior) (COMEX, 2021). Com estas características, o Paraná tem se posicionado, após os anos 2000, entre os dez principais estados exportadores de commodities do País em 2020 (IPARDES; IBGE; SEAB, 2021), sendo uma dessas commodities em destaque o leite e os seus derivados.

De acordo com o Departamento de Economia Rural – DERAL (2018), o crescimento da produção leiteira paranaense se deve a alguns fatores: a) importância da atividade, que está presente em todos os 399 municípios; b) compromisso dos produtores em evoluir na atividade e; c) o apoio de políticas públicas do governo estadual paranaense, em programas como Leite

das Crianças², Leite Noroeste, Leite Sudoeste, entre outras ações. Conforme a mesma fonte, o assistencialismo³ de extensão técnica apoia um fragmento de trabalhadores e produtores rurais, como, por exemplo, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – Emater⁴, que tem participação efetiva e fundamental nestas iniciativas para a tecnificação da cadeia leiteira efetiva para gerar renda.

O processo descrito acima refere-se a como as políticas governamentais (públicas) têm sido acionadas no sentido de fortalecer as cadeias produtivas, e estiveram presentes nas decisões envolvendo sua estrutura e inserção no mercado. Nas palavras de Gregório (2019), o mercado não se implantou de maneira natural; ele é uma construção que partiu efetivamente do Estado. Com isso, os temas analisados são chaves para demonstrar as experiências e deduções históricas com que a região paranaense age no rebatimento das reconstruções do sistema capitalista em cadeias produtivas, neste estudo destacando-se a cadeia leiteira. Assim, a pesquisa desta monografia se propôs a responder ao seguinte problema de pesquisa: Quais as políticas públicas implementadas pelo governo estadual do Paraná no período posterior aos anos 1990, voltadas para a cadeia produtiva leiteira, e como estas influenciaram nas características da cadeia em questão?

Para responder à indagação sublinhada, o objetivo geral consiste em identificar e analisar as políticas públicas implementadas pelo governo estadual do Paraná, no período posterior aos anos 1990, voltadas para a cadeia produtiva leiteira. Além disso, os objetivos específicos que norteiam a pesquisa são:

- a) Abordar a relação entre a Divisão Internacional do Trabalho (DIT) e a consolidação de cadeias produtivas, com destaque para a cadeia leiteira no Estado do Paraná;
- b) Identificar as políticas públicas adotadas pelo governo estadual do Paraná, após 1990, voltadas para a cadeia produtiva leiteira;
- c) Analisar como as políticas públicas estaduais implementadas após 1990 influenciaram na evolução da cadeia leiteira no Estado do Paraná.

A realização da pesquisa é justificada, inicialmente, frente ao conjunto da economia e a sociedade paranaense, que foi bruscamente afetada pelas políticas posteriores aos anos 1990, que visaram a inserção nos fluxos globais realizados pelas ações do governo em busca de com-

² Sobre o programa estadual Leite das Crianças, ver o trabalho intitulado “Agricultura familiar: pecuária leiteira como locus das políticas públicas paranaenses”, disponível em: < <https://www.rdalyc.org/pdf/4457/445744089021.pdf> >.

³ Segundo o relatório realizado pelo DERAL, intitulado “**Bovinocultura de leite: Prognóstico 2018**”, se utiliza este termo. Disponível em: < https://www.agricultura.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-09/leite_2019_v1.pdf >.

⁴ O Paraná tem uma empresa que não é mais denominada Emater. Esta passou a ser identificada como IDR-Paraná.

petitividade internacional, e que se serviram de abertura comercial, câmbio valorizado e medidas neoliberais, momento histórico específico que desencadeou uma reconfiguração da divisão internacional do trabalho. Estas são medidas tradicionalmente defendidas por atores neoliberais na economia mainstream e nos discursos das principais organizações multilaterais, como uma das medidas de estímulo ao crescimento econômico e ao desenvolvimento socioeconômico (SALUDJIAN, BRAGA, FERNANDES, 2020).

Uma segunda justificativa é a observação a partir do levantamento de dados quantitativos, na qual se constata que, em 2021, o Paraná foi o segundo estado brasileiro que mais produziu leite no Brasil. A título de comparação, em 2006, o estado era o quarto maior produtor do país, com número estimado de 50 mil produtores na cadeia leiteira (IBGE, 2006). Boa parte da produção atual está ligada às cooperativas⁵ que, no primeiro semestre de 2020, somavam 222 cooperativas do agronegócio registradas e um aumento de 8,3% no faturamento, em relação ao mesmo período do ano anterior. Estas informações demonstram um elo importante para atuação e desenvolvimento regional, de uma parcela da sociedade paranaense atuante, por exemplo, em renda e emprego.

Além dos motivos já expostos, esta pesquisa também se justifica por buscar entender com maior profundidade a cadeia produtiva leiteira, a qual envolve desde a fabricação de insumos até o seu consumo final, que nos permite levar à compreensão e discussão de políticas públicas para a cadeia, bem como as suas potencialidades e desafios. Isso se soma, de acordo com Lima e Neto (2019), à importância de se estudar as especificidades de cada local, visto que as economias regionais não podem ser consideradas como versões simplificadas das economias nacionais.

Ademais, segundo Secchi (2013), o uso dos conhecimentos produzidos na área de políticas públicas para estudos setoriais justifica-se pelo compartilhamento transversal político-administrativo - divisão territorial do trabalho das atividades produtivas, por exemplo. O conceito de políticas públicas é complexo e multifacetado, com divergências e concordância de ideias no seu uso.

Em termos estruturais, o trabalho está dividido e organizado em sete capítulos, iniciando por esta introdução. No segundo capítulo, é apresentada a metodologia utilizada para a realização da pesquisa. O terceiro capítulo compreende o referencial teórico, constituído pela cadeia

⁵ No caso do Paraná, exemplos a serem citados são as Cooperativas Batavo e Castrolanda, que nasceram ligadas à dinâmica comercial dos municípios de Ponta Grossa e Curitiba, que, por sua vez, são áreas ligadas ao famoso caminho de Viamão, ou seja, ao velho sistema latifundiário, que na região tem sua lógica de reprodução quebrada pela vinda de imigrantes da Holanda (SOUZA, 2014).

produtiva e sua inserção na Divisão Internacional do Trabalho (DIT) e as cadeias globais de valor. No capítulo quatro, é apresentada uma breve conceituação e contextualização das políticas públicas. O quinto capítulo aborda a caracterização e as transformações ocorridas na cadeia leiteira paranaense. Em sequência, no sexto capítulo, são apresentados os resultados e a discussão sobre as políticas públicas adotadas no estado paranaense após o ano de 1990, direcionadas para a cadeia produtiva leiteira. Por fim, estão as considerações finais, seguidas pelas referências utilizadas na elaboração deste trabalho.

2 METODOLOGIA

Metodologicamente, as ciências são caracterizadas pela utilização dos métodos científico e teórico, buscando oferecer solidez ao objeto e ao problema em análise. Deste modo, a seção da metodologia constitui um conjunto de atividades sistemáticas, que apresentam o meio pelo qual se buscou o alcance dos objetivos propostos. Aborda o delineamento do caminho a ser seguido na busca de conhecimento e com validade científica (MARCONI e LAKATOS, 2003).

Para o conjunto da pesquisa aqui proposta, tem-se como predominância a pesquisa qualitativa, de caráter empírico-analítico, com o estudo da cadeia produtiva leiteira, buscando caracterizá-la, identificando as políticas públicas implementadas no Paraná, bem como suas influências na evolução da cadeia em questão. Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Rampazzo e Correa (2008, p. 66) afirmam que “a observação empírica, o teste experimental e a mensuração quantitativa são usados como critérios para a sistematização do que seria ou não científico (real)”. Para a abordagem da pesquisa empírica, este trabalho utilizou-se do levantamento de dados secundários.

As abordagens empírico-analíticas também apresentam em comum a utilização de técnicas de coleta e tratamento e análise de dados marcadamente qualitativos. Sendo assim, quanto aos fins, esta pesquisa pode ser classificada como exploratória e descritiva. A abordagem exploratória adota a busca de mais informações a respeito de certo assunto, sendo que, para Gil (2007), os exemplos mais característicos dessa categoria de pesquisa são investigações sobre ideologias ou aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema.

Assim, caracteriza-se como exploratória, pois a pesquisa proporciona maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses; por isso, as que se vinculam ao resgate e definição acerca da essência das políticas públicas, com destaque para a cadeia produtiva leiteira localizada na unidade da federação do Paraná. Por conseguinte, a pesquisa transformou-se em descritiva, no que concerne à análise das políticas públicas que influenciaram nas características atuais da cadeia produtiva leiteira paranaense atualmente.

Em relação aos instrumentos que foram adotados, inicialmente o estudo utilizou-se de pesquisa bibliográfica, documental e com levantamento de dados secundários, contemplando, assim, de forma atenta, os dois primeiros objetivos específicos. As ações realizadas utilizaram

levantamento de referências teóricas publicadas em livros, artigos científicos, teses, dissertações, páginas de ‘web’, sites de instituições e organizações. Assim, este meio serviu como um suporte teórico e, ao mesmo tempo, o levantamento de pesquisas já realizadas anteriormente, que se dedicaram à importância das políticas públicas e em especial focal (setorial) na cadeia produtiva leiteira (MARCONI e LAKATOS, 2006).

Acrescenta-se que, como parte da pesquisa exploratória, foi desenvolvido desenvolvido um estudo de caso, a saber: **a cadeia produtiva leiteira paranaense**, tendo como objeto de estudo as políticas públicas. Por ora, o estudo de caso é um método de pesquisa que utiliza, geralmente, dados qualitativos, coletados a partir de eventos reais, com o objetivo de explicar, explorar ou descrever fenômenos atuais inseridos em seu próprio contexto. Caracteriza-se por ser um estudo detalhado e exaustivo de poucos, ou mesmo de um único objeto, fornecendo conhecimentos profundos (EISENHARDT, 1989; YIN, 2009).

Isso posto, para dar mais suporte e solidez à pesquisa, buscou-se compreender o que está contemplado no último objetivo específico: analisar como as políticas públicas estaduais implementadas após 1990 no Paraná influenciaram na evolução da cadeia produtiva leiteira. Deste modo, nessa etapa, foram identificados Projetos de lei, Indicações de Deputados, Resoluções e decretos implementados pelo governo estadual do Paraná, publicados na internet e em diários/jornais Oficial do Estado do Paraná.

Para este propósito, de forma sinérgica, consultou-se a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Secretaria da Agricultura e Abastecimento, e o arquivo público do Estado do Paraná, interligados ao assunto do objeto da pesquisa. Sendo assim, as leis - projetos de lei, proposições e indicações - foram consultadas pelo canal “Pesquisa Legislativa”, localizado na barra central da página do site da Assembleia Legislativa. Nesse momento, selecionou-se a opção “Pesquisa Legislativa”, a qual apresentou duas opções: a primeira “Proposições” e a segunda “Legislação Estadual”. Na primeira opção, estava disponível um conjunto de itens, a saber: número, ano, data inicial e final, autor, assunto, palavras-chave, ementa e status. Assim, nesse sentido, começou-se a pesquisa filtrando os dados por tipologias: “todas as categorias de proposições”, separando por um recorte de tempo no item data inicial, “01/01/1990”, e na data final, “01/01/2021”, escolhendo as palavras-chave: “cadeia de leite”, “leite” e “cadeia produtiva leiteira”, de forma combinada, e por fim indexou-se (realizou-se a busca). O mesmo procedimento foi realizado na segunda opção: “Legislação Estadual”. O passo a passo do movimento da investigação foi orientado por telefone pela diretoria do Legislativo, pelo responsável do departamento de disseminações de informações ao público. Do Legislativo.

Com relação aos decretos, cabe destacar que o recorte temporal da pesquisa é pós-1990. Então, na evolução dos anos de 1990 a 2012, pesquisou-se pelo canal da Casa Civil. Na opção, selecionou-se o link de Pesquisa (acesso rápido), no qual é possível pesquisar por termos escolhidos. Neste momento, norteados através de telefonemas, e-mail e vídeo chamada (tudo previamente agendado) pela bibliotecária responsável do DEAP — Departamento de Arquivo Público, realizou-se a busca na página da Casa Civil. O sistema permite acesso à Legislação Paranaense, incluindo a Constituição Estadual, Leis Complementares, Emendas Constitucionais, Leis Ordinárias, Decretos, Resoluções e Portarias, além de 'links' para outros Sites de Legislação (CASA CIVIL, 2022)⁶. Para acessar os Atos, deve-se escolher uma das opções do menu à esquerda, onde os atos estão classificados por período. Ao mesmo tempo, para acessar os diários fora deste período, é necessário consultar o Arquivo Público do Paraná.

Também foi consultado, em formato digital, o site da Imprensa Oficial do Estado (Diários Oficiais) a partir de março de 2004 até os dias atuais, precisamente até o mês de janeiro do ano de 2021, que estão disponíveis na web, usando-se o campo “pesquisa textual”. Neste levantamento documental, foram usadas palavras-chave como “cadeia de leite”, “leite” e “cadeia produtiva leiteira”. Por isso, investigamos, identificamos e levantamos os incentivos em leis e atos decretados pelo lado das políticas públicas injetadas substancialmente para o desenvolvimento da cadeia regional leiteira em questão, bem como a ordem da caracterização da cadeia produtiva leiteira atual.

Ademais, os usos de conteúdos teóricos se tornam primordiais e, portanto, podem frequentemente servir como uma lente para a indagação, ou são geradas a partir do estudo (CRESWELL, 2007). Por conseguinte, frente a isso, como base teórico-metodológica, permitem uma inter-relação entre dinâmica econômica e dinâmica geográfica nas mesorregiões paranaenses. Ao mesmo tempo, a estrutura da cadeia leiteira amplia-se em meio ao desenvolvimento industrial, em conjunto com sindicatos patronais e instituições (Sesi, Senai e IEL).

Além disso, na coleta dos dados secundários a respeito da cadeia produtiva leiteira, foram utilizadas informações estatísticas com base no Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Este sistema permite a consulta aos dados armazenados no Banco de Tabelas Estatísticas, considerando informações contempladas nos elos da cadeia produtiva leiteira paranaense, a saber: produtores de leite, vacas em lactação, volume de leite produzido, empresas que coletam leite, industrializam e agroindústrias. No SIDRA, as principais pesquisas usadas para a caracterização da cadeia leiteira paranaense foram: os Censos Agropecuários de 1995, 2006

⁶ Disponível em: < <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/entradaSite.do?action=iniciarProcesso#> >.

e 2017; Pesquisa Anual Industrial – PIA (1996 -2019), Pesquisa da Pecuária Municipal - PPM (1990 – 2020), e Pesquisa Trimestral do Leite. A respeito das Exportações e Importações do Brasil e das Unidades de Federação do ano de 2021, consultou-se a base COMEXTAT, portal de acesso gratuito às estatísticas de comércio exterior do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – MDIC.

Além dos dados disponíveis no SIDRA e MDIC, ainda foram obtidas informações em anuários estatísticos como a RAIS, essa que permitiu levantar, em números, a mão de obra formal empregada, onde se encontra, em um dos elos da cadeia leiteira, os Laticínios. Sobre a “indústria do leite”, buscou-se, via site do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social do Paraná, pelo processo “Publicações → Memória técnica → Relatórios de pesquisa”, uma vez que as publicações deram suporte sobre a 'indústria do leite' do Paraná, em sua evolução histórica (1990 - 2020).

Como já assinalado, o método de pesquisa é a investigação de natureza empírica; portanto, através da coleta dos dados, sua classificação e comparação, a título de organização e mensuração dos dados para melhor visualização, os dados foram tabulados e apresentados em gráficos e tabelas. Para Silva (2003, p. 29), caracteriza-se como “um conjunto de valores numéricos que corresponde à descrição de fatos do mundo real”. Ou seja, por meio da observação empírica, ao ser processado pelo pesquisador, se transforma em informação à sociedade na forma de representações. Em outras palavras, o ser humano percebe os fenômenos e fatos do mundo por meio dos dados coletados para que, posteriormente, sejam convertidos em informações por processos cognitivos de seleção, sumarização, generalização, estimativa e simulação (DIAS e BATISTA, 2008).⁷

Vale destacar que no processo da pesquisa identificamos alguns pontos de limitações acerca do método optado, ou seja, no recorte estabelecido ajustado ao problema de pesquisa, os resultados obtidos foram condicionados/limitados com a disposição das leis pinçadas na página da Assembleia Legislativa. Além disso, em relação aos dados da cadeia produtiva leiteira paranaense, o Censo Agropecuário realizado pelo IBGE no período de 1995 – 1996 disponibiliza exclusivamente informações sobre o tema “Pecuária” e as suas variáveis: efetivo dos rebanhos, total de cabeças compradas, total de cabeças vendidas, total de cabeças abatidas, valor das cabeças compradas e valor das cabeças vendidas (IBGE, 1995/1996). Por outro lado, os dados do

⁷ Ou seja, a aprendizagem com representações é essencial para o reconhecimento da abstração do espaço, como representada empiricamente em números a cadeia produtiva do leite no Paraná.

Censo Agropecuário 2006 tem como objetivo informar os números de estabelecimentos agropecuários, quantidade produzida, valor da produção de leite por agricultura familiar e não familiar e tipo de leite, número e capacidade dos tanques para resfriamento de leite existentes nos estabelecimentos agropecuários e grupo de cabeças de bovinos (IBGE, 2016).

Já o Censo Agropecuário — 2017 informa o número de estabelecimentos agropecuários que produziram leite de vaca, vacas ordenhadas nos estabelecimentos agropecuários, quantidade produzida de leite de vaca, valor da produção de leite de vaca, número de estabelecimentos agropecuários que venderam leite de vaca cru, quantidade vendida de leite de vaca cru (IBGE, 2017). Dessa forma, ao comparar os dados dos censos agropecuários de 2006 e 2017 com o Censo Agropecuário de 1995/1996, observam-se limitações e, conseqüentemente, há um marco para as conclusões. Por fim, a variável “tipo de produto origem animal” é o leite de origem de vaca, não considerando os bubalinos, caprinos e ovinos.

Este capítulo buscou demonstrar a metodologia utilizada para a realização da pesquisa, bem como os pilares que a sustenta, desde a categoria de pesquisa, objeto de estudo, coleta, tratamento e análise dos dados e as limitações do estudo. Deste modo, com a finalidade de atingir o primeiro objetivo específico deste trabalho, serão abordadas, no próximo capítulo, as relações entre a Divisão Internacional do Trabalho (DIT), seus desdobramentos e a consolidação de cadeias produtivas, destacando a cadeia produtiva leiteira do Estado do Paraná.

3 A CADEIA PRODUTIVA LEITEIRA E SUA INSERÇÃO NA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO E CADEIAS GLOBAIS DE VALOR

Este capítulo do estudo está estruturado em quatro seções, iniciando pela divisão internacional do trabalho (seção 3.1), que busca revisar, por meio das literaturas disponíveis, a evolução histórica das ondas que passaram a Divisão Internacional do Trabalho (DIT), em que as ações chinesas implicaram, em meados do século XXI, a construção de novas redes.

Na seção 3.2, são abordados a origem e os desdobramentos do conceito de cadeias globais de valor (ou regionais, em algumas literaturas), pois, a partir das rupturas em 1990, isso se arrasta, e propõem-se estudos sobre a dinâmica das Cadeias Globais de Valor (CGV's), bem como uma atualização da divisão internacional do trabalho.

Além disso, na seção 3.3, compreende o caso da cadeia produtiva leiteira enquanto uma cadeia global de valor, no qual a conexão nas cadeias regionais de valor pode gerar benefícios, mas também pode ter custos sociais, ambientais e econômicos.

A última seção (3.4) se desenrolará apresentando definições e uma abstração pela reflexão ativa sobre o papel das Políticas Públicas (PP) para a evolução das cadeias produtivas brasileiras. Isso posto, na próxima seção será discutido esse processo aqui esboçado.

3.1 A DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO E SUA EVOLUÇÃO

Ao longo do capitalismo dinâmico, de forma continuada e via rupturas, este propôs bases em interesses geográficos para sua reprodução ampliada na história econômica desde o capitalismo comercial (1500 – 1600), especialmente quando a mercadoria caminhava pela esteira do processo de troca que ocorria entre as metrópoles e suas colônias pela ocupação das terras (FURTADO, 2005). Em relação ao sistema colonial, Marx indica que as riquezas expropriadas de forma violenta das colônias afluíam em direção às metrópoles para, então, se converter em capital (LEITE, 2014). Processo análogo ocorre na contemporaneidade, no caso da cadeia leiteira, por exemplo, em que os elos produtivos são movidos e controlados pelas transnacionais.

Desde a atuação local do país de origem até o contexto global da internacionalização, a empresa transnacional é um resultado da fragmentação do processo produtivo, em que as multinacionais expandiram suas fronteiras como resultado do desenvolvimento dos transportes e da comunicação, sobretudo a partir da Terceira Revolução Industrial. Na década de 1980, as empresas eram pressionadas a praticarem eficiência, multinacionalidade, redução de custos e difusão de novas tecnologias (BARTLETT, GHOSHAL, 1998). Tem-se, como consequência,

no capitalismo do século XXI, uma relativa diminuição da importância das fronteiras nacionais para a regulação da atividade econômica e social.

Como fundamento, as alterações do rearranjo produtivo internacional na evolução histórica do capitalismo nos últimos dois séculos produziram uma assimetria na repartição do trabalho pelo mundo (SARTI e HIRATUKA, 2016). Apesar de encontrar-se subordinada ao desenvolvimento das atividades produtivas, a capacidade de absorver maior ou menor quantidade de trabalhadores não depende exclusivamente do grau de expansão de cada país, mas do padrão de desenvolvimento econômico nacional (POCHMANN, 1996).

O capitalismo desperta espécies de ciclos sistêmicos, os quais para a sua direção vêm brotando nas aparências de *imediato* pelo tempo histórico. No processo das mudanças que estavam se formando em balanços do próprio sistema, sua base de reprodução ocorreu em três grandes divisões internacionais ao longo do espaço de tempo. A demonstração de Fernand Braudel sobre o fenômeno **tempo** exterioriza uma complexa compreensão numa metáfora:

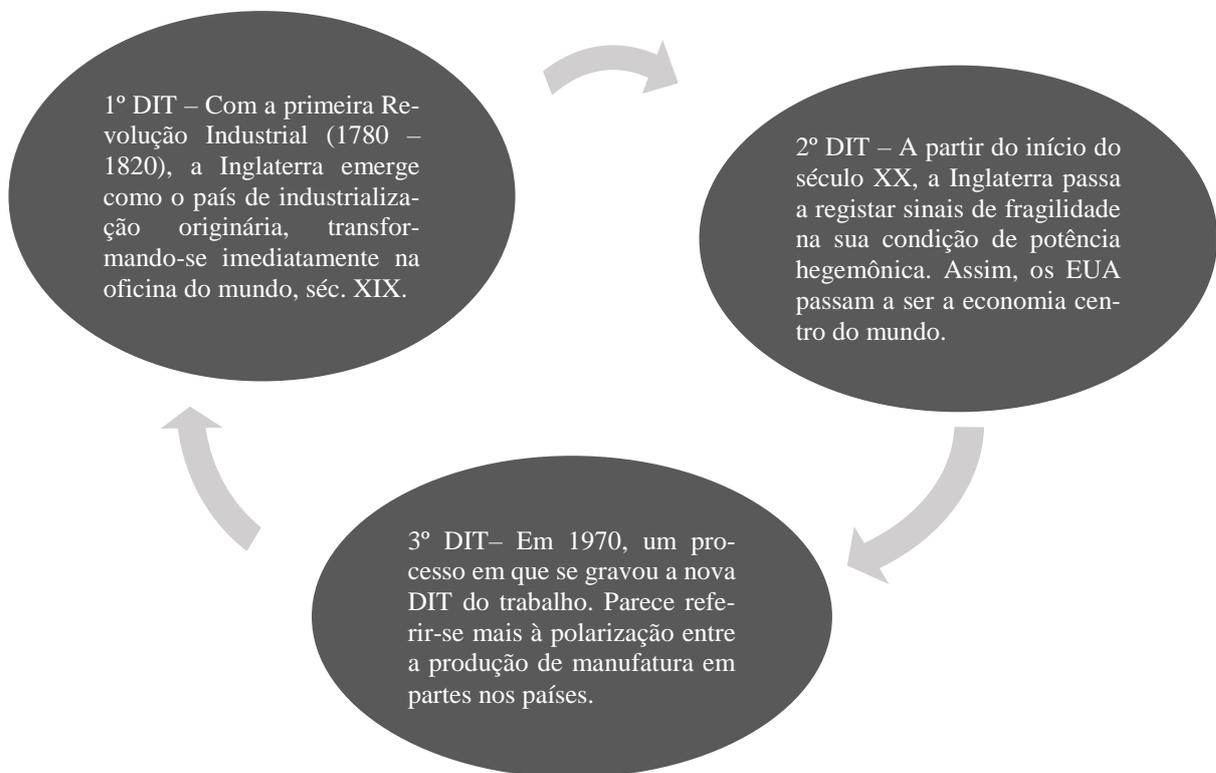
Guardei a lembrança, uma noite, perto da Bahia, de ter sido envolvido por um fogo de artifício de pirilampos fosforescentes; suas luzes pálidas reluziam, se extinguíam, brilhavam de novo, sem romper a noite com verdadeiras claridades. Assim são os acontecimentos: para além de seu clarão, a obscuridade permanece vitoriosa (BRAUDEL, 1992, p. 95).

Além disso, a Divisão Internacional do Trabalho - DIT - corresponde a uma especialização das atividades econômicas entre países em desenvolvimento e desenvolvidos (centro e periferia). Para Pochmann (2002), a sociedade passou pelo curso atual da DIT na evolução entre os séculos XIX e XX, quando novos conceitos foram introduzidos com o objetivo de diagnosticar as novidades que interferiam no cotidiano da população, como nova economia, sociedade do conhecimento, economia digital, entre outros, intensificado a repartição do trabalho no mundo diante do aprofundamento da liberalização comercial, da desregulamentação financeira (2008 – 2009), bem como a reformulação do papel do Estado, da revolução tecnológica e das novas organizações lideradas pelas corporações transnacionais. Ao mesmo tempo, a “nova” divisão internacional do trabalho expôs ao público que o problema não estava centrado no processo da industrialização de forma limitada e finita.

Representativamente, a linha do tempo contempla os processos de continuidades e descontinuidades que perpassam os fazeres históricos, e o processo de desnaturalização das atuais compreensões de tempo, de forma fixa (FERREIRA e MARQUES, 2019), com a intenção de contribuir para uma melhor visualização da evolução da Divisão Internacional do Trabalho. Na ilustração 1, estão apresentados os ciclos da DIT.

Na primeira revolução industrial (1780 – 1820), impôs-se uma separação geográfica, isto é, a Grã-Bretanha, um país de industrialização originária, denominando-se como oficina do mundo, já consolidava sua posição de principal potência marítima e dominava os principais mercados ultramarinos. Com o desenvolvimento do sistema colonial e a expansão do comércio transcontinental, plasmou-se certa divisão internacional do trabalho, na qual o país se especializava na produção manufatureira e seus parceiros e colônias se dedicavam à produção primária (PRONI, 1997).

Ilustração 1 – Representação do empírico em diagrama dos ciclos da Divisão Internacional do Trabalho – DIT



Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Segundo Pochmann (2008), a partir do início do século XX a Inglaterra passou a registrar sinais de fragilidade na sua condição de potência hegemônica, agravados por duas guerras mundiais e, principalmente, pela Depressão de 1929. Os Estados Unidos, que já se apresentavam como a principal economia do centro capitalista, demonstravam interesse em assumir a posição de nação hegemônica, ocupada até então pela Inglaterra.

Já na 3ª fase da divisão internacional do trabalho, desde a década de 1970 ocorreu uma modificação substancial nesta, ocasionada principalmente por dois vetores estruturais no centro

do capitalismo mundial, sendo eles a intensificação tecnológica (TICs) e a polarização entre a produção de manufatura em microfragmentos nos países.

Segundo Fiori (2007), até o fim do século XVIII, o “sistema político mundial” se restringia aos estados europeus e seus impérios coloniais, aos quais se agregaram, no século XIX, os estados americanos e, depois, no século XX, os novos estados africanos e asiáticos. Algo diferente aconteceu com o “sistema econômico mundial”, que incluiu as economias coloniais na divisão internacional do trabalho, definidas pelas necessidades das metrópoles, e as manteve, depois das suas independências políticas, na condição de economias periféricas.

Um ponto central para se aproximar da ‘nova’ divisão internacional do trabalho na atualidade é demonstrado pela ascensão do ciclo que a China arrasta e ecoa pelo século XXI, principalmente implicado pela iniciativa da Nova Rota da Seda (BRI, em inglês). Sendo assim,

O alcance externo do surgimento deste novo paradigma em matéria de gestão e coordenação da produção e de planificação da economia reflete-se no mundo via Iniciativa Cinturão e Rota, acelerando o processo de reestruturação hegemônica do mundo e, conseqüentemente, uma nova *divisão internacional do trabalho* centrada na China (HENDLER, 2019, p.417).

Porém, devido à falta de tecnologias, marcas essenciais e outros fatores, os países subdesenvolvidos, tais como o Brasil e a China, residem na divisão geográfica e do trabalho, principalmente no processo de mão-de-obra intensiva por meio da terceirização (LIU, 2018, p. 692 – 699). Outra diferença crucial refere-se ao papel desempenhado por estes países no capitalismo contemporâneo, não conformados por ordenamento natural, mas sim por uma alta fragmentação capitalista própria do trabalho em junção com as corporações transnacionais, cujas operações de investimento externo direto cresceram significativamente nos últimos trinta anos, entre 1990 e 2020 (FUCHS, 2010).

No caso brasileiro, a partir dos anos 1990, com o processo massivo de entrada de capitais (os Investimentos Diretos Externos - IDE), passou-se a questionar as possibilidades de desenvolvimento e diferenciação regional. Nesse processo, percorriam condicionadas nestas regiões estruturas econômicas híbridas da mutação após os anos 1990. Segundo Coutinho (2021), as mudanças estruturais em curso colocaram: i) aceleração da revolução digital em função da continuidade da conexão à internet conhecidas como as Tecnologia da Comunicação e Informação

(TICs)⁸; ii) Mudanças climáticas e suas consequências e; iii) Sequelas sociais da crise pandêmica (a Covid-19) demandam respostas.

Isso esboçado, na próxima seção são apresentadas as atualizações da divisão internacional do trabalho, destacando o conceito de cadeia global de valor, que surge num momento histórico, em que as esferas da produção e da troca tornam-se geograficamente mais dispersas, gerando sua circulação pelo espaço e um campo de atuação de forma estratégica pelo Estado e empresas que fazem parte da interconexão da produção. Segundo Lima (2007), as CGV's recriam a divisão internacional do trabalho na economia mundial. Porém, as análises a respeito do termo para observar a produção em escala do capitalismo global se demonstram por uma lente ideologicamente carregada pelo neoliberalismo, não levando em consideração o avanço da crítica da economia política feita por Karl Marx em relação à teoria do valor, marginalizando, assim, a lei do valor como a essência do núcleo de cada modo de produção, que é gerado no processo de produção.

3.2 CADEIAS GLOBAIS DE VALOR (CGV's)

O conceito de CGV's⁹ é 'novo', e mudou a natureza e a estrutura da economia mundial, porém a internacionalização produtiva e a financeira já são antigas. No mais, a crescente complexidade das CGV's traz desafios para a formulação de políticas em países em desenvolvimento (WTO, 2019; IDE-JETRO, 2019; OECD 2019; BANCO MUNDIAL, 2019; LI e WANG, 2018).

Baldwin (2012, p. 64) afirma que “todo o comércio é bastante regionalizado, mas o comércio em cadeias de valor o é ainda mais”. Para o autor, três características emergem da análise da matriz de comércio das cadeias de valor: i) as cadeias de valor não são globais, e sim regionais; ii) a matriz é muito esparsa (poucos fluxos são relevantes em escala global); e iii) os Estados Unidos, a China, a Alemanha e o Japão dominam o comércio das cadeias em âmbito global. Assim, conforme argumenta Gereffi (1999), as Cadeias Globais de Valor não são um fenômeno novo, porém com especificidades na atualidade. Para Borges (s.p.d), nas literaturas contemporâneas sobre as CGV's, o trabalho pioneiro e mais influente dessa abordagem é considerado as “Cadeias Produtivas e Capitalismo Global”, editado por Gary Gereffi y Miguel

⁸ Neste ponto, segundo Coutinho (2021): disseminação tendencial do padrão 5G; aceleração da digitalização industrial e dos serviços (4.0); forte expansão dos algoritmos/aplicativos de Inteligência Artificial; avanços da computação de alto desempenho em nuvem; digitalização do Estado/governo: serviços, controle... Aula disponível em: < <https://youtu.be/bRYXvquXLjc> >.

⁹ Indicações de trabalhos pode-se encontrar na Duke University, disponível em: <<https://gvcc.duke.edu/>>.

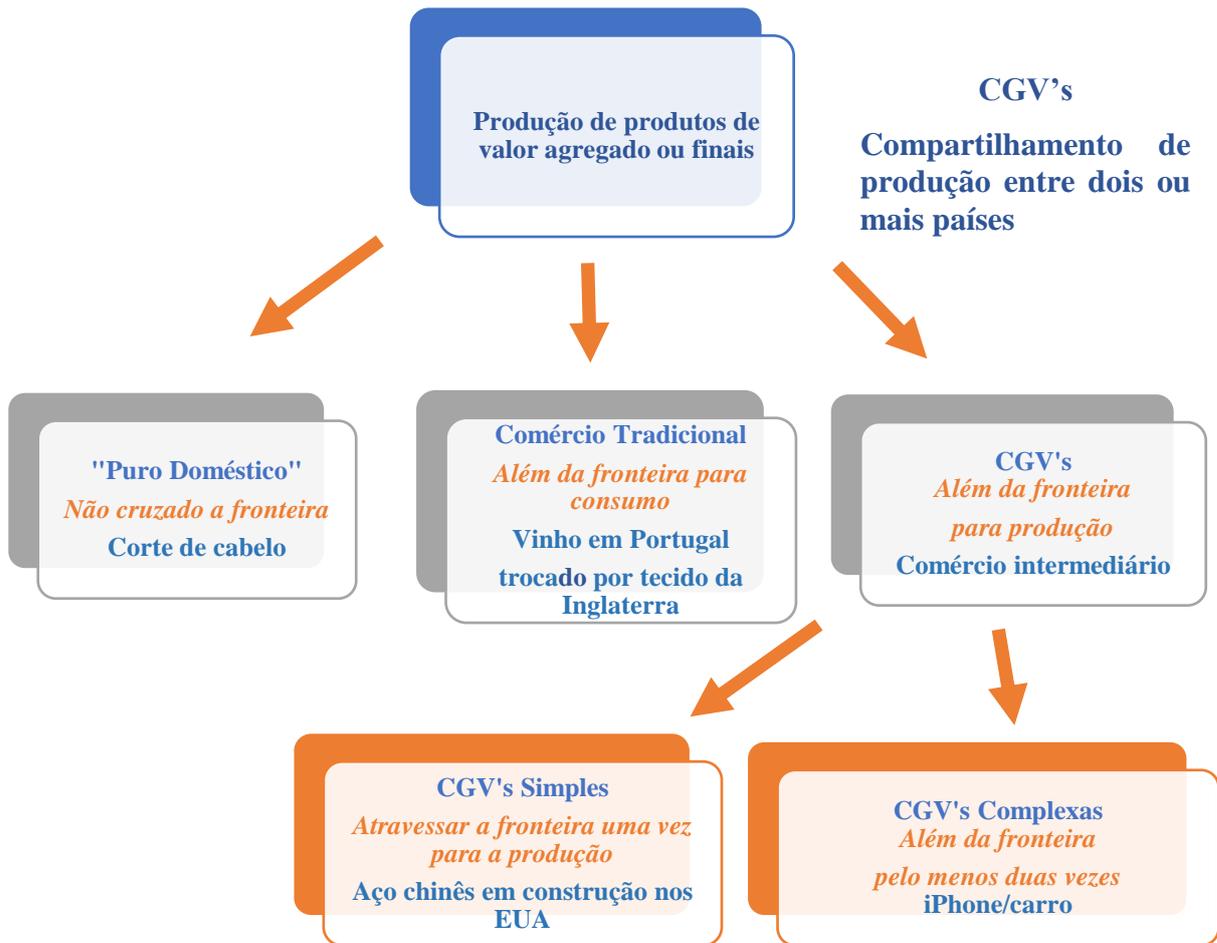
Korzeniewicz, em 1994. Entretanto, em meados dos anos 1980, surgem as primeiras publicações em periódicos com o uso desse termo, atingindo o ápice de publicações em 2019 (Web of Science e Scielo, 2021).

Sobre a definição de cadeias globais de valor pode-se afirmar que:

O conceito de cadeias globais de valor pode ser compreendido como uma evolução no contexto da gestão global da cadeia de suprimentos das empresas (supply chain management). Tal modelo surgiu na década de 1980 para gerenciar o fluxo total de bens entre fornecedores e os usuários finais e seu foco principal recai sobre os custos e excelência operacional do abastecimento (ZHANG, *et.all*, 2014, p.15).

O conceito é assinalado pelo autor supracitado como onexo de funções e operações interconectadas por meio das quais bens e serviços são produzidos, distribuídos e consumidos em uma base global (HUANG; LIN, GAO; CHEN, 2021). Ele se concentra em analisar como um produto passa por cada setor em uma cadeia de valor para atingir o máximo valor agregado, e como um operador-chave pode afetar o relacionamento em uma cadeia de valor e a reconfiguração da participação nos lucros, criando, assim, uma governança estruturada de forma hierárquica. Humphrey e Schmitz (2001) e Gereffi et al. (2001) apud Dullius e Vieira (2013, p 03) definem governança como “a coordenação da atividade econômica não exercida pelo mercado”. Para melhor visualização da decomposição das atividades de produção das Cadeias Globais de Valor, é apresentada a Ilustração 2.

Ilustração 2 - Representação da decomposição das atividades de produção das CGV's - 2019



Fonte: Adaptado pelo autor a partir dos autores Li e Wang (2019), 2021.

Em relação ao conteúdo apresentado no organograma da ilustração 2, cabe destacar e explicar o significado dos termos utilizados. 1) O termo “Puro doméstico” significa valor agregado em produtos produzidos domesticamente que satisfaçam a demanda final doméstica sem envolver o comércio transfronteiriço e atividades de partilha de produção, o qual pode também ser expresso como “não comercializado internacionalmente”. 2) “Comércio tradicional” são bens e serviços finais produzidos para exportação apenas com conteúdo do fator. Também pode ser formulado como “Comércio de produtos finais” ou “Comércio ricardiano”. 3) “CGV’s” são basicamente “comércio de produtos intermediários”. 4) A distinção entre atividades CGV simples e complexas estimadas pelos autores Li e Wang (2020) são determinadas pelo número de fronteiras pelos cruzamentos nacionais, não pelas diferenças de tecnologia ou a complexidade do real do processo de produção (embora haja uma correlação entre elas). Então eles podem ser expressos como “atividades de valor agregado que cruzam uma ou mais vezes por uma fronteira nacional”. Algum cuidado é necessário na interpretação; uma grande economia provavelmente

verá níveis mais baixos de estimativa de CGV's complexas, que seria o caso se a mesma economia fosse dividida em uma série de economias menores, por exemplo (LI e WANG, 2020).

Na geoeconomia mundial, segundo o relatório anual World Trade Organization (2019), as cadeias de valor permanecem amplamente regionais, mas não são estáticas. Entre 2000 e 2017, elas se destacaram de forma intrarregional, isto é, o comércio de CGV aumentou na "Fábrica da Ásia", refletindo, em parte, a atualização pela China e outros países asiáticos. Em contraste, o comércio intrarregional de CGV na "Fábrica da Europa" e "Fábrica da América do Norte" diminuiu ligeiramente em relação ao comércio CGV inter-regional, refletindo ligações mais fortes com "Fábrica da Ásia". A China emergiu como um importante centro de comércio tradicional e redes CGV simples, mas os Estados Unidos e a Alemanha continuam, por enquanto, sendo os centros mais importantes nas complexas redes CGV.

Em relatórios do Banco Mundial, UNTACD, OCDE, OIT e OMC¹⁰, começou a ser utilizado o termo CGV's, como se ele resolvesse todos os problemas da desigualdade na partilha do trabalho pelo mundo, pautadas pela clássica Teoria Comparativa, do liberal David Ricardo – a solução mágica que resolverá todos os problemas, esquecendo os dois dos cinco traços que explicam os potenciais dos países exposto pelo clássico V. Lênin, isto é, a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes (LÊNIN, 1987).

No exposto pelo mastreiam liberal, há diversas contradições na análise pela passagem da mercadoria pelo âmbito global, causando o fetichismo nas abordagens de governança caracterizado como acrítico, eclético e a-histórico. Na concepção marxista de que a exploração do trabalho é uma dimensão central do capitalismo, a questão dos benefícios do trabalho globalizado se transforma (SALUDJIAN; BRAGA; FERNANDES, 2020).

No caso da economia brasileira no século XXI, para Fernando Sarti e Célio Hiratuka (2015), a internacionalização sempre foi apontada pela visão liberal como condição necessária para o País promover as mudanças estruturais na direção de seu desenvolvimento econômico. Essa discussão é feita pelo uso de modelos 'prontos' abordados em objetos de estudo da economia internacional pelos modelos de comércio internacional de bens, como o HOS (HECKS-

¹⁰ No âmbito da ONU, o tema de cadeias já era recorrente desde, ao menos, meados da década de 1990 (UNCTAD, 1997). O termo 'global value chains' figura no Relatório de Desenvolvimento Mundial de 2004 (UNCTAD, 2004), passando a ganhar mais destaque nos anos seguintes (UNCTAD, 2013a). Em anos recentes, houve ainda maior difusão da categoria analítica, que pôde ser encontrada, por exemplo, em relatórios da OCDE (OECD, 2007, 2013), da OMC (ELMS; LOW, 2013), da FAO (FAO, 2009), do PNUD (PNUD, 2007), e até de outras instituições, como a OIT (OIT, 2016).

HER-OHLIN-SAMUELSON, 1970). No modelo neoclássico, as diferenças de dotações de fatores entre países é o principal determinante das vantagens comparativas; assim, um dos principais fundamentos do modelo diz respeito à equalização dos preços e fatores. Dessa forma:

[...] é uma lente ideologicamente carregada para entender a reprodução das desigualdades sociais e ambientais dentro/entre países. Não obstante, o debate é importante num ano de pandemia, uma vez que pode haver um aprofundamento da reversão de tendência de globalização de produção já observável desde a crise de 2008 - podendo essa relação de exploração gerar várias formas de pobreza no trabalho (SALUDJIAN; BRAGA; FERNANDES, 2020, p.7).

Além disso, as cadeias produtivas no capitalismo contemporâneo, a partir de um ponto de vista mais crítico, expõem detalhadamente o que vem acontecendo no processo de produção das mercadorias finais – em todo o movimento, desde a extração da matéria-prima e primeiras etapas produtivas (muitas vezes em regiões periféricas) até a chegada ao consumo final (não raro em países centrais) – podendo se constituir em ferramenta desveladora do fetichismo da mercadoria e da captação do excedente da produtividade do mais valor. Para Sarti e Hiratuka (2016, p.163), o resultado foi que:

O Brasil perdeu participação no produto manufatureiro mundial, sobretudo dentre os países em desenvolvimento asiáticos. Nossos setores de maior intensidade tecnológica perderam participação nas pautas de produção e de exportação e ganharam importância na pauta de importação, mantendo uma inserção assimétrica e subordinada nas cadeias produtivas globais.

Por esse ângulo, ganhou espaço a presença de empresas transnacionais (TNCs) ou ‘Fábricas do mundo’, como empresas líderes que se beneficiam das baixas tarifas aduaneiras dos países e no jogo do mercado concorrencial nos vários ramos da produção, criando barreiras à entrada para outras empresas, promovendo uma concorrência oligopolista (KRUGMAN, 2005, p. 129 a 156). No entanto, são ‘essenciais’ para vitalidade e permanência da reprodução do circuito global do capitalismo.

Assim, desenvolvem suas cadeias de valor internacionais geograficamente mais fragmentadas, coordenadas e acopladas entre os diferentes lugares regionais que são, ao mesmo tempo, locais-globais, atuando de cima para baixo (ou de fora para dentro) condicionadas por decisões financeiras e pela busca massiva da mão de obra barata de trabalhadores (mão de obra com baixos salários), assim pregando no vazio o mundo dos ‘homens livres’ pela defesa do direito à igualdade e à liberdade. Nessas relações,

[...] fazem parte de um processo de (re) produção multi-escalar. Isso nos leva a entender que processos regionais são na realidade uma parte das transformações da escala mundo e que tendência de organização do poder mundial, em sua prática se apoia em pilares locais e regionais (VITTE; ROCHA; SENHORAS, 2022, p.12).

De acordo com Leite (2014), as transnacionais de hoje não estão subordinadas a nenhum banco, mas exercitam funções de capital bancário ao aglutinar recursos de variadas formas (por exemplo, emitindo ações ou estabelecendo fluxos de capitais entre matriz e filial), nas quais as atividades de alto valor adicionado (e geralmente intangíveis e intensivas em conhecimento e tecnologia, como pesquisa e desenvolvimento (P&D)) estão localizadas, principalmente, nos países do centro mundial, resultando num distanciamento da fronteira tecnológica e assimetrias tecnológicas e produtivas. Enquanto isso, as de baixo valor adicionado (relacionadas as tarefas tangíveis de fabricação e produção, como a montagem) são geralmente realizadas pelos países do Sul Global (GLOBERMAN, 2011; REIS e CARDOSO, 2020).

As fronteiras são derretidas *a lá* François Chesnais na mundialização do capital, movimentado pelas ideologias do mercado ‘livre’, em decisões de ditar as regras do jogo em países subdesenvolvidos. Segundo Selwyn (2019), essas CGV’s – derivadas da ideia de cadeia produtiva - acabam por reproduzir pobreza e desigualdade social entre os trabalhadores do Sul Global. O segundo ponto é sobre a possibilidade de movimentação e fuga de capitais e mais valor, facilitado e estimulado pela CGV, criando novas dinâmicas de desigualdade global entre e intra países.

Para Singer (2017), no contexto institucional, as CGV’s, as instituições referentes às legislações e regulamentações, e as políticas públicas de subsídio ou de conteúdo nacional podem impulsionar ou retrain o desejo de a firma dispersar suas atividades produtivas em certos países, nos quais pretendem formar suas cadeias. Isso posto, as políticas governamentais passam a ser descentralizadas, saindo do âmbito maior do poder da organização político-administrativa – União – demonstrando-se uma postura de má estruturação do Estado, assim aplicando tarifas e regras para o conteúdo local (estadual e municipal). Belluzzo (2016, p.17) adverte que, “no mundo globalizado, apenas um Estado nacional que conte com forte apoio em torno de metas socialmente desejáveis conseguirá neutralizar o poder das grandes corporações e dos grupos de interesse”.

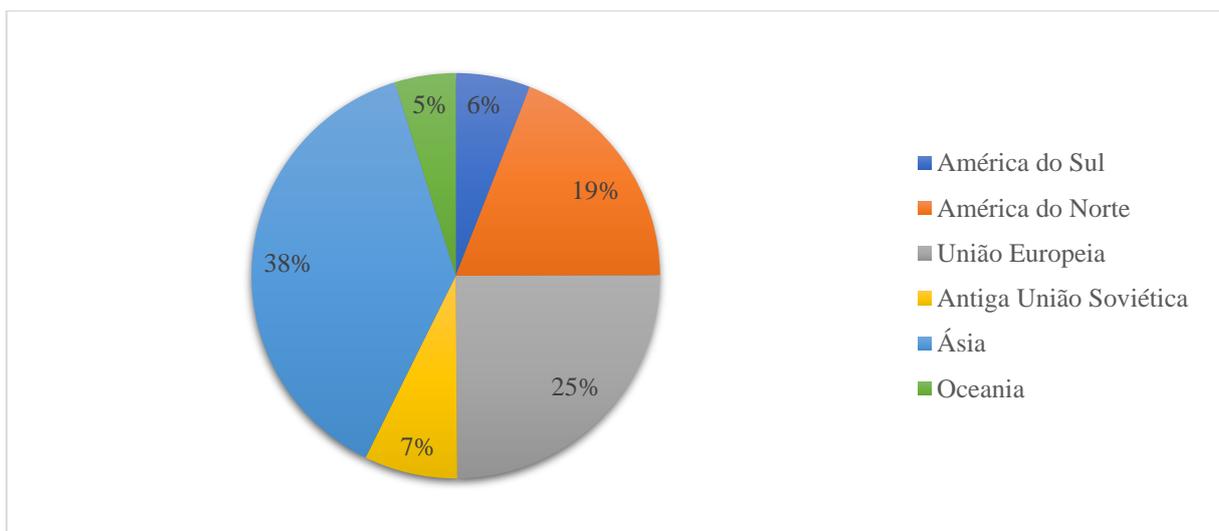
Considerando o que foi abordado sobre CGV’s, para melhor apresentação do conteúdo, serão apresentadas, na próxima seção (3.3), características da cadeia produtiva leiteira brasileira, a qual se constitui em uma cadeia global de valor.

3.3 A CADEIA PRODUTIVA LEITEIRA ENQUANTO UMA CADEIA GLOBAL DE VALOR

Nas palavras de Hardt e Negri (2001, p. 268), “por meio da descentralização de fluxos produtivos, novas economias regionais e uma nova divisão do trabalho começaram a ser determinadas”, fato este que não diverge da cadeia produtiva de leite, em que a produção realizada no Brasil tende a estar inserida em uma cadeia mais integrada globalmente e, portanto, conformada em uma nova divisão internacional do trabalho (DIT). Em escala nacional, existem atividades específicas que são vinculadas relativamente pelo espaço internacional, sendo o Brasil, hoje, o quinto maior exportador de leite do mundo e, nos últimos anos, desempenha um papel fundamental na divisão internacional do trabalho dessa cadeia produtiva, como assinalado pela EMBRAPA (2011).

Para melhor visualização e comparação, o gráfico 1 demonstra que a produção mundial de laticínios e leite líquido (*in natura*) na atualidade encontra-se distribuída de forma desigual e concentrada geograficamente pelo espaço global, montada de forma fragmentada numa divisão internacional do trabalho entre as regiões da América do Sul, América do Norte, União Europeia, antiga União Soviética, Ásia e Oceania.

Gráfico 1 - Distribuição da produção mundial de laticínios e leite líquido por regiões mundiais – 2020



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados da USDA (2021)

Pinçando os números do gráfico 1, com a finalidade de situar as condições das regiões mundiais, as três principais regiões que assumem o ‘carro chefe’ da produção se destacam. Em

termos percentuais, a Ásia é a região com maior produção de leite, responsável por 38% do todo global, seguido pela União Europeia, que detém 25% da produção mundial de laticínios e leite in natura (USDA, 2021). A América do Norte detém uma parcela de 19% do total da produção mundial. Enquanto isso, as regiões da Antiga União Soviética (7%), América do Sul (6%) e Oceania (5%) são aquelas com menores participações na produção mundial do mercado de leite. No mundo, sete países são responsáveis por 51% da produção total de leite, sendo a Índia o maior produtor, seguido pelos Estados Unidos, China, Brasil, Alemanha, Rússia e França (USDA, 2021).

No circuito produtivo leiteiro, podemos destacar que a produção leiteira brasileira apresenta a maior representatividade da América do Sul. Sendo assim, nos anos de 2013 para 2014, a produção brasileira de leite cresceu 2,3%, chegando a 35,1 milhões de toneladas, alcançando 35 milhões de toneladas em 2015 e de 33,6 milhões de toneladas em 2016 (IBGE, 2016; ALVES; LEITE; RESENDE; VILELA, 2017). Segundo Censo Agropecuário - IBGE de 2006 e 2017, comparando os dados de 2017 com os dados de 2006, houve um crescimento de 62% na produção de leite em 2017, observando que foram necessárias menos vacas para produzir a mesma quantidade de leite. Dos 1,6 mil litros por vaca produzidos em 2006, no ano de 2017 a produção passou a 2,6 mil litros por animal.

No entanto, apesar do Brasil estar nas primeiras posições nos rankings mundiais de produção de leite e de rebanho de vacas ordenhadas, quando se trata de produtividade animal a situação é bem diferente. A título de comparação, com países que são referência no setor leiteiro, segundo a EMBRAPA (2019), a produtividade no Brasil é considerada baixa, sendo a média de produtividade por vaca de 1.963 kg por lactação, enquanto nos EUA esse valor é de 10.467 kg por lactação. Nisso, estes dois países se destacam por diferentes elementos e fenômenos, tanto pelo lado econômico (investimento estatal em políticas públicas) quanto pelo quadro natural (o clima e o ambiente onde as vacas se desenvolvem) e ainda pelas inovações tecnológicas (como manejos e as difusões nas combinações genéticas em centros de pesquisas e desenvolvimento (P&D)).

Além disso, conforme Valdés (1996, *apud* GASQUES E CONCEIÇÃO, 2002), a competitividade internacional consiste na habilidade das empresas ou países em criar, produzir e comercializar seus produtos de modo mais eficiente que seus concorrentes, seja no mercado doméstico ou internacional. Dessa forma, a competitividade teria como consequência o crescimento das exportações, ou, ainda, o aumento de participação no mercado interno (SILVEIRA e BURNQUIST, 2004).

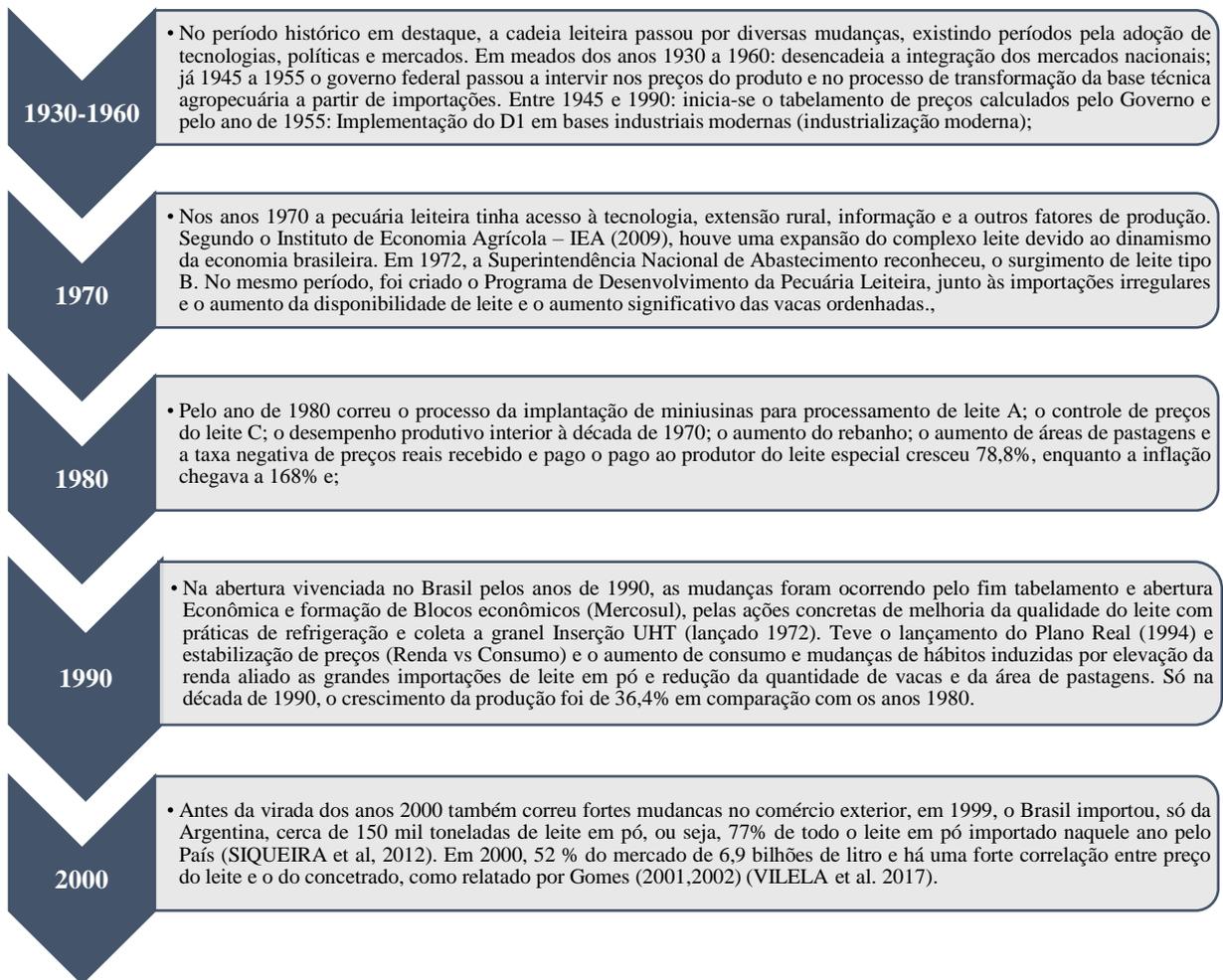
No caso brasileiro, de acordo com Souza (2014), a cadeia produtiva de leite surgiu da necessidade de abastecer as cidades, num primeiro momento com a criação de vacas no entorno dos centros urbanos até início do século XX. Com o crescimento das cidades, na primeira metade do século XX, e o desenvolvimento de novas técnicas de produção e transporte, a localização das cadeias de leite por regiões, de forma especializada na produção e industrialização do produto, foi transferida para áreas distantes dos centros urbanos.

Para observar a cadeia leiteira brasileira, é necessário fazer uma análise da sua evolução histórica. No período de 1930 a 2000, a cadeia leiteira passou por diversas e grandes mudanças em um mix de combinações, ou seja, em sinergia com períodos pela dotação de tecnologias, política e mercados. Isso pode ser observado na Ilustração 3, do processo de etapas sequenciais histórico, apresentado abaixo. Segundo Polencia (2016), as principais transformações da cadeia leiteira a serem lembradas e destacadas são colocadas em marcha pelos anos de 1930 até o ano de 2000.

Sendo assim, entre 1945 e 1955, o Estado brasileiro iniciou um processo de transformação da base técnica agropecuária a partir de importações de máquinas e, conseqüentemente, o setor leiteiro passou a ser sinônimo de importância socioeconômica. Este passou a representar fonte de renda significativa a partir da década de 1950, período em que ocorria a industrialização brasileira e uma reorganização da produção mundial.

Para melhor ilustração dessa abordagem histórica, apresenta-se a ilustração 3, a qual refere-se ao processo histórico da cadeia produtiva leiteira brasileira.

Ilustração 3 – Representação do processo histórico das transformações da cadeia produtiva leiteira brasileira



Fonte: Elaborado pelo autor, com base em bibliografias, 2022

Segundo a série histórica publicada pelo IBGE (2016), o crescimento da produção de leite no Brasil de 1961 a 1973 atingiu um ápice, tendo registrado neste último ano 7,8 milhões de toneladas, o que, em termos percentuais, representou 50% do crescimento, em relação ao ano de 1961. Já entre 1974 e 2017, a produção nacional de leite cresceu 271%, enquanto a média mundial de crescimento ficou em 75% (EMBRAPA, 2019). Tal resultado permitiu que o Brasil saltasse de décimo para terceiro maior produtor de leite no espaço mundial. Vale lembrar que os primeiros dados da produção de leite no Brasil foram registrados pela organização mundial FAO, em 1961, quando o país produziu aproximadamente 5,2 milhões de toneladas (FAO, 2016).

Segundo o IEA (2009), em 1986, no governo Sarney, a implantação do "Programa Nacional do Leite para Crianças Carentes" provocou aumento da demanda por leite. Em 1988, o governo federal comprou um bilhão de litros de leite pasteurizado tipo C, o que representava

30% da produção nacional deste tipo de leite, e sua meta era atingir, em 1989, 3,5 bilhões de litros/ano. Além disso, evidencia-se um ponto importante da ilustração acima: o Plano Real (1994), apesar deste ter sido eficaz no controle da inflação, resultou em aumento das importações, assim como promoveu privatizações em áreas como da energia, o que resultou em aumento nos preços deste serviço e, conseqüentemente, maiores custos de produção. Assim,

A liberalização (1990-1994) foi o momento que marcou o início de grandes transformações estruturais no setor lácteo, por conta de duas decisões: a liberalização geral dos preços do leite, inclusive do fluido, controlado desde Getúlio Vargas, e a abertura da economia à concorrência internacional (TELLES et al. 2008, p. 582).

Observando as políticas adotadas pelos Governos Collor (1990 - 1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002), constata-se que as ações foram voltadas para o aumento da dependência externa, com a realização das privatizações de empresas estatais, que resultaram na fragilização de várias cadeias produtivas nacionais, tais como a leiteira. Estas políticas estão no bojo da reestruturação produtiva e inserção na ‘nova’ divisão internacional do trabalho, além das implicações agudas que norteiam as condições socioeconômicas, resultados na história presente.

De acordo com Carmo (2002), em 2001, o Brasil passou a adotar imposto “*ad valorem*” diferenciado, com alíquotas variando em função do país de origem, como estratégias *anti-dumping*. Porém, com a desvalorização da moeda nacional e com a crise da produção argentina (principal parceira comercial), o Brasil apresentou aumento de 121,5% nas exportações do setor de lácteos (MORAES e BENDER FILHO, 2005). Sendo assim, entre os produtos lácteos exportados pelo Brasil, o leite em pó é um dos mais relevantes para a balança comercial brasileira.

O comércio mundial de lácteos se torna restrito a poucos países, sendo os principais importadores e exportadores os membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE (SANTOS e BARROS, 2006). Segundo Meireles e Alves (2001), a mudança de hábito do consumidor de leite fluido contribuiu para que os estados exportadores líquidos viabilizassem a inserção de seu crescente excedente no mercado, nos anos 1990, nos estados importadores líquidos.

Diante da reestruturação produtiva leiteira, ocorreram mudanças no mapa de produção nacional, com expansão da produção no Centro-Oeste e Sul, fazendo com que, em 25 anos, a Região Sudeste diminuísse seu peso relativo (IEA, 2009). Também vale destacar que, a partir do início dos anos 2000, dentro do âmbito de estudos da sociologia rural, segundo Escher e Wilkinson (2019), ocorreu uma mudança policêntrica nas relações agroalimentares globais, impulsionada pelos interesses das corporações do agronegócio e indústrias alimentares, bem como

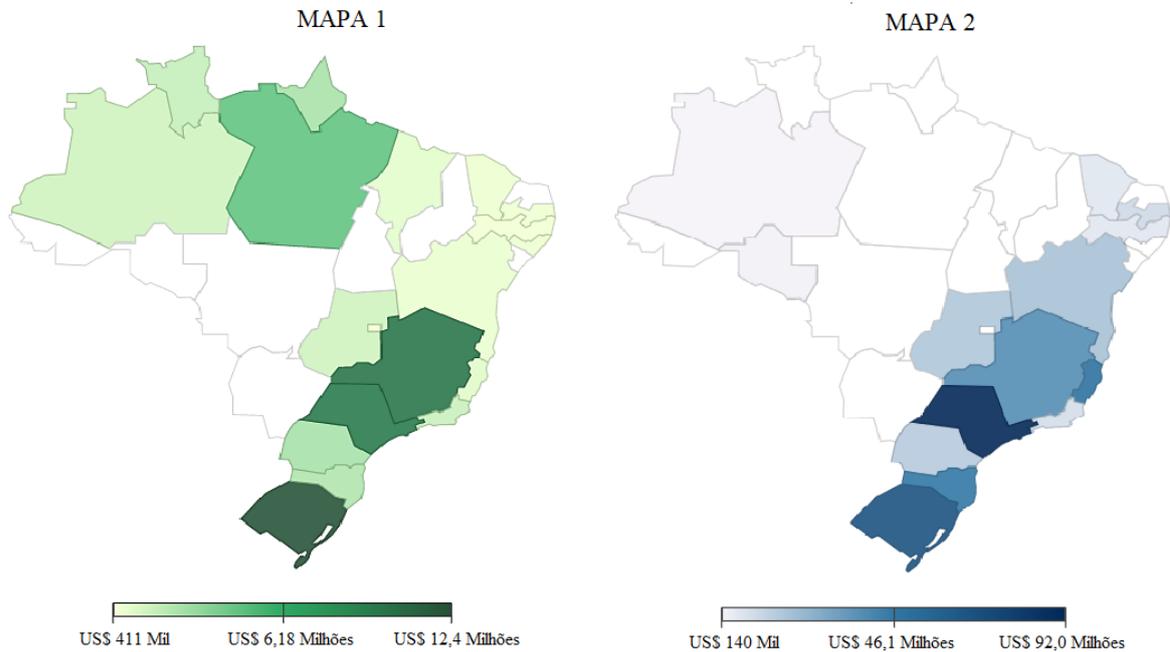
dos estados nacionais, em uma direção Sul/Oriente, que desafia o poder estabelecido das grandes corporações transnacionais do Atlântico Norte. Curado (2015), Jenkins (2015), Branco (2013), Honório & Araújo (2014), Cunha *et al.* (2012), Cano (2012), Demeleumeester (2012), entre outros, destacam efeitos associados nessa relação, a saber:

[...] consequências estruturais, ligadas ao risco de “especialização regressiva” da economia brasileira, com os processos de “reprimarização” da pauta de exportação e de “desindustrialização precoce” na composição setorial da produção e do emprego (Escher e Wilkinson, 2019). As relações econômicas Brasil-China, assim, parecem sugerir um novo padrão do tipo centro-periferia, já criticado pelos clássicos da Cepal. (ESCHER, WILKINSON, 2019, p. 657).

Nesse cenário, de forma interna, a Grande Região Sul passou a assumir a primeira colocação na concorrência desse mercado leiteiro a partir de 2014, posto anteriormente ocupado pela região sudeste. A região Sul tem destaque levantado pela Unidade Federativa - Paraná e, segundo a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (2016), projetou-se para o período 2015–2026 uma produção de 44,4 milhões de toneladas de leite, com um crescimento médio de 2,4% ao ano. A Estimativa da Organisation for Economic Co-Operation and Development (OECD, 2016) no cenário de 2016–2025 é de 39 milhões de toneladas em 2025, considerando que, nos próximos anos, haverá estabilização das cotações internacionais das commodities agrícolas, e desaceleração da demanda e da oferta mundial pelos produtos agropecuários.

Portanto, na figura 1 (abaixo), constam informações sobre a exportação e importação brasileira por produtos da cadeia leiteira (exceto margarina e/ou queijo), conforme as cinco principais unidades da federação presentes nesta dinâmica. O Mapa 1 (da esquerda) demonstra as importações e o Mapa 2 (da direita) apresenta as exportações indexadas em dólares.

Figura 1 – Mapa das principais Unidades da Federação do Brasil exportadoras (Mapa 1) e importadoras (Mapa 2) dos produtos leite, creme de leite e laticínios (em US\$ milhões) – 2021¹¹



Fonte: Adaptado pelo autor, com base na COMEXSTAT/MDIC (2022)

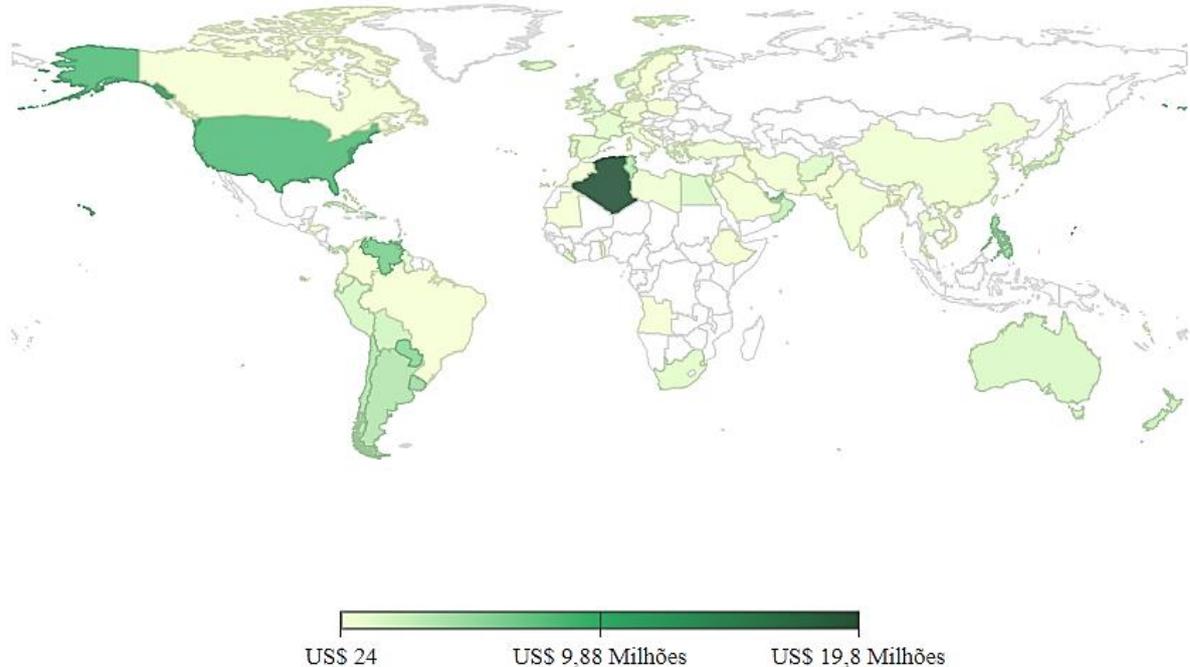
Conforme os mapas da importação (Mapa 1, de cor azul) e da exportação (Mapa 2, de cor verde), realizadas pelas unidades da federação brasileira, apresentados na Figura 1, em ordem decrescente, percentualmente, é observado que o estado de São Paulo obteve a participação no conjunto nacional em 29,3% (valor FOB US\$ 92,0 Milhões); o estado do Rio Grande do Sul em 20,9% (valor FOB US\$ 65,6 Milhões); Espírito Santo em 15,5% (FOB US\$ 48,5 Milhões); Santa Catarina em 14,7% (valor FOB US\$ 46,2 Milhões); e por último o estado de Minas Gerais em 10,1% (valor FOB US\$ 31,8 Milhões) (COMEXSTAT/MDIC, 2022).

Deste modo, quando se relacionam os dados de exportação e importação, nos movimentos destes nota-se que o estado do Rio Grande do Sul se estabelece como deficitário em US\$ 71 milhões. O mesmo fato ocorre em outras unidades da federação, como São Paulo, com déficit de US\$ 48,10 milhões, Minas Gerais, com déficit de US\$ 15,60 milhões, e o estado de do Paraná (quinto maior exportador de leite), deficitário em 379,90 milhões na balança comercial de leite e derivados (COMEXTAT/MDIC, 2022). Estes dados da balança comercial das federações brasileiras, avaliado conforme o grupo de atividade econômica, revela a baixa industrialização interna, no qual submetem-se a importar altamente os produtos industrializados à base de leite.

¹¹ Exceto manteiga ou queijo.

Na figura 2, constam informações sobre os principais países para os quais se destinam as exportações brasileiras dos derivados de leite¹².

Figura 2 – Mapa do destino das exportações de Leite, creme de leite e laticínios realizadas pelo Brasil - 2021



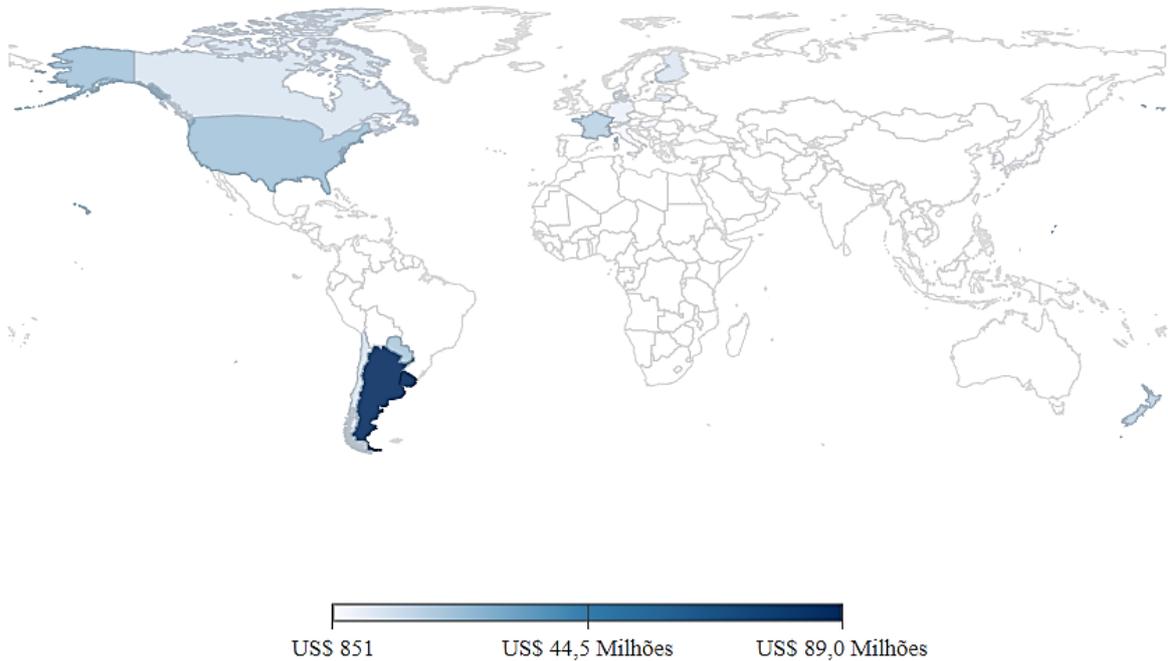
Fonte: COMEXTAT/MDIC (2021)

É possível observar que os países importadores estão localizados principalmente na África (Argélia, com participação de 37,6% da pauta de exportações), seguida pela América do Norte (Estados Unidos, com 24, 8%). Na região da América Latina, o principal destino das exportações brasileiras de leite, creme de leite e laticínios é a Venezuela, com participação de 7, 24% (COMEXSTAT, 2021).

Em relação às importações (M), na figura 3 são apresentadas as informações sobre os principais países que vendem (origem) leite, creme de leite e laticínios para o Brasil.

¹² No ano de 2020, o Brasil participou com 0,2% das importações da Indústria de Transformação de laticínios, totalizando em US\$ 100.755,5 t, e pelo lado das exportações atua em 0,05 % no total de US\$ 32.942,24 t (COMEXSTAT/MDIC, 2022).

Figura 3 – Mapa da origem das importações de leite, creme de leite e laticínios realizadas pelo Brasil - 2021



Fonte: COMEXTAT/MDIC (2021)

Os dados apontam que 42% das importações brasileiras são oriundas do Uruguai, 41% da Argentina, 4,5% dos Estados Unidos, e 3,6% do Paraguai. Os demais países dos quais o Brasil importa e respectivos percentuais são: França, 2,7%; Nova Zelândia, 2,2%; Chile, 0,89%; Canadá, 0,74%; Finlândia, 0,68%; Lituânia, 0,46%; Dinamarca, 0,36%; Alemanha, 0,19%; Hungria, 0,081% e Itália, 0,052% (COMEXTAT/MDIC, 2021).

Assim, além das unidades federativas (ver Figura 1), na sua grande maioria, serem deficitárias quando o assunto é o leite transformado pela indústria da transformação, o mesmo fenômeno é observado no Brasil. Para melhor visualização, a Tabela 1 apresenta informações sobre a Exportação, Importação e a Balança Comercial dos produtos leite, creme de leite e manteiga, entre a classificação internacional estando de acordo com o grupo C – Indústria de Transformação.

Tabela 1 - Exportação, Importação e Balança Comercial (em US\$ milhões FOB) de produtos derivados de leite no Brasil - 2021¹³

Descrição	Exportação		Importação		X-M	
	US\$ FOB	KG	US\$ FOB	KG	US\$ FOB	KG
Leite, creme de leite e laticínios	4.610.669	2.280.356	40.468.802	14.201.507	-35.858.133	-11.921.151
Margarina, reduções	4.569.994	3.821.746	7.296.340	2.215.885	- 2.726.346	1.605.861
Queijo e coalhada	1.729.364	294.965	14.547.294	3.525.977	-12.817.930	- 3.231.012
Manteiga	36.796	4.972	1.687.792	354.917	- 1.650.996	- 349.945
TOTAL	10.946.823	6.402.039	64.000.228	20.298.286	-53.053.405	-13.896.247

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados do MDIC (2022)

Na Tabela 1, da compilação das estatísticas de comércio exterior referente à mercadoria leite e seus derivados, se observa que o Brasil, no ano de 2021, exportou US\$ 10.914.863,00 e 6.402,039 kg (MDIC, 2022). A balança comercial de leite e seus derivados apresentou déficit comercial total de US\$ 53.053.405,00 no ano de 2021, enquanto o único produto que foi superavitário na variável kg foi a margarina e seus componentes, em US\$ 1.605. 861,00, porém deficitária quando convertido em dólares, em um total de US\$ 2.726.346,00 (MDIC, 2022).

Por último, devido às disparidades regionais, produtivas e políticas, a conexão nas cadeias regionais de valor (cadeias globais de valor) pode gerar benefícios, mas também pode ter custos sociais, ambientais e econômicos. Para Veigas e Rios (2017), nesse cenário é que ganha sentido o argumento de que a conexão das cadeias de valor não é suficiente e adquire relevância a discussão das políticas públicas capazes de maximizar benefícios e mitigar riscos da estratégia de conexão às cadeias de valor. Assentado nisso, o próximo capítulo se desenrolará apresentando definições e uma reflexão sobre o papel das Políticas Públicas (PP) para a evolução das cadeias produtivas brasileiras.

3.4 POLÍTICAS PÚBLICAS (PP): UMA BREVE DEFINIÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO

O que são políticas públicas? Segundo Souza (2006), não existe uma única nem uma melhor definição sobre o que seja política pública. Ademais, a análise de políticas públicas intensifica-se no Brasil a partir de 1980 (SILVA et. all, 2017, p.32). Sendo assim, para finalizar e expandir políticas públicas não significa universalizá-las, mas torná-las adequadas àqueles a

¹³Disponível em: < <https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-externo/pt-br/assuntos/comercio-externo/estatisticas/balanca-comercial-brasileira-acumulado-do-ano> >.

quem elas se destinam. Segundo Rodrigues (2012, p.212), pensar nas especificidades de um povo (que não podemos pensar no singular, como no caso brasileiro, principalmente), é rever e autenticar a pluralidade e hibridismo social em que vivemos, atentando sempre para o nosso processo fundacional.

É na perspectiva de Estado Ampliado, de Gramsci [2000], que se deve pensar as políticas públicas, num eterno diálogo entre este, sociedade civil e coletivos presentes na sociedade (RODRIGUES, 2012, p. 212). De acordo com Gramsci (2000), explicitamente o Estado e a sociedade civil são duas entidades separadas na ideologia liberal, assim não levando em consideração que existe uma junção dialética entre ambos. Ademais, quando falamos das políticas, pensamos a direção projetada pelo pessoal do aparelho e arquitetura do Estado. Por isso, segundo Secchi (2013), é possível diferenciar duas dimensões na literatura de estudos: alguns autores e pesquisadores defendem a abordagem estadista, enquanto outros defendem abordagens multicêntricas, no que se refere ao protagonismo no estabelecimento de políticas públicas.

As políticas públicas podem ser classificadas em políticas de estado e de governo. As primeiras são estruturantes de longo prazo, como, por exemplo, a Constituição Federal (1988)¹⁴, e cuja vigência ultrapassa mandatos de governos, enquanto as políticas de governo são medidas institucionais, como, por exemplo, o ProUni (2004), Minha Casa Minha Vida (2009), Pronaf (1995), e Moderfrota (2000), que estão relacionados a determinados governos que estejam no poder e que podem ou não ser mantidas após a mudança de governo.

É importante destacar que o Estado, como o brasileiro, não é só o Governo, mas também são as instituições que o compõem, sendo importante e necessário considerar como funcionam o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Polícia Federal e o Congresso Nacional, estas que são instituições além do governo. Para se aprovar parte das coisas que sonhamos, como, por exemplo, os projetos voltados ao bem-estar social, que o povo deste país precisa, é necessário ter clareza das instituições que fazem parte do sistema. O conjunto de demandas são capturadas no momento eleitoral pelos políticos, no qual vão formar representações parlamentares. As representações parlamentares e os governantes no executivo, a partir das estruturas do Estado, são materializadas por meio de políticas públicas.

Além disso, para Boaventura (2012), no caso brasileiro, não é difícil confundir políticas públicas com sentimentos como benesses, como que uma faca de dois gumes – em que, se por um lado talvez a vontade de acertar seja o elemento principal quando da elaboração de cada uma dessas políticas, por outro a vontade e a urgência em recebê-las por parte da população

¹⁴ A delimitação constitucional de 1988 concedeu definidas atribuições ao Estado e ao governo no que se refere ao processo de formulação e viabilização de políticas públicas (SILVA *et. all*, 2017, p.39).

seja elemento de fácil confusão com esmola e boa-vontade. Um exemplo explícito ocorreu com a política pública de transferência de renda do Governo Federal em 2003, o Programa Bolsa Família. Primeiro era dito que se estava criando esmola para a classe subalterna; depois, dando esmola, e que o povo não iria trabalhar.

Segundo Regonini (2001), qualquer esforço de análise que busque desvendar uma descrição densa e completa do fenômeno de política pública deve abranger cinco elementos principais, a saber: 1) dimensão de conteúdo; 2) dimensão temporal; 3) dimensão espacial; 4) dimensão de atores e 5) dimensão comportamental. Além disso, o conceito ‘política’ já demonstra que existem vários esforços e multifaces buscando determinar o seu conteúdo. Porém, é claro que o termo ‘política pública’ está vinculado e nada descolado da política, e a política é uma correlação de forças e poderes entre as camadas sociais. Segundo Secchi (2013), políticas públicas tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas ideias.

Desse modo, as PP são de extrema importância para uma organização. De acordo com Dias e Matos (2012), pode-se referir à política de uma organização, de uma empresa, de um clube, de uma família ou de um grupo social específico. As políticas públicas constituem um elemento comum da política; portanto, constituem um elemento das decisões do governo e da oposição. Pode ser analisada como a busca pelo estabelecimento de políticas públicas sobre determinados temas, ou de influenciá-las. Ainda, como os mesmos autores afirmam:

Ao longo do século XX, com o aumento da complexidade das sociedades, e o aumento da capacidade de intervenção do ser humano, possibilitado pelo avanço de novas tecnologias, a política se torna ainda mais importante, havendo necessidade de ampla participação da população nos processos de decisão que ocorrem nos diferentes âmbitos de poder, em particular no Estado (DIAS e MATOS, 2012, p. 06).

Portanto, nesse entranhado, a função do governo se dá pelo esforço da avaliação de políticas públicas na análise de seus impactos regionais, pois as regiões têm diferentes e próprias formações socioeconômicas, bem como os desafios e as potencialidades singulares. Além disso, segundo o IPEA (2014), em uma perspectiva territorial, em seus estudos, há uma ideia básica de que o desenvolvimento econômico e social tem seus próprios padrões, inclusive em termos geográficos, com impactos econômicos muito diferenciados nas diversas regiões brasileiras. Portanto, abre-se espaço para uma discussão regionalizada sobre as diversas políticas setoriais atualmente vigentes no Brasil, bem como sobre aquelas que são necessárias.

Isso posto, vale apresentar as duas diferenças entre políticas públicas apontadas por Secchi (2013): é possível serem propostas de cima para baixo ou de baixo para cima. Não tem líder

de cima para baixo; este é um burocrata. A título de ilustração, destacamos a ótica metodológica de Gereffi e Fernandez-Stark, que visualiza sob duas perspectivas: “top-down” e “bottom up”, ou seja, de cima para baixo e de baixo para cima, respectivamente. Segundo Ling Chen (2019), na obra ‘Manipulando a Globalização: a influência dos burocratas nos negócios na China’, é demonstrada a dinâmica das políticas públicas industriais e de aprendizado tecnológico na relação de forças políticas locais (regionais) na China. O estudo diferencia entre o capitalismo de cima para baixo em Jiangsu, impulsionado por objetivos políticos, e o capitalismo de baixo para cima em Guangdong, impulsionado por ganhos econômicos práticos, em que:

[...] as normas e instituições locais têm, desde o final do século XIX, condicionado e reforçado as escolhas de negócios dos burocratas aliados e estratégias de desenvolvimento, que por sua vez moldaram caminhos divergentes de modernização industrial nas últimas duas décadas (CHEN, 2019, p.03).

Nesse processo, devido ao desenvolvimento desigual entre as regiões, isto agravaria ainda mais as disparidades regionais, pois o processo cumulativo poderia ocorrer para cima (efeitos propulsores) nas regiões mais desenvolvidas, ou para baixo (efeitos regressivos) nas regiões menos desenvolvidas (LIMA e NETO, 2019). De qualquer forma, não se pode negligenciar que o governo derivado do Estado¹⁵ tem participação efetiva nas decisões de ordem de uma determinada economia, sociedade e região. Como exemplo podem ser destacadas as políticas de incentivos fiscais e tecnológicos que foram estimuladas pelo governo estadual paranaense, em meados dos anos 2000, para a cadeia produtiva de leite em âmbito regional.

Também, em escala nacional, no início dos anos 1990, o governo brasileiro implementou políticas que promoveram a liberalização comercial e financeira para a concorrência no mercado mundial, inserindo o Brasil e suas respectivas regiões a céu aberto (sem proteção), em um contexto de disseminação de políticas pelas ideologias axiomáticas da polissemia neoliberal pelo famoso “Consenso de Washington” (1986), um consenso sem consenso de todos os países do Globo, em que o resultado, no Brasil, foi que:

Entre as décadas de 1930 e 1990, até a implantação do neoliberalismo no governo FHC, o capital industrial foi quem de fato direcionou o poder do Estado, e esse direcionamento “pelo alto” era defendido abertamente pelos intelectuais da direita autoritária, pois, para eles, “apenas o Estado seria capaz de construir a nação brasileira” (GREGÓRIO, 2019, p. 21).

¹⁵ Conceitualmente, o Estado é estudado em si mesmo, em suas estruturas, funções, elementos constitutivos, mecanismos, órgãos etc., como um sistema complexo considerado em si mesmo e nas relações com os demais sistemas contíguos (BOBBIO, 1987, p.55).

Essas mudanças em curso na reorganização espacial da produção, entres outros pontos, após 1990, provocaram também a reestruturação das funções do Estado, bem como o papel institucional do Executivo e Legislativo¹⁶. Em jogo havia um amplo projeto de privatização¹⁷, e que se tornou mais claro no governo FHC, o qual se mostrou aliado às recomendações de organizações internacionais, tais como do Consenso de Washington. Também houve a reação social a tal projeto, que resultou na emergência política da burguesia de Estado como fração específica. A organização da produção e a técnica, provocados pela abertura ao capital internacional, fizeram ecoar a relevância do papel efetivo das políticas públicas em escalas locais e regionais, em buscar mitigar os riscos e estratégias de conexão à cadeia de valor global que se configurou nesse período.

Segundo Veiga e Rios (2017, p.27), os riscos apontam “à excessiva dependência de um país em relação a estratégias de empresas transnacionais líderes das cadeias, o excessivo poder de mercado destas e a possibilidade de que empresas locais fiquem ‘congeladas’ em posições subalternas das cadeias”. Além disso, conforme a mesma fonte, a localização de tarefas e atividades dentro de cadeias globais de valor “(...) pode ser deslocada ao longo das redes de produção internacional das empresas transnacionais (...), causando desarranjos nos processos de *upgrading* industrial e impactos sociais negativos”.

Isso posto, o uso da categoria cadeia de produção para a formulação de políticas públicas torna-se essencial, pois identifica e analisa o comportamento dos elos que a contemplam e, conseqüentemente, de forma adequada, buscam identificar e mitigar riscos que venham aparecer no desenrolar de sua dinâmica, bem como planejar a distribuição do produto dessa produção. Segundo Castro (2002, p. 6-7 *apud* Espindola):

“O enfoque de cadeia produtiva provou sua utilidade para organizar a análise e aumentar a compreensão dos complexos macroprocessos de produção e para se examinar o desempenho desses sistemas, determinar gargalos ao desempenho, oportunidades não exploradas, processos produtivos, gerenciais e tecnológicos”.

Para Batalha (2007, p.21), pode-se considerar seis aplicações principais do conceito de cadeia de produção: Metodologia de divisão setorial do sistema produtivo; formulação e análise

¹⁶ Os presidentes pós-1988 comandaram coalizões partidárias e que estas foram responsáveis, em última análise, pela aprovação legislativa do governo (FIGUEIREDO, 2001, p.30). A mesma fonte informa que a base institucional que determina a lógica do funcionamento do sistema político brasileiro não foi alterada e que, portanto, continua a ser a mesma o sistema criado em 1946.

¹⁷ Durante o Governo FHC, ao longo dos anos de 1995 a 2002, foram realizadas as desestatizações de mais de 100 empresas, totalizando US\$ 78,9 bilhões de receita e mais US\$ 14,9 bilhões em transferência de dívidas, sendo US\$ 51,0 bi referente a empresas estatais controladas pela União e US\$ 27,9 referente às controladas pelos Estados; com relação à transferência de dívida, foram US\$ 8,1 bilhões e US\$ 6,8 bilhões, respectivamente (TERRAÇO ECONÔMICO, 2020).

de políticas públicas e privadas; ferramenta de descrição técnica-econômica; metodologia de análise da estratégia das firmas; ferramenta de análise das inovações tecnológicas; e apoio à tomada de decisão tecnológica e análise de competitividade.

As diferentes literaturas apontam que tanto as ações quanto as não ações dos governos ou do Estado em relação à sociedade e setores econômicos podem estimular ou prejudicar seu desenvolvimento. Nesta pesquisa, o objetivo é verificar como as políticas públicas implementadas pelo governo paranaense influenciaram na evolução das características da cadeia produtiva leiteira, sendo apresentados estes resultados no próximo capítulo.

4 A CARACTERIZAÇÃO E AS TRANSFORMAÇÕES DA CADEIA LEITEIRA PARANAENSE

O Estado do Paraná ocupa uma extensão territorial de 199.314,858 km², tendo como limites ao leste o Oceano Atlântico, ao nordeste e norte o Estado de São Paulo, ao noroeste o Estado do Mato Grosso do Sul, ao sudeste e sul o Estado de Santa Catarina e ao Oeste o Paraguai e a Argentina (IBGE, 2021). O estado se consolida com quase 11,6 milhões de habitantes, com um crescimento populacional de 0,7% no ano de 2021 em relação ao ano de 2020 (IBGE, 2021). De acordo com Martins (1989, p.19 e 20), a diferenciação climática da região influenciou as imigrações, pois o clima do planalto, “zona temperado doce”, é o que mais se assemelha ao clima europeu. Assim, para os seres humanos escolherem um determinado cultivo e a técnica, as condições naturais, como o clima componente da paisagem, pode ter influenciado para a formação da “civilização paranaense”.

Em relação aos elementos humanos, o Paraná tem um histórico marcado pela presença de diversos grupos indígenas que ali habitavam e ainda resistem nessas localidades. Segundo Corrêa (1997, p. 54), “O território, quase intocado, com sua natureza luxuriante, foi alvo de disputa entre portugueses e espanhóis e era concebido como um sertão desabitado, ou ainda habitado por selvagens que necessitavam de conversão ao cristianismo e aos ‘bons costumes europeus’”.

No que tange à evolução da pecuária leiteira, em 1888, com a abolição da escravidão, a pecuária se expandiu do Sul ao Nordeste, nos arredores dos grandes centros consumidores. Nesse período foi construída a estrada de ferro entre Itararé (SP) e Santa Maria (RS), com 1.403 quilômetros de extensão, para ligar as províncias de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul pelo interior, o que permitiria a conexão, por ferrovia, do Rio de Janeiro à Argentina e Uruguai. Em 1916,

“[...] havia se instalado os primeiros imigrantes holandeses em Carambeí – PR, onde o leite e seus derivados foram a base da colônia holandesa nas primeiras décadas, apesar de os rebanhos serem formados por animais mestiços (CORDEIRO, 2006, p. 125).

Ademais, de acordo com a mesma autora, os humanos se apropriam de outros espaços geográficos e agem sobre ele com a finalidade de garantirem a sobrevivência e existência. “[...] Logo, além desses órgãos diretos, são constituídos órgãos sociais sob a forma da sociedade” (MARX, 1983, p. 121, *apud* CORDEIRO, 2006, p. 121).

De acordo com Vilela *et. all* (2017), até a década de 1950, a atividade pecuária se desenvolveu lentamente, sem grandes evoluções tecnológicas. Foi após este período que ocorreram mudanças transformadoras, nas quais a agricultura capitalista brasileira deixou rastros diante dos conflitos, antagonismos e absorções que vinha passando pela dinâmica do mercado. A modernização agrícola implementada foi acompanhada pela imposição de pacotes tecnológicos, nos quais os agricultores passaram a utilizar insumos químicos e sementes modificadas como uma necessidade, independentemente de suas vontades. Ou seja, as transformações do setor industrial imbricaram a transformação do latifundiário em empresário agrícola moderno, o que induz uma nova divisão social do trabalho, não de movimento dual, do campo versus urbano, mas de forma integrada, numa relação íntima, causada pela interpenetração das novas frentes capitalistas. Neste lugar, portou a promessa de desenvolvimento em várias dimensões, que provinha de um modelo advindo dos países centrais (pós-recessão) diante do contexto internacional que atravessava duas Guerras Mundiais e o fim da antiga União Soviética, a ascensão da China em 1978 e a era da pré-Revolução Verde ou Revolução Agrícola. Nesses acontecimentos, o processo industrial se refletiu no espaço rural brasileiro, firmando o sinônimo do estágio moderno. Nas palavras de Delgado¹⁸:

“Observe-se que o período do pós-guerra, ou mais extensivamente a história da economia posterior à Revolução de 1930, focaliza mais frequentemente na literatura especializada a expansão e consolidação da indústria moderna na economia brasileira. Nesse contexto o setor rural foi em geral interpretado de maneira subsidiária ao longo do ciclo de industrialização, 1930-1980, sendo até hoje interpretado com frequência como fluxo caudatário desse processo, durante o longo ciclo industrial.” (DELGADO, 2001, p.157).

À vista disso, o ‘carro-chefe’ industrial foi o determinante do desenrolar dos anos de 1950 a 1960, pautado na Revolução Verde. Nesse período, o despejo de maquinaria e insumos agrícolas – os pacotes tecnológicos – se intensificaram exponencialmente na direção dos países no progresso do desenvolvimento – os subdesenvolvidos, ou do Sul Global – como exemplo o Brasil (periferia do Sul do Mundo) e, diante do contexto, abre-se à luz para diversas linhas teóricas. Uma das linhas teóricas foi a teoria dependentista cepalina (logo emergiram críticos a essa teoria), que desvendava, a grosso modo, que a estrutura produtiva se dava de forma semelhante e tecnicamente à do Centro do Mundo.

¹⁸ O mesmo autor adverte que, em algum momento do debate temático, estas distinções se confundem (ver Rangel, 1961), mas em vários outros textos “clássicos” (Caio Prado Jr. e Celso Furtado, principalmente) a questão agrária contém outros ingredientes fundamentais (estrutura fundiária e relações sociais no campo), que são, de certa forma, externos à discussão do lugar da agricultura no desenvolvimento industrial brasileiro (DELGADO, 2001).

Do ponto de vista estritamente econômico, esta nova teoria entendia que as relações estruturais de dependência estavam para além do campo das relações mercantis – assim acreditavam os teóricos desenvolvimentistas – se configurando também no movimento internacional de capitais, em especial na figura dos investimentos diretos estrangeiros e na dependência tecnológica (SANTOS, 2017).

Para tanto, esse processo modernizador da agricultura brasileira pós-1965, vis-à-vis dessas ondas de rupturas e continuidades, desloca-se a exercer outro papel, se configurando e empregando no conceito de “Complexos Agroindustriais” – CAIs, assim emergindo na estrutura da agricultura brasileira distintas cadeias produtivas, isto é, a passagem da substituição de uma economia, digamos natural (ou feudal, como dita em algumas situações), amarrada à indústria de equipamentos, máquinas e insumos agrícolas. Estas instalaram suas bases para a intensificação da modernização do campo frente à dualidade do movimento externo e interno, que condicionou a intensificação de uma “nova” estrutura na divisão espacial do trabalho das atividades produtivas e das relações intersetoriais, consubstanciando, assim, a especialização do departamento D1¹⁹, a priori, ao marco histórico dos anos 1950 -1960.

Desse modo, na essência do espaço rural é dinamizada uma nova configuração da sua base, de seu modo e relações de produção. Ou seja, com a intensificação das relações capitalistas de produção introduzidas no campo brasileiro, não é mais possível entender a agricultura como uma atividade autossuficiente e isolada dos demais setores de produção (VIEIRA, 2019). Por isso, a unidade produtiva passou a ganhar outras formas.

Então, com a formação dos CAIs – complexos agroindustriais organizados em cadeias de produção - observa-se e desvenda-se seu movimento depois do ano de 1975, dentro de uma unidade produtiva que era autossuficiente, de característica fechada. Frente ao movimento que rodeava essas "fazendas", começava a germinar a integração vinculada com o departamento industrial, isto é, antes da porteira da unidade produtiva do conjunto que implica o surgimento de uma nova face e dinamização.

Neste complexo de relações entre indústria e agricultura na fase de intensas conexões para trás. Essa integração de forma crescente chega ao estado que Muller em 1989, conceitua como complexo agroindustrial, conforme citado abaixo:

¹⁹ GRAZIANO DA SILVA (1996, p.5) denomina “D1” agrícola o setor industrial produtor de bens de capital e insumos básicos para a agricultura. A mesma definição é encontrada em KAGEYAMA (1987, p.10). A conceituação do termo também pode ser visto no trabalho da Maria da Conceição Tavares, no trabalho ‘Acumulação de capital e industrialização no Brasil (1998), disponível em: < <https://www.eco.unicamp.br/images/publicacoes/Livros/30anos/Acumulacao-de-capital-e-industrializacao-no-Brasil1.pdf> >.

“Entenda-se por Complexo Agroindustrial o conjunto de relações entre indústria e agricultura na fase em que esta mantém intensas conexões para trás, com a indústria para a agricultura e para frente, com as agroindústrias e outras unidades de intermediação que exercem impactos na dinâmica agrária. O Complexo Agroindustrial é uma forma de unificação das relações entre os grandes departamentos econômicos com os ciclos e as esferas de produção, distribuição e consumo, relações estas associadas às atividades agrárias.” (MÜLLER, 1989a, p.41).

Para Graziano da Silva (1996), isso passa a acontecer quando a industrialização do campo ocorre através da modernização, a reunificação do campo com a indústria, quando a indústria passa a comandar a direção, as formas e o ritmo da mudança na base técnica agrícola. Segundo Kageyama (1987), a agricultura começa a subordinar-se à dinâmica dos capitais industriais, onde essas ligações não são apenas técnicas, mas principalmente financeiras. Entre o contexto, a estrutura do comércio internacional mostrou, ao longo do espaço de tempo, um grau de dependência em importados, no caso do montante²⁰, e um grau de dependência relativamente mais elevado em exportações da produção vinda do rural à jusante²¹, nos elos produtivos nas cadeias regionais.

Além do mais, a reestruturação produtiva transbordou em atividades específicas, como a cadeia leiteira, a partir dos anos 1950 e depois após os 1990, que passou a ser mecanizada e resultando em principal fonte de renda para os produtores, de modo a somar às políticas de estado. Também na esfera política, diante desse contexto de modernização do rural do território brasileiro, houve mudanças na reestruturação da esfera parlamentar paranaense em 1945 (IPARDES, 2006). Todavia, no tocante a esse período, houve as mudanças que implantaram o “velho” coabitando ao “novo” (moderno) modo de produção e relação de produção.

No entanto, a difusão da modernização resultaria em uma nova dinâmica da agricultura regional. Segundo Espindola (2020), essa modernização seletiva e excludente possibilitou o surgimento de diferentes cadeias produtivas específicas (horticultura, avicultura, flores, folhagens, entre outras) e um novo tipo de produtor lastreado na lógica ampliada do capital.

O sistema agroindustrial brasileiro do leite, por exemplo, vem apresentando continua expansão, desenvolvendo, melhorando e procurando consolidar uma estrutura que envolva e fortaleça todos os setores da cadeia do leite em certas regiões (GOEBEL, *et. all*, 2004). Por consequência, para compreender a dinâmica das *commodities*, sobretudo o leite, que se vincula aos laticínios, é indispensável entender a sua própria função no mercado onde se insere. Na atualidade, difundida em várias forças motrizes, alavancaram o complexo do leite paranaense.

²⁰ Montante como categoria de segmentos de setores que fornecem insumos e equipamentos à agropecuária (antes da porteira).

²¹ Jusante como um segmento e setores que determinam produtos/mercadorias e serviços agropecuários (depois da porteira).

Por esse ângulo, esses agronegócios e as *commodities* agrícolas paranaenses despontam atualmente em produção de soja, milho, trigo e leite, sendo as etapas posteriores de agregação de valor destacadas nas áreas de óleos vegetais, de proteína animal e de laticínios. Segundo o IBGE (2017), o Paraná tem sido, historicamente, um dos mais importantes e tradicionais produtores de leite do Brasil. Conforme a mesma fonte, a UF, no ano de 2020, atingiu 4,4 bilhões de litros. Em dez anos - entre 2008 e 2018 - a produção paranaense se elevou em 55%, saindo de 2,8 bilhões de litros para 4,4 bilhões ao ano, hoje, em 2022, se destacando como segundo colocado na produção leiteira brasileira.

Em relação aos dados, algumas unidades da federação são citadas como principais produtoras de leite no conjunto do território brasileiro. Por isso, a Tabela 2 traz dados de 2019 sobre o Valor Bruto da Produção Industrial Total (VBPI)²², da Indústria de Alimentos e Bebidas e da Indústria de Laticínios destas principais regiões.

Tabela 2 - Valor Bruto da Produção Industrial Total, da Indústria de Alimentos e Bebidas e da Indústria de Laticínios, segundo as principais unidades da Federação – Brasil - 2019²³

Unidades da Federação	Valor bruto da produção industrial (Mil Reais)				
	Total	Ind. de Alimentos e Bebidas	%	Ind. de Laticínios	%
Minas Gerais	350.064.550	82.010.366	23,43	26.014.413	7,43
Rio de Janeiro	284.074.696	22.032.634	7,76	2.152.535	0,76
São Paulo	1.072.802.699	173.975.957	16,22	16.413.358	1,53
Paraná	252.439.629	197.861.505	33,63	7.361.963	2,92
Santa Catarina	180.057.918	47.338.432	26,29	6.596.014	3,66
Rio Grande do Sul	248.330.240	70.951.688	28,57	7.488.119	3,02
Brasil	3.210.836.311	720.156.496	22,43	81.913.544	2,55

Fonte: Elaborado pelo autor, na base da Pesquisa Industrial Anual – IBGE (2022)

De acordo com as informações da Tabela 2 (acima), o Paraná, que detém a terceira colocação de maior produtor de leite, perde sua posição no ranking para o Rio Grande do Sul, que participa com 3,2% do VBPI nacional contra 2,92% da participação estadual (paranaense).

²² O VBPI, obtido pela soma das vendas de produtos e serviços industriais (receita líquida industrial), é relacionado à variação dos estoques dos produtos acabados e em elaboração e à produção própria realizada para o ativo imobilizado (IPARDES, 2010).

²³ Exclusive as variações monetárias passivas, as despesas financeiras, os resultados negativos de participações societárias e em sociedades em cota de participação e as despesas não-operacionais.

O melhor desempenho da indústria de laticínios gaúcha deve-se, provavelmente, à maior especialização produtiva e à produção de uma pauta de maior valor agregado, ancorada, especialmente, na produção de leite UHT (Tabela 2).

Conforme já mencionado, a indústria passa a ser mais integrada no espaço da agricultura, assim como a Indústria de Laticínios, que é a principal responsável pela implementação das transformações em curso nos diferentes segmentos da cadeia produtiva. Segundo Souza (2014), os setores da indústria de alimentos foram aqueles que mais se desenvolveram no agronegócio brasileiro nos últimos anos, inclusive uma das variáveis do agronegócio. Também destaque para a cadeia produtiva leiteira como o setor de laticínios que tem recebido investimentos de pequenos e grandes grupos de capital local, regional, nacional e internacional voltados à produção e processamento de alimentos.

Por isso, há um breve retrospecto da última década em relação ao setor paranaense de laticínios - parte do elo da cadeia leiteira - este que vem apresentando resultados positivos e ampliando a sua participação no Valor Bruto da Produção Industrial (VBPI)²⁴ em escala nacional. Portanto, conforme a tabela 3, nota-se que a sua representatividade no Estado brasileiro, que em 1996 era de 6,7%, altera-se positivamente até o ano de 2007 (chegando a atingir 9,1% em 2006), com exceção do ano de 2000, quando essa participação declina para 6% (IBGE, 2021).

Tabela 3 - Participação do Paraná no valor bruto da Produção Industrial Total, da Indústria de Alimentos e Bebidas e da Indústria de Laticínios do Brasil de 1996/2019

(continua)

Anos	Valor Bruto da Produção Industrial - VBPI (R\$ mil)					
	Total		Indústria de Alimentos e Bebidas		Indústria de Laticínios	
	Brasil	Paraná	Brasil	Paraná	Brasil	Paraná
1996	340.793.706	19.558.238	67.556.938	6.265.880	8.879.583	591.818
1997	376.063.418	21.759.818	75.148.272	7.049.929	9.079.415	625.894
1998	381.329.549	22.458.436	79.284.670	7.341.629	9.333.535	627.179
1999	456.050.422	28.805.391	89.735.296	8.994.490	9.570.868	697.281
2000	561.786.123	36.427.750	100.123.737	9.504.085	11.229.452	671.833
2001	653.945.991	43.272.818	124.059.123	11.194.959	11.422.071	768.292
2002	754.476.616	50.854.564	149.944.069	14.191.743	12.412.868	955.215
2003	939.221.523	66.735.455	178.273.302	17.025.527	15.285.108	1.152.626

²⁴ O VBPI, obtido pela soma das vendas de produtos e serviços industriais (receita líquida industrial), é relacionado à variação dos estoques dos produtos acabados e em elaboração e à produção própria realizada para o ativo imobilizado.

(conclusão)

Anos	Valor Bruto da Produção Industrial - VBPI (R\$ mil)					
	Total		Indústria de Alimentos e Bebidas		Indústria de Laticínios	
	Brasil	Paraná	Brasil	Paraná	Brasil	Paraná
2004	1.129.820.084	81.353.982	206.850.355	20.245.512	16.644.141	1.215.065
2005	1.184.816.513	84.400.657	212.344.162	20.072.994	19.279.808	1.481.205
2006	1.267.173.976	89.170.768	230.579.067	22.051.802	20.215.568	1.841.993
2007	1.418.321.915	102.825.476	252.517.175	25.552.215	25.799.183	2.188.459
2008	1.647.262.000	125.389.953	292.950.336	30.790.670	28.938.309	2.313.547
2009	1.512.711.280	113.784.395	313.136.941	29.521.879	32.546.008	2.319.001
2010	1.804.172.592	130.954.253	356.824.544	32.744.290	37.047.635	3.122.300
2011	2.005.601.397	151.585.991	402.090.214	38.730.394	40.612.155	3.348.336
2012	2.151.718.486	168.692.277	453.748.729	45.446.731	42.493.796	3.595.392
2013	2.387.829.258	191.520.332	495.481.264	50.695.473	52.266.549	4.211.910
2014	2.491.456.007	193.856.932	543.100.504	58.806.347	59.285.453	4.811.331
2015	2.482.138.690	187.661.888	588.829.255	63.273.605	60.517.739	4.519.820
2016	2.499.190.237	198.232.026	654.348.835	73.525.415	66.805.032	5.499.863
2017	2.639.591.095	212.225.947	667.868.225	80.360.918	66.492.792	5.330.948
2018	3.053.322.776	239.971.338	692.162.157	85.879.589	73.457.717	6.593.727
2019	3.210.836.311	252.439.629	720.156.496	84.903.176	81.913.544	7.361.963

Fonte: Elaborado pelo autor, com base na Pesquisa Industrial Anual – IBGE (2021)

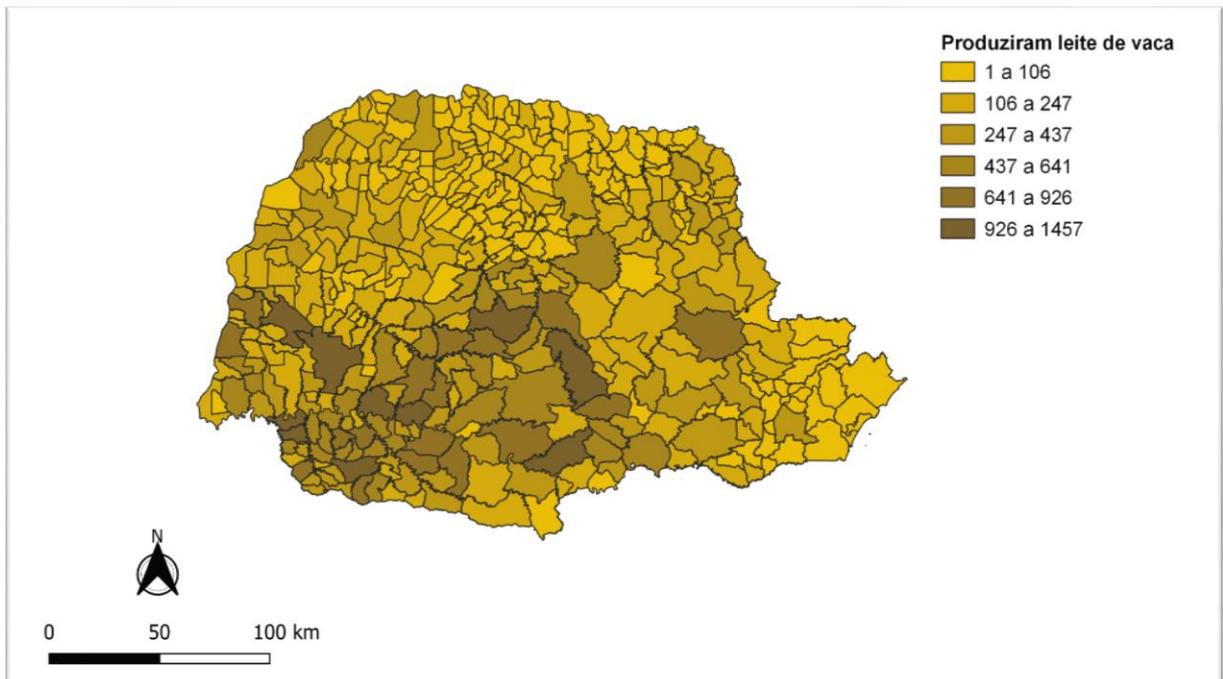
Quanto à evolução da indústria de laticínios entre os anos de 1996, 2000, 2010 e em 2019, o segmento brasileiro apresentou, em 2007, VBPI superior a R\$ 25,9 bilhões, representando 10,2% do valor da indústria de alimentos e bebidas (IPARDES, 2010; IBGE, 2021). Além disso, alterou-se positivamente, de forma ascendente, até o ano de 2019, que se encontrava em R\$7.361.963,00 em 1.144 % em relação a 1996, informações que podem ser visualizadas na Tabela 3. (IBGE, 2021).

Além disso, as bacias leiteiras do Estado variam bastante segundo as regiões, e é importante salientar que a produção de leite está presente nos diversos municípios do estado do Paraná, porém distribuídas de forma desigual e concentradas. Isso é notável segundo os dados da PPM - IBGE que, no ano de 2020, indicaram que os municípios de Castro e Carambeí apresentaram produções superiores a 292 e 180 milhões de litros de leite, respectivamente, ficando na liderança paranaense, assim como brasileira. Estes municípios ficam na região dos Campos Gerais, que compreende os municípios de Castro, Carambeí, Palmeira e Arapoti, sendo aquela que apresenta maiores índices de produtividade, com cerca de 10 mil litros de leite por vaca ano.

Além do contexto histórico, a região Sudoeste do estado paranaense é a maior produtora de leite em volume porque recebeu grandes contribuições de infraestrutura para sua ‘modernização’. As mesorregiões Oeste e Centro-Sul paranaense juntas fazem parte das fatias da produção do estado. Segundo a Agência de Notícias do Paraná, em 2020, a região Sudoeste do Estado foi a maior produtora de leite considerando o volume de produção (IBGE, 2021). Nessa região, os municípios de Cascavel e Toledo produziram aproximadamente 83 milhões de litros de leite, neste mesmo ano.

No Estado do Paraná, segundo o Censo Agropecuário - 2017, havia um total de 1.457 estabelecimentos agropecuários que produziam leite de vaca. Na Figura 4, nota-se que os municípios com a cor amarela mais intensa são os que compõem a concentração de estabelecimentos agropecuários que produziram leite de vaca, variando entre 926 e 1.457 estabelecimentos, conforme o último Censo Agropecuário – 2017 (IBGE, 2021).

Figura 4 – Mapa da distribuição espacial dos estabelecimentos agropecuários que produziram leite de vaca (unidades) nos Municípios do Paraná - 2017



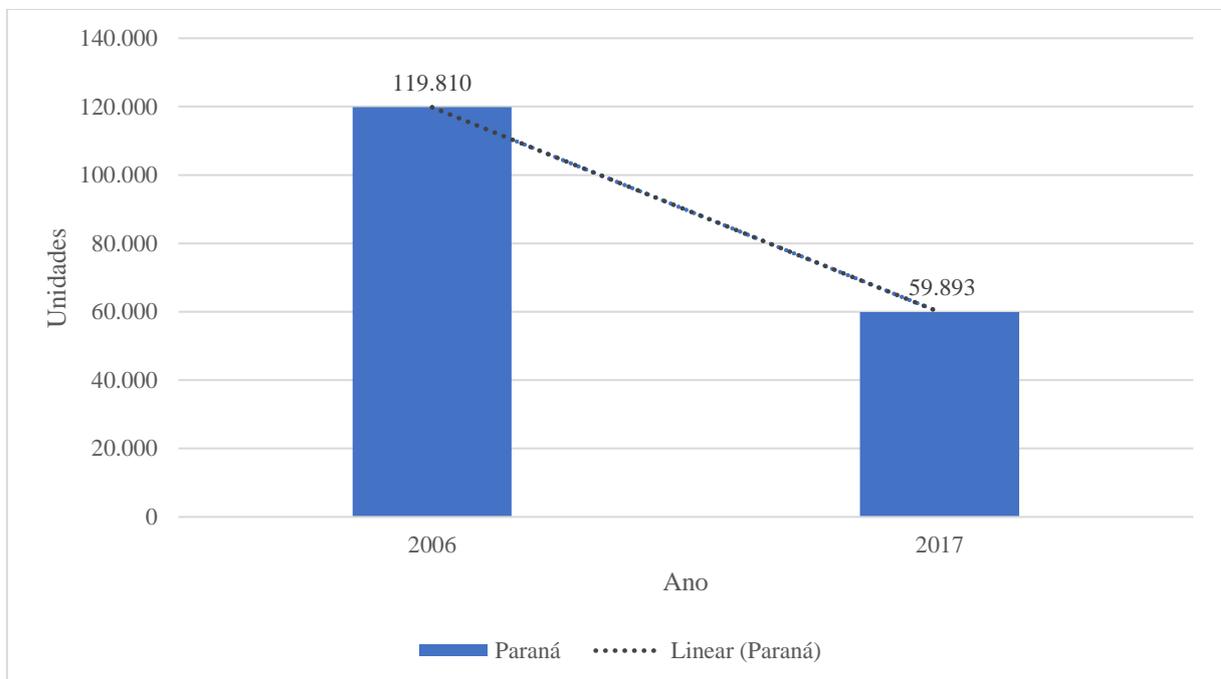
Fonte: Elaborado pelo autor, na base cartográfica – IBGE; IBGE – Censo Agropecuário 2017 (2021)

Conforme é possível visualizar na figura 4, as mesorregiões Oeste paranaense, Centro-sul paranaense e o Sudoeste paranaense são as que se destacam em produção de leite de vaca nos municípios. A região Sudoeste, com 42 municípios, produz cerca de 1 (um) bilhão e 200 (duzentos) milhões de litros por ano (IBGE, 2017). Além disso, as bacias das regiões já citadas

(Oeste, Sudoeste) são as que mais cresceram durante a década de 1990 e apresentaram características semelhantes (IPARDES, 2003).

Considerando que no Paraná há um número significativo de cooperativas vinculadas ao agronegócio²⁵, dentro da porteira (ou seja, os estabelecimentos que produzem a matéria-prima) é possível observar que tem ocorrido um aumento de produtividade e uma redução no número de estabelecimentos no intervalo de tempo entre os censos agropecuários de 2006 e 2017. Estas informações estão apresentadas no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Número de estabelecimentos agropecuários que produziram leite de vaca (unidades) - Censo Agropecuário de 2017 em relação ao Censo Agropecuário de 2006 – Paraná²⁶



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos censos agropecuários 2006-2017 (2022)

Os dados expostos se relacionam de forma estreita com a teoria. De acordo com Milton Santos (2002), o mundo atual se configura em espaços desiguais, sendo uns mais dinâmicos que outros, com mais ou menos concentração, centralização e fluidez de capitais. Assim, os dados do gráfico acima demonstram uma queda de exatos 50,01% nos estabelecimentos que produziram leite de vaca no Paraná. E, conforme vimos na figura 4, as principais bacias leiteiras

²⁵ O agronegócio é entendido “como a cadeia produtiva que envolve desde a fabricação de insumos, passando pela produção nos estabelecimentos agropecuários e pela transformação, até seu consumo. Essa cadeia incorpora todos os serviços de apoio: pesquisa e assistência técnica, processamento, transporte, comercialização, crédito, exportação, serviços portuários, distribuidores, bolsas e o consumidor final” (CONTINI *et al.*, 2006, p. 6)

²⁶ Nota: Os dados relativos ao período (2017) de referência (1/10/2016 a 30/09/2017).

localizam-se nas regiões Sudoeste, Centro-oriental²⁷ e Oeste, e são responsáveis por 53% da produção do Paraná, local em que estão concentrados 48,5% dos produtores.

Estes dados demonstram a existência de uma concentração de capital e podem ser respondidos pelos expressivos avanços em tecnologia, a exemplo da genética do rebanho e das práticas de manejo da atividade, que não se concentram apenas na bacia mais desenvolvida do Estado, mas que também se espraiam para outras bacias leiteiras paranaenses (IPARDES, 2009). Uma das consequências destes avanços é o aumento nos custos de produção, que acabam por impedir a permanência de produtores menos capitalizados, os quais acabam excluídos do processo produtivo em questão. Além do mais, a partir da Instrução Normativa nº 52/2002, a legislação para monitoramento da qualidade do leite passou a ser mais rigorosa, na qual as rígidas regras levaram muitos produtores a desistir (e migrarem para outras atividades econômicas) da atividade, por não atenderem às exigências em lei.

De todo modo, a teoria em relação à realidade concreta confirma-se por esta visão empírica, haja vista que a existência do desenvolvimento do capital na agricultura, de características capitalistas, à procura de lucro via concorrência, leva as empresas a recorrerem à acumulação, porque a grande produção busca a possibilidade de recorrer aos melhoramentos técnicos com a intenção de reduzir custos de mão de obra, logo, aumento da produtividade, e implica em concentração dos meios de produção.

Teoricamente, quando reconstituímos o passado histórico, encaramos os manuscritos de Marx e a técnica (1861 – 1863, séc. XIX), no qual podemos, de forma análoga relacionar com as suas contribuições sobre a técnica e tecnologia que se fazem também no presente, a saber: a tecnologia de forma não estática está no mais profundo das relações sociais de produção, neste mundo moderno, além do empírico concreto, bem como a tecnologia não é o domínio da natureza, mas da relação entre a natureza e o humano.

Por conseguinte, as taxas de produtividade em alta escala transformam-se em flexibilização na ruptura causada por uma inovação tecnológica²⁸. Com isso, o papel do sistema em

²⁷ Segundo IparDES (2010), constata-se que parcela significativa dos produtores que adotam maiores níveis de tecnologia encontra-se na região Centro-Oriental. Nessa região, os progressos genéticos do rebanho e os índices de produtividade estão muito acima das médias nacionais, podendo ser comparáveis aos obtidos nos países onde a atividade leiteira é mais desenvolvida, como o Canadá, por exemplo.

²⁸ A inovação é uma mudança revolucionária que emerge no seio do sistema capitalista, que revoluciona os processos de produção de forma descontínua e não paulatinamente (com pequenos ajustes ao longo do tempo). Produzir novos produtos exige “combinações de novos materiais e forças” e, por isso, o empresariado é aquele que tem comando sobre os meios de produção necessários para a realização de novas combinações (SOUZA, 2014, p.48).

aumento de maquinaria no bojo “moderno” levanta uma cortina que esconde a verdadeira essência do econômico, aumentando a necessidade da mercadoria e dos avanços técnicos. Neste sentido, Romero (1999, p. 98) afirma que:

“Marx está também interessado em abordar questões como a subsunção do trabalho ao capital, metamorfose da base material capitalista, diferença entre máquina e ferramenta, análise da maquinaria e fetichismo, relação entre ciência e processo de produção.”

Além disso, para melhor visualização do exposto, o gráfico 3 (a seguir) demonstrará, a partir de dados do IBGE e IPARDES (2021), o efetivo de rebanho no Paraná, o qual conta com 8 milhões de cabeças, das quais 1,32 milhão são vacas ordenhadas. Por outro lado, a produção de leite tem-se elevado em quantidade produzida pela implantação de tecnologias, como a genética, dado que a inovação tecnológica pelo campo biológico tem sofrido aumento contínuo em função das melhorias genéticas e do uso de novas práticas de alimentação e manejo dos rebanhos (IPARDES, 2020).

Essa dinâmica impulsionada na produtividade por animal (vaca) pode ser obtida com o uso de tecnologias de ponta na produção, o que implica na alta produtividade que, aliada à genética, tornam a região referência para os rebanhos pelos diferentes incentivos dos países, bem como o manejo correto sobre a alimentação e suplementação dos animais (BENITES *et al.* 2016).

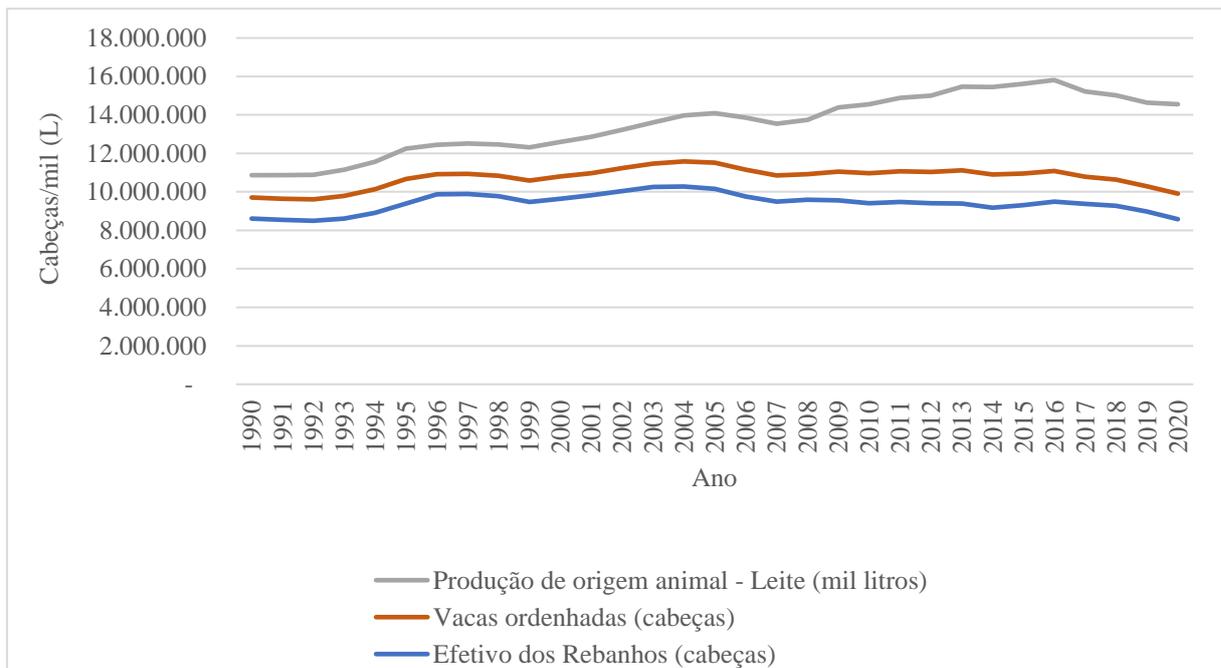
Pode-se relacionar que esse investimento em pesquisas em institutos de P&D, a genética está relacionada em sinergia às políticas institucionais do governo paranaense, esta última, por exemplo, advinda de projetos de leis, colocada em ato tanto no território brasileiro quanto regionalmente. No caso, o Paraná, por meio ao projeto de lei estadual, o PL 398/2019, autorizou implantar o Programa de Melhoramento Genético em Bovinos, visando o melhoramento da cadeia leiteira.²⁹

Ainda assim, comparando o gráfico 3 com o gráfico 2, reduziu o número de estabelecimentos e o número de vacas ordenhadas e ampliou a produtividade de leite, ao menos até 2016, até quando a produção de leite cresceu. Por isso, no gráfico 3, abaixo, podemos comparar as

²⁹ Conforme disposto, o projeto de lei tem como objetivo incentivar a melhoria do plantel genético do gado de leite e de corte a produtores rurais, visando progressos na produção de leite e de carne, usando para tanto sêmen bovino de qualidade reconhecida, que atenda às necessidades para o melhoramento genético de diversas raças. Ademais, conforme o art. 4º, para participar o programa, os produtores deverão: I) emitir nota fiscal de Produtor Rural de todos os produtos comercializados em sua propriedade; II) prestar contas das notas fiscais de Produtor Rural expedidas no prazo estabelecido pela Fazenda Estadual; III) manter atualizado o cadastro do seu rebanho bovino junto à SEAB, emitindo laudo de avaliação das matrizes, expedido pelo técnico responsável e IV) realizar o controle sanitário de seu rebanho bovino (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, 2019). Disponível em: < <http://portal.assembleia.pr.leg.br/index.php/pesquisa-legislativa/proposicao?idProposicao=84024> >.

variáveis: total de efetivo de bovinos, quantos destes são vacas ordenhadas, bem como o volume total de leite produzido por cabeça.

Gráfico 3 - Efetivo do Rebanho de Bovinos (cabeças), Efetivo do Rebanho de Vacas Ordenhadas (cabeças) e Produção de origem animal – Leite (Mil litros) – Paraná - 1990/2020



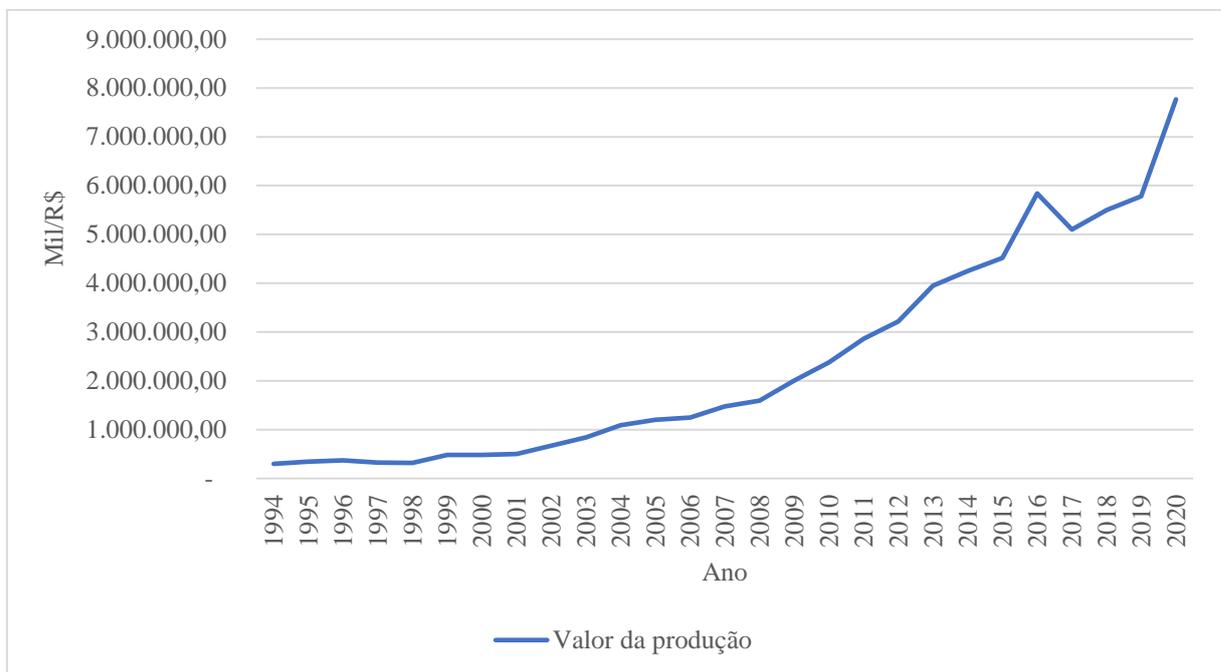
Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados da Pesquisa da Pecuária Municipal – IBGE (2022)

Conforme os dados informados no gráfico 3, a produção paranaense de leite cresceu constantemente de 1990 até 2016, passando dos aproximados 11,2 milhões de litros no primeiro ano para uma produção projetada de 14 milhões de litros de leite para 2016, sendo que o número de vacas ordenhadas declinou, demonstrando claramente um aumento na produtividade por vaca ordenhada.

No ano de 1990, o estado era o quarto maior produtor de leite do País, atrás apenas de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. Em 1999, a produtividade paranaense de 1.375 litros/vaca/ano (estimativas de 1.400 litros em 2000 e de 1.400 litros em 2001), embora superior à produtividade média nacional, de 1.118 litros/vaca/ano (estimativas de 1.200 litros e 1.285 litros em 2000 e 2001, respectivamente), também pode ser considerada baixa em relação aos mais de 2.000 litros da média mundial (IPARDES, 2008; IBGE, 2021). A partir de 2015 foi um período específico, pois chegou ao segundo lugar, com produção de 4,66 bilhões de litros de leite, 13,3% da produção nacional, atrás apenas de Minas Gerais, com 9,14 bilhões de litros (IBGE, 2021).

No ano de 2020, segundo a Pesquisa Pecuária anual (IBGE, 2021), o Estado do Paraná possuía um rebanho leiteiro de 1,37 milhão de cabeças ordenhadas (8,3% do Brasil), e era o quinto maior produtor do país, com cerca de 2 bilhões (10%) dos 20 bilhões de litros anuais do total da produção brasileira de leite, antecedido por Minas Gerais, Goiás, São Paulo e Rio Grande do Sul. Paradoxalmente, o valor da produção de leite origem da vaca acompanha a elevação da produção leiteira no Estado, o qual podemos observar pelos dados apresentados no Gráfico 4 nos anos de 1990 a 2020.

Gráfico 4 - Valor da produção (Mil R\$)³⁰ de origem animal tipo leite – Paraná - 1990/2020



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados da Pesquisa da Pecuária Municipal – IBGE (2022)

Conforme o gráfico 4, o valor da produção paranaense de leite/vaca se expandiu entre o período de 1994 a 2020, deslocando-se de R\$ 298.938,00 em 1994 para R\$ 7.767.393,00 em 2020, com elevação nos preços correntes em equivalente a R\$ 96,15% (IBGE, 2021). Ademais, o valor da produção possui um marco histórico, isto é, ascende, principalmente a partir dos anos 2000, conforme foi constatado no gráfico acima, o qual, entre os anos de 2006 a 2008, implicou num aumento de 27,87%. Ademais, a principal queda enfrentada pela série histórica, foi no ano de 2017, em 12,63%; na sequência, mantêm o aumento até os analisados anos de 2020.

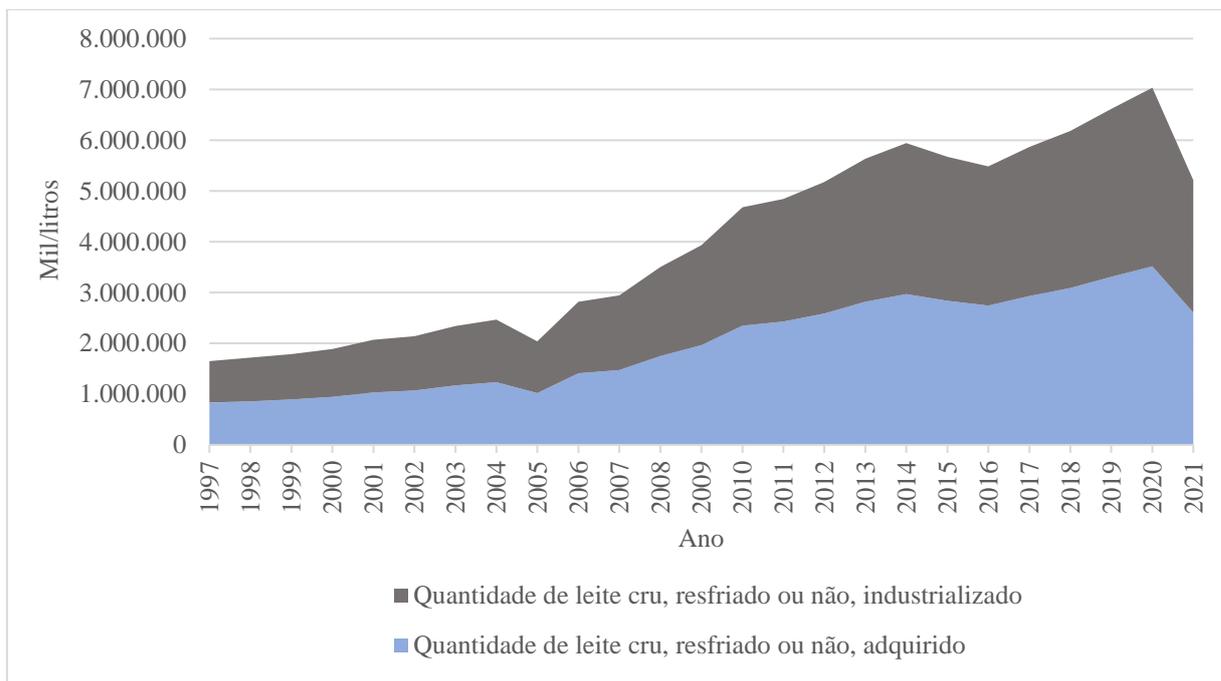
Com relação ao custo da produção em âmbito nacional, este apresentava redução, iniciada em setembro de 2016, e se manteve assim durante o primeiro semestre de 2017, quando,

³⁰ O valor da produção tinha como padrão monetário em 1990 – 1992 Mil Cruzeiros, em 1993 – Mil Cruzeiros Reais, e em 1994 – Mil Reais (entrada do Plano Real).

nesse ano, teve-se uma leve queda no valor da produção. Contudo, a partir do segundo semestre, o custo passou a aumentar continuamente. A título de comparação, apesar dessa elevação, o custo de produção em 2017 foi, em média, 4,66% menor que o registrado em 2016 (EMBRAPA, 2017). Todavia, em 2020, houve aumento de 12,25%, principalmente pela elevação nos custos com ração concentrada, energia, combustível e sal mineral, afetando a margem do produtor no ano de 2018 (CNA, 2019).

Além disso, atualmente, no processo das políticas institucionais de regulação na exigência de organizações mundiais nas cadeias de produção alimentícia, valer lembrar que os produtos de origem animal, como o leite, passam por inspeção sanitária do Ministério da Agricultura (SIF) e das secretarias estaduais/municipais de agricultura (SIE e SIM)³¹. Portanto, isso não divergiu da cadeia leiteira paranaense, no qual serão apresentados os dados do leite que passam pela inspeção sanitária no âmbito Federal, Estadual e Municipal, conforme o Gráfico 5, abaixo.

Gráfico 5 - Quantidade de leite cru, resfriado ou não, adquirido e industrializado (Mil litros) anual por tipo de inspeção total (Federal, Estadual e Municipal) - Paraná - 1997/2021³²



Fonte: Elaborado pelo autor, com base na Pesquisa Trimestral do Leite –IBGE (2022)

³¹ Em termos históricos, a introdução da inspeção sanitária foi no Estado Novo (Era Vargas), em março de 1952, segundo o Decreto nº 30.691, que aprovou o Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal, RISPOA (VIEIRA, 2019).

³² Os trimestres, no decorrer dos anos, foram somados para torna-se anual. Contudo, o ano de 2021 está contemplando o 1º trimestre, o 2º trimestre e o 3º trimestre.

O gráfico 5, por exemplo, carrega informações que confirmam o aumento da produtividade, pois com menos produtores e menos vacas a quantidade de leite produzido aumentou. Desse modo, são apresentadas informações sobre quantidade de leite cru adquirida e a destinada à industrialização, indicando os fins do leite em seu estado natural (*in natura*) quando captado dos produtores e levado até o estabelecimento/laticínio ou agroindústria. O crescimento sobre a série histórica considerando 1997 – 2021 demonstra desequilíbrio, pois em momentos apresenta retrações, e em outros, elevações substanciais. O primeiro recuo, no recorte temporal realizado, foi no ano de 2005, o qual apresentou uma queda de aproximadamente 17% em relação a 2014, logo se recuperando no ano seguinte e mantendo-se de forma ascendente, atingindo o principal ápice de aproximadamente 20% no ano de 2020 em relação a 2017, por conseguinte queda relativa em 2021³³.

No que tange às indústrias de laticínios, segundo IPARDES (2010), o Sindicato da Indústria de Lácticos e Produtos Derivados do Paraná — SINDILEITE, fundado em 1942, aparece como fórum mais citado pelos laticínios (31,9%) enquanto entidade representativa do setor leiteiro municipal ou regional, o qual, em 2010, contava com 37 laticínios, e no ano de 2021 contava com 67 empresas associadas pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP, 2021).

Conforme IPARDES (2010), ao desagregar os resultados segundo a estrutura de mercado em relação ao porte de empresas, a proporção de laticínios de representação é maior entre as grandes empresas (90,9%) e menor entre as de micro (14,3%) e pequeno porte (18,0%) em 2010. Por outro lado, os laticínios menores, com características de agroindústria familiar, participam de entidades que discutem questões que não se restringem somente à cadeia produtiva do leite e atuam principalmente ao nível municipal ou regional.

Igualmente, cabe destacar que, na organização empresarial do SINDILEITE, predominam as grandes empresas em 90,9%. Isso é um dado de pesquisa de campo — IPARDES/Instituto EMATER, que já em 2010 mostra a participação dos laticínios no rumo da cadeia do elo industrial do leite, o que indica para a existência de uma estrutura de mercado denominada como oligopsônio.

Isso posto, a estrutura do mercado de leite caracteriza-se pela existência de muitas empresas a operar no mercado, porém a concorrência entre o número de empresas não é uniforme em todas as regiões do Paraná. Assim, segundo Sandroni (p. 431, 1999), este é um:

³³ Segundo o IBGE (2021), devido às dificuldades de coleta impostas pela pandemia (COVID-19), os dados referentes ao ano de 2020 são preliminares até a divulgação dos resultados completos do 2º trimestre de 2021.

Tipo de estrutura de mercado em que poucas empresas, de grande porte, são as compradoras de determinada matéria-prima ou produto primário. O oligopsônio pode ter duas formas: 1) um mercado comprador muito concentrado, com poucas e grandes empresas que negociam com muitos pequenos produtores (comum no relacionamento entre indústrias alimentícias e seus fornecedores); 2) um mercado consumidor concentrado e um mercado vendedor também concentrado, com poucos e grandes produtores. Este último caso, também chamado de oligopsônio bilateral, ocorre quando indústrias vendem a indústrias (siderúrgicas e automobilísticas, por exemplo) ou a grandes distribuidores.

Isso faz com que as taxas de lucro do produtor voltado ao chamado “mercado interno” sejam altas. De modo geral, observa-se uma tendência de redução do número de estabelecimentos lácteos no país e, entre os estados brasileiros, o panorama se repete, resultado de uma concentração empresarial ocorrida, principalmente a partir da década de 1990, com a incorporação e associação de empresas, em geral de nacionais com transnacionais (MARTINS; FARIAS, 2006).

Além do mais, será apresentado na tabela 4, na qual, segundo a Relação Anual de Informações Sociais- RAIS, relacionado aos dados da Pesquisa Industrial anual em termos de geração de empregos formalizados das declarações dos estabelecimentos regulamentados, o Paraná obteve aumento de 28,1% em empregos formais para este segmento no período 1990-2000 (IPARDES, 2017).

Tabela 4 – Número de estabelecimentos e empregos formais na atividade de laticínios, segundo a Unidade da Federação do Paraná – 1996 - 2019³⁴

(continua)

Ano	Estabelecimentos	Empregos
1996	253	403
1997	231	485
1998	247	516
1999	266	525
2000	233	532
2001	229	577
2002	229	5.371
2003	260	5.533
2004	237	5.277
2006	304	7.017
2007	306	7.666
2008	290	7.539

³⁴ A classificação foi realizada pelo CNAE – Cadastro Nacional de Atividades Econômicas, por isso classificado pela classe – Grupo, não considerando a Classe e as Subclasses dessa atividade.

(conclusão)

Ano	Estabelecimentos	Empregos
2009	275	8.698
2010	259	9.423
2011	276	9.423
2012	287	9.626
2013	305	10.240
2014	295	10.644
2015	315	10.665
2016	296	10.347
2017	295	10.925
2018	314	11.355
2019	315	11.810

Fonte: Elaborado pelo autor na base da Relação Anual de Informações Sociais- RAIS/PIA - IBGE (2021)

De acordo com os dados da tabela 4, no que diz respeito ao processamento e transformação do leite em laticínios, percebe-se que o Paraná registra elevação, em alguns períodos específicos, no número de estabelecimentos, bem como na mão de obra empregada por estes. No ano de 1990, havia 253 estabelecimentos, empregando um total de 403 pessoas formalizadas. Em termos percentuais, se observa um aumento de aproximadamente 2.830 % no número de empregos no setor entre os anos de 1996 e 2019. Ademais, em 2019, cabe acrescentar, de acordo com os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego, o Estado do Paraná possuía 319 estabelecimentos declarados a contratar mão de obra e empregar 11.810 trabalhadores formais (BRASIL, 2020).

Em virtude disso, o intuito de identificar e analisar a geração de emprego formal nos elos da cadeia produtiva do leite é relacionando à capacidade da cadeia produtiva na absorção do mais valor, o qual busca como variável chave para o desenvolvimento econômico da atividade específica encontrada na federação do Paraná pela série histórica de 1996 a 2019, conforme apresenta a tabela acima, pois uma das variáveis do desenvolvimento está intimamente ligada com a geração de empregos (ver Tabela 4), o qual ocorre no processo da transformação da matéria-prima, o leite, para a agregação do valor em mercadorias.

Em síntese, é sinônimo também de importância para a categoria social desse local de quem ali habita, implicando na geração de emprego da mão de obra, o que demonstra a importância da atividade para uma parcela da população, na geração de emprego, renda e, consequentemente, em tributos. Os produtores (as) que atuam na atividade leiteira como seres sociais em

relação a um ambiente a desenvolvem como principal fonte de renda e/ou como categoria complementar no orçamento familiar.

O número de laticínios tem oscilado entre os anos de 1996 e 2019. Nos anos que o mundo perpassava pelo estouro da crise financeira do marco de 2008, observou-se uma queda no número de laticínios paranaenses, o que permaneceu ocorrendo até o ano de 2010. Em termos percentuais, houve uma queda de 10,68% nesses três anos. Contudo, permaneceu o número de empregos formais informado dentro dessa estrutura. A recuperação desse elo foi ocorrer no ano de 2011, desencadeando uma elevação de 4,0% em relação ao ano anterior, assim mantendo-se em alta até o ano 2013 (305 laticínios). Porém, no ano de 2005, estimulou queda de 10 estabelecimentos em negativo de 3,27% ao ano anterior. Em 2015, o elo se recuperou de forma relativa, mantendo-se até o ano 2019, quando alcançou seu ápice, com 315 estabelecimentos.

De modo geral, observa-se, conforme o gráfico acima, que o Estado comportou cerca de 5.277 pessoas ocupadas em 2004, variando, de forma positiva, 33% em relação ao ano de 2003. Por isso mantêm-se, dessa forma, de modo ascendente no que se refere à absorção da mão de obra neste segmento — laticínios. A análise histórica do período 2004 – 2020 aponta para uma elevação na geração de empregos nas estruturas do mercado de laticínios distribuído pelo espaço paranaense.

O leite de vaca continua a ser a principal fonte de matéria-prima para as indústrias dos laticínios germinar o produto, no que se assenta sobre essas mesmas questões o interesse das corporações ligadas a essa cadeia específica. Por sua vez:

[...] configura-se no conjunto de regras estabelecidas para regular, técnica e politicamente, os mercados internacionalizados através de padronizações produtivas, certificações de qualidade de produtos e serviços, conversão de alguns bens em commodities, importância crescente de câmaras de arbitragem internacionais, papel mais contundente de instituições multilaterais como a Organização Mundial do Comércio, entre outros aspectos (CASTILLO e FREDERICO, 2010, p. 462).

Por exemplo, a indústria de origem sueca, a transnacional Nestlé, integra sua produção reduzindo da atividade os produtores amplamente frágeis internos das fronteiras do Brasil, onde tem, como principais setores para sua rentabilidade, o de alimentos e bebidas, instaladas 31 fábricas no Brasil e com produtos em 99% das casas brasileiras (EMBRAPA, 2019).

A transnacional entra de fora para dentro, pressionando a cadeia produtiva regional/local no Brasil em 1927, em Araras - São Paulo (NESTLÉ, 2021), num momento histórico, político e econômico brasileiro, que passava pelo Processo de Substituição de Importação, com forte

participação em termos globais na cadeia leiteira brasileira e regional. Assim, a Embrapa (2001) registra a Nestlé em seus relatórios em primeira colocação de captação diária de leite recebido por produtor (em litros) entre 1996/2000, elevando-se em 170,0 % no Brasil. Em torno das estratégias de mercado, o seu capital financeiro manifesta-se como a fusão do capital bancário, industrial e tecnológico, dentro de uma mesma corporação.

Por analogia, outra constatação em relação à atividade leiteira é a terceirização adotada pela Nestlé. No ano de 2019, o gerente da multinacional, Rene Machado, disse ao jornal Valor Econômico: “Constatamos aumento da capacidade de produção de leite de nossos parceiros. Estão mais profissionais e produtivos” (EMBRAPA, 2019, p.20). Conforme a mesma fonte, nessa operação, a Nestlé elevou o número de produtores terceirizados (recepção de leite a mil litros por terceiros, aumentando de 646.400 em 2017 para 705.000 em 2018) e reduziu o de produtores associados no Brasil, trabalhando em 2018 com 894 fornecedores, o que representou ao todo 3.004 produtores de leite em 2018 (EMBRAPA, 2019).

No comparativo, o volume de leite/produtor entre 2017 e 2018, a empresa teve variação negativa em 4,6% em captação e negativos 22,9% em produtores. Além disso, para Castillo e Frederico (2010, p. 462):

Com a crescente especialização produtiva dos lugares, possibilitada pela combinação entre o desenvolvimento dos sistemas de transportes e comunicações e a política de estados e empresas, aumentam os fluxos materiais e informacionais, distanciando cada vez mais os locais de produção dos locais de consumo, tornando mais complexas a distribuição espacial das atividades econômicas e a articulação entre as diferentes etapas, em diferentes lugares, da produção.

De fato, a crescente integração dos mercados mundiais por meio do comércio trouxe consigo a desintegração³⁵ das empresas multinacionais, uma vez que as empresas estão achando vantajoso "terceirizar" uma parcela cada vez maior de suas atividades de manufatura e serviços de interesses essenciais tanto no mercado interno quanto no exterior (GEREFFI, 2019). A especialização produtiva vem com a crescente especialização produtiva no seu comércio e surpreendente heterogeneidade ampla e generalizada na especialização entre os países e regiões.

Este último encaminha-se na participação de uma possível 'nova' divisão internacional de trabalho, pois deduzimos que a especialização e integração da cadeia leiteira no complexo global também caracteriza a sua tarefa de produtora em alta escala de produção de leite para abastecer a cadeia regional interna e externa.

³⁵ Para ficar claro, as empresas não estão se desintegrando, mas sim deixando de utilizar a estratégia de integração com produtores.

Sendo assim, contextualizando historicamente o comércio exterior intermediado pelos pensadores em relação à economia internacional, este começou com as práticas mercantilistas, devido à expansão comercial. Todavia, os efeitos causados pela dinâmica do sistema capitalista nas suas metamorfoses estão presentes desde as buscas pelo mediterrâneo a lá Braudel até os clássicos. Ou seja, o liberal Adam Smith, nas suas discussões, defendia o livre-cambismo na Grã-Bretanha (XVIII) e a divisão social do trabalho.

Adiante, o pensamento é atualizado pela teoria das Vantagens Comparativas, desenvolvida por David Ricardo e, conseqüentemente, consolidadas no século XIX, ainda com vestígios no século XXI. No capitalismo global, a sua produção não se fixa de forma nula em escopo internacional, mas também é global sua internacionalização, o que fica claro nos escritos do capital global de Karl Marx, no Livro III de O Capital.

De acordo com Benko (2002), com as mudanças ocorridas diante do advento da internacionalização econômica e mudança do papel do Estado, sucedeu-se uma alteração nas escalas locais e regionais dos territórios. O autor destaca quatro mudanças dessa evolução: aceleração da mobilidade de capital; acirramento da concorrência entre espaços nacionais e empresas transnacionais; crescente transnacionalização das economias e produção; e um ambiente econômico cada vez mais transnacional.

Além disso, segundo Carvalho (2008), a produção realizada no Brasil e algumas de suas regiões tende a estar inserida em uma cadeia mais integrada globalmente e, portanto, conforme uma nova divisão internacional do trabalho, no caso da cadeia leiteira.

Nesse ínterim, algumas das grandes regiões brasileiras começaram a ter destaque internamente na cadeia produtiva leiteira. Segundo Souza (2014), na Região Sul, por exemplo, com a introdução do processo do sistema de *free stall* (gado confinado), este passou a ser usado por vários produtores nas principais bacias leiteiras da região, o que os coloca em grau de tecnologia igual aos produtores mais modernos do mundo. Este sistema, utilizado nessas propriedades da região sulista, alinhados com a tecnologia das ordenhadeiras para a tiragem do leite, e usando todos os fatores de produção presentes na propriedade como terra, mão de obra, instalações e as máquinas de forma intensiva, acarreta alta produção por animal.

Segundo Polencia (2016, p.58), *a posteriori* dos anos 1960, na Região Sul, o setor leiteiro passou a buscar integração no mercado nacional, possibilitando o desenvolvimento das atividades em áreas mais distantes dos principais centros urbanos da mesma região. Convém frisar, de acordo com Souza (2014), que isso possibilitou a origem de 33 bacias leiteiras que mais se desenvolveram no país nas últimas décadas, localizadas nas regiões Noroeste do Rio Grande do Sul, Oeste de Santa Catarina e Sudoeste e Oeste do Paraná.

Em outros termos, a economia paranaense sofreu profundas mudanças a partir de 1970³⁶, com incentivos que se aliam à tradição e à vocação natural do estado paranaense para a atividade, e isso tem contribuído para ampliar sua participação no cenário nacional e internacional. Assim, o processo de desenvolvimento industrial do Paraná diversificou sua estrutura produtiva, bem como a localização e especialização setorial nas diversas regiões do Estado brasileiro (VECCHIA, *et. all*, 2003). Frente a isso, o desempenho do Paraná pelo elo industrial é superior aos demais estados, em função do atraso relativo de sua indústria e um intenso processo de modernização após aos anos 1990³⁷, o que esteve alinhado à política de governo. Esta foi uma saída em processo e produto nos diferentes índices de inovações entre os estados e setores, realizada pelo estado nacional.

Em contrapartida, deparou-se nas contradições de *imediato* aparente no movimento dinâmico do mercado existente dessas forças sinérgicas, em que respinga na totalidade das unidades do conjunto social. Com isso, os anos 1990, em curso desde o processo da denominada ‘modernização conservadora’, foram marcados pela utilização maciça de recursos e insumos modernos, fragilizando e decompondo social e economicamente a agricultura familiar, dando origem a um lumpem³⁸ rural que engrossava cada vez mais o espaço urbano e grande parte dos produtores, que supostamente tinham condições de continuar produzindo, e se encontravam em situação precária (SANTOS, 2005).

De todo modo, o negócio internacional se tornou organizado em torno dessa produção do conceito de fábrica global de diferentes partes em diferentes países, como, por exemplo, os laticínios. No entanto, à luz das Cadeias Globais de Valor, as organizações das indústrias globais foram criadas durante a onda de terceirização e *offshoring*, ou terceirização global, das décadas de 1970 e 1980. Nesse período, as indústrias dos Estados Unidos e da Europa decidiram ir para o exterior para aumentar suas produções. O comércio internacional e o investimento estrangeiro direto (IED)³⁹ são as principais características definidoras e os principais impulsores das cadeias de valor globais (CGV) (OECD, 2021).

Por isso a abordagem, no referencial teórico, se aproximou, de forma mais íntima, do conceito de CGVs, devido ao surgimento desta (re) estrutura de cadeia de valor, às vezes chamada de redes globais de produção, ou mesmo cadeias de suprimentos globais e negócios, em

³⁶ Essa relação centro-periferia explica a dependência econômica do Estado do Paraná em relação à economia do Estado de São Paulo até os anos 1970 (HERSEN; LIMA; STADUTO, 2003).

³⁷ O Estado do Paraná destaca-se pelo avanço da sua industrialização, tanto que, no ano de 2003, foi um dos estados brasileiros que mais cresceu no setor secundário (LIMA et.al, 2006).

³⁸ Pessoas que pertencem, ao lumpemproletariado.

³⁹ Sobre os dados de IDE disponível em: < <https://www.oecd.org/sti/ind/amne.htm> >.

1990, onde propõe um conceito de referencial teórico analítico, ao contrário de uma categoria. A separação da produção e do consumo desenvolveu-se gradualmente para a especialização inter-industrial e intra-industrial⁴⁰ e, em seguida, para a especialização das atuais cadeias de valor globais (CGVs), que se tornou um novo normal da divisão internacional (BALDWIN e LOPEZ- GONZALVEZ, 2013 ; MATTOO et al., 2013 ; SUN *et al.*, 2019). Ademais, segundo Carvalho (2008), o mapa global da produção de leite se altera e os interesses das grandes empresas nas regiões se acentua, buscando expandir a produção como novas estratégias de atuação. São estas transformações setoriais que encaminham a formação de uma nova cadeia produtiva global.

Portanto, neste capítulo buscou-se analisar e demonstrar os principais efeitos das transformações do processo da dinâmica interna e externa da cadeia produtiva leiteira paranaense, causando, em sua totalidade, saltos quantitativos e/ou qualitativos. Logo, pela necessidade de buscar alcançar o objetivo central desta pesquisa, o próximo capítulo apresentará as políticas públicas implementadas pelo governo estadual posteriormente aos anos 1990, voltadas para a cadeia produtiva leiteira, buscando apontar para a influência destas políticas na evolução da cadeia produtiva, no especializado “Paraná do Leite”. Afinal, toda ciência e lógica está condicionada à sua época histórica, ou seja, a criação de coisas 'novas' é a partir das condições daquele determinado tempo; então, o próximo capítulo está dedicado a estes resultados e discussões.

⁴⁰ Segundo Krugman (2015), o comércio intra-indústria é responsável por um quarto de aproximadamente metade de todo o fluxo do comércio mundial. Ele desempenha um papel ainda mais proeminente no comércio de mercadorias fabricadas entre as nações desenvolvidas industrialmente, o que responde pela maioria do comércio mundial.

5 AS POLÍTICAS PÚBLICAS ADOTADAS NO PARANÁ APÓS 1990, VOLTADAS PARA A CADEIA LEITEIRA

Neste capítulo, serão desenvolvidos os resultados da pesquisa no que norteia o levantamento efetuado sobre a evolução da cadeia leiteira e as políticas públicas implementadas pelos governos do Paraná no período posterior a 1990. De primeira instância, foram apresentadas as principais políticas públicas, conforme a constituição do Estado, desempenhado pelas ações das leis atravessadas pelos anos de 1990 a 2020. Por fim, essa dinâmica da cadeia leiteira contempla-se numa das cadeias dos agronegócios brasileiros, e tornou-se alternativa no meio agropecuário tanto para obtenção de renda como para a geração de empregos (LUZ, 2021).

Assim, contextualizando, em termos percentuais, nos anos 1990, com relação à distribuição da pecuária de leite por estados do Sul, o Paraná obtinha uma parcela de 35,56%, o estado de Santa Catarina de 19,94% e Rio Grande do Sul permanecendo em 44,50% (IBGE, 1990). Além disso, a Região Sul foi a que apresentou maior produtividade, sendo o Rio Grande do Sul o estado detentor da maior produtividade nacional (1.804,44 litros/vaca/ ano em 2000), enquanto o Paraná, o segundo representante sulista, obteve 1.799.240 (mil litros) de leite, somando-se em 1.155.072 vacas ordenhadas, com valor de R\$ 483.907.974,00 (IBGE, 2000).

Nos anos 2010, foram ordenhadas 22,935 milhões de vacas em todo o País, representando 10,9% do efetivo total de bovinos. A maior produtividade de leite foi na Região Sul do País (2.388 litros/vaca/ano), em que Santa Catarina foi o estado com a maior produtividade (2.432 litros/vaca/ano). Dentre os municípios produtores, destaca-se Castro (PR), o maior produtor nacional de leite e com produtividade média de 7.115 litros/vaca/ano. Além disso, nas unidades da federação, Rio Grande do Sul foi responsável por 11,8%, e Paraná por 11,7% da produção nacional de leite (IBGE, 2010). Depois dos dez anos passados, em 2020, o Brasil atinge recorde na produção de leite, na marca de 35,4 bilhões de litros, e assim o Estado do Paraná transfigura-se como um grande conglomerado da produtividade de leite, sendo o terceiro maior rebanho leiteiro nacional, apresentando acréscimo de 1,5% e totalizando 1,3 milhão de vacas ordenhadas, com R\$ 7,8 bilhões, acréscimo de 34,4% em relação ao ano anterior (IBGE, 2021).

Neste contexto além da evolução do leite pela esteira da interconexão do mercado, também este capítulo demonstra o papel das políticas públicas implementadas e reformadas pelos governos paranaenses, no qual influenciaram o ordenamento e planejamento da evolução da cadeia produtiva do leite, em que se engloba ao complexo dos agronegócios brasileiros. Assim, então, para atingir o objetivo geral dessa monografia, estabeleceu-se um recorte espacial de estudo sobre a Unidade da Federação — Paraná, “pois a História não se escreve fora do espaço

e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social” (SANTOS, 1977, p. 10).⁴¹ Santos (1997) constatou que as relações que tratam da formação social acontecem em um determinado espaço geográfico [...] (SILVA, 1997).

Paralelo a isso, portanto, algumas cadeias específicas se desenvolveram de forma relativa nesse subespaço paranaense como variável ativa na reprodução social, como é o caso da cadeia produtiva leiteira, contemplada em escala brasileira, paranaense e internacional. Segundo a Assembleia Legislativa (2019; 2020), como já é de vosso conhecimento, o Estado do Paraná é o 2º colocado em produção leiteira do Brasil, correspondendo a 13% do total nacional. São mais de 330 mil propriedades de agricultores familiares e, deste montante, 110 mil famílias trabalham com produção de leite, das quais 86% produzem, em média, 250/ litros/ dia.

Consoante o Censo agropecuário de 2017, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), em relação ao número de estabelecimentos produtores de leite, existem 1.176.295 no Brasil e 59.893 no Paraná. Do ponto de vista social, é uma das principais atividades para pequenos e médios produtores. Na cadeia produtiva de leite, estão inclusas as pequenas propriedades rurais, com área de até 50 hectares, as quais são responsáveis por 51% do leite líquido comercializado no campo (MAPA, 2019). Neste sentido, segundo o ministério, cerca de 1,2 milhão de estabelecimentos rurais são dedicados à produção de leite no país⁴².

Portanto, em termos gerais, Martins e Guilhoto (2001) destacam que a representatividade do leite e seus derivados na geração de emprego é superior aos setores como a construção civil, siderurgia, indústria têxtil, indústria de automóveis, entre outros. Ademais, deve-se acrescentar que o abandono e redirecionamento para novas atividades no pós-porteira implica no crescimento das agroindústrias rurais no estado sulista, alicerçadas na agricultura familiar, e beneficiam predominantemente alimentos e produtos para culinárias regionais. A agroindústria familiar rural é importante alternativa de geração de renda e trabalho no estabelecimento rural (IDR, 2022). Esta constatação pode ser feita a partir dos dados apresentados pela Tabela 5, em que se observa numa década as agroindústrias rurais ampliaram espaço ao que integra a cadeia do leite e as famílias que atuam nessa mesma atividade.

⁴¹ Santos (1977) afirma que a formação econômica e social é indissociável da realidade histórico-concreta, geograficamente localizada.

⁴² Segundo o IBGE (2013), 58% do leite produzido no Brasil é oriundo de propriedades que se enquadram na Lei nº. 11.326/2006 da agricultura familiar.

Tabela 5 - Número de agroindústrias rurais (unidades) em produtos da agroindústria (creme de leite, manteiga, queijo e requeijão) e sua variação (%), segundo a Unidade da Federação - Paraná – 2006/2017

Unidade da Federação	Produto	2006	2017	Var. (%)
Paraná	Creme de leite	183	187	2,18
	Manteiga	396	314	-20,7
	Queijo e requeijão	5.614	9.772	74,06
	Total	6.193	10.273	65,88

Fonte: Elaborado pelo autor, na base de dados censos agropecuários do IBGE 2006-2017 (2021).

A Tabela 5 reflete o crescimento no número total de agroindústrias, com destaque para queijo e requeijão, os quais representam 74,06%. Além disso, representa-se em 65,88% a participação total das agroindústrias de leite no decorrer do ano 2006 a 2017 que, por outro lado, teve uma queda de 20,71% no que condiz à variável produto queijo. Em relação ao destino da produção, a maioria foi vendida ou entregue a terceiros. Conforme o Censo Agropecuário (IBGE, 2017), os dados indicam serem vendidas ou entregues a cooperativas; vendidas diretamente para indústrias; entregues à empresa integradora; vendidas diretamente a intermediários; vendida, entregue ou doado ao governo (federal, estadual ou municipal); vendida diretamente ao consumidor; exportada e, somado à quantidade, para o consumo interno (não vendeu). Para tanto, o destino da produção consumida ou estocada é classificado por consumo no estabelecimento, transformações ou beneficiamento, estoque no próprio estabelecimento, e/ou vendeu toda a produção.

Regionalmente, o Paraná não divergiu do contexto das mudanças vivenciadas nessa ‘nova’ reestruturação produtiva a partir de 1990 pelo Brasil. Segundo Silva *et.all* (2017, p.39), dada a escassez de recursos públicos e a nova proposta inserida pelas reformas a partir de 1990 no Brasil, o ciclo de políticas assume posição central para o funcionamento de projetos e programas ao Estado paranaense. Esta afirmação pode ser realizada a partir das ações do estado paranaense demonstrada na evolução do tempo dessas políticas governamentais injetadas na cadeia produtiva leiteira do período de 1990 até os anos de 2015. As políticas públicas foram inovativas e promoveram reestruturação dessa cadeia produtiva leiteira; ao mesmo tempo, influenciaram na sua caracterização atual, tanto na cadeia regional interna quanto na externa.

Desse modo, a produção leiteira, por ser uma dinâmica bastante heterogênea do território brasileiro, e influenciada pelo clima (fatores exógenos que escapam da capacidade da análise) e vários outros fatores, principalmente marcada por alguma forma de ação governamental,

implica em formação de programas efetivos no concreto. Assim, para a melhor visualização dessa discussão, apresenta-se, em síntese, o Quadro 1, no qual foram pinçados programas de caráter de políticas públicas implantadas pelos governos estaduais do Paraná transcendendo os anos de 1996 até o ano de 2015.

Quadro 1 - Políticas públicas implementadas pelo governo estadual do Paraná no decorrer dos anos 1996/ 2015⁴³

Programa Públicos	Ano da implantação	Breve descrição
Leite da Região de Guarapuava (Proleg)	Implantado no ano de 1996	Em parcerias com outras instituições, como a Emater, ensinou a criação de várias cooperativas na região e viabilizou a aquisição conjunta de diversos equipamentos, tanto por meio de programas como o Pronaf Infraestrutura quanto de emendas parlamentares.
Conseleite Paraná	Implantado no ano de 2002	Com o objetivo de nortear a política de remuneração dos produtores e reduzir conflitos na cadeia do leite.
O Programa Leite das Crianças	Implantado no ano de 2003	O Governo do Estado buscou reduzir as deficiências nutricionais, desencadeando ações que contribuíssem para a redução dos índices de morbidade e mortalidade e desnutrição infantil, através da difusão de informações e procedimentos relativos à educação sanitária, nutrição e higiene pessoal.
O Projeto Leite Arenito Caiuá	Implantado no ano de 2012	Tem tornado a atividade leiteira uma alternativa de renda nas pequenas propriedades antes degradadas.
A participação do Paraná na Aliança Láctea Sul Brasileira	Implantado no ano de 2014	Visando amplamente dar à região a liderança da pecuária leiteira nacional.
Programa Leite Sudeste	Implantado no ano de 2015	O incentivo à bacia leiteira do Sudoeste vem conseguindo, num curto prazo, elevar a produtividade do rebanho da região; e os programas de inseminação artificial de bovino leiteiro implementados por diversos municípios paranaenses.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos autores Moura e Santos, 2017 (2021)

⁴³ Segundo a Coordenação do IDR e DERAL (2022) os programas Leite da Região de Guarapuava (Proleg) e Projeto Leite Arenito Caiuá, não estão vigentes.

O Quadro 1 apresenta as principais políticas estaduais voltadas para a cadeia produtiva leiteira entre 1996 e 2015 SEAB (2021). Com base na mesma fonte, na atualidade, em âmbito estadual, são os Programas Leite das Crianças e Aliança Láctea Sul Brasileira. A primeira política foi criada em 2003, na gestão do ex-governador Roberto Requião de Mello e Silva, com o objetivo de reduzir as deficiências nutricionais das crianças, desencadeando ações que contribuíssem para a redução dos índices de morbidade e mortalidade e desnutrição infantil, através da difusão de informações e procedimentos relativos à educação sanitária, nutrição e higiene pessoal, além de fomentar a cadeia produtiva do leite. O segundo programa buscava harmonizar e fortalecer a cadeia regional leiteira nas unidades da federação da Grande Região Sul, bem como fomentar a competitividade para se tornar a primeira bacia leiteira nacional em concorrência ao Sudeste.

Além disso, muitos dos programas listados no Quadro 1 estão vinculadas ao Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR-Paraná) - antiga Emater - como o Leite Sudoeste e outras concebidas pela extensão rural. Em suma, a cadeia leiteira é amparada e implementada pelo desenvolvimento de políticas e estratégias públicas e privadas contribuintes para o melhor desempenho desse sistema interconectado ao novo complexo agroindustrial. Em outras palavras, como apontado por Moura e Santos (2017), no decorrer do período 1990 a 2015 foram implementadas diversas políticas públicas para o fortalecimento da atividade leiteira em sua distribuição espacial da pecuária leiteira paranaense.

Esses resultados podem ser explicados em grande parte pelos ganhos de produtividade da agricultura brasileira, derivados do uso intensivo de insumos agrícolas, cuja eficiência tem aumentado em função das constantes inovações tecnológicas por estes programas. Contudo, os conflitos e os antagonismos afetaram massivamente os pequenos produtores que não foram capazes de se inserir neste contexto ‘modernizado’.

Desse modo, é discutido o crescente interesse de pesquisadores pela formulação e avaliação de impactos das políticas públicas (SECCHI, 2013). O mesmo autor traz a importância destas pesquisas, para que as mesmas possam ser desenvolvidas e/ou melhoradas por decisões políticas e administrativas nos campos de saúde, educação, segurança, habitação, defesa nacional, transporte, saneamento, meio ambiente, gestão pública, desenvolvimento, assistência, cultura e outras.

No mais, as políticas públicas implementadas nos últimos 30 anos pelas ações do poder público procuraram reestruturar o modo de projeto da cadeia produtiva leiteira em questão. Para a atividade leiteira, as políticas públicas contribuem no seu desenvolvimento e direcionamento. Segundo Alvim e Lucchi (2006), o desenvolvimento de políticas públicas se faz

necessário para uma atividade tão heterogênea como a pecuária de leite. O que se espera do setor público é que ele assuma sua responsabilidade e dê continuidade ao que foi planejado, bem como a revisão dos seus projetos de lei.

Além disso, para Nunes (2020), na conceituação de políticas públicas deve-se levar em consideração a relação governo, política e direito, de modo que a política venha a ser a força originária, representada pelas ações do governo, e a sua institucionalização se dê por meio do direito. Ou seja, o Estado e o Direito também estão diretamente vinculados à reprodução da sociabilidade capitalista. Nesse sentido, o poder institucional legislativo do Estado tem desempenhado a principal competência: exercer a função de fiscalizar e controlar atos do executivo pelo direito da Lei⁴⁴ (PARANÁ, 2021).

Desse modo, foram selecionadas tipologias de legislações pelo método de classificação considerando o apoio à cadeia produtiva leiteira do Estado paranaense. Estas leis foram pinçadas dos órgãos de poder do respectivo estado em questão, a saber: Assembleia Legislativa, Sistema Estadual de Legislação do Estado do Paraná — Casa Civil e Diário Oficial do Estado - DOE, no qual se fazem disponíveis ao público pelas páginas institucionais. Observa que, na seleção das informações dos órgãos de poder legislativo, usou-se a data inicial: 01/01/1990, até a data final: 01/01/2021.

Para tanto, em relação à pesquisa efetuada sobre as políticas públicas, serão organizadas por quadros, a saber: Quadro 2 - Projetos de Lei (Legislação Estadual), Quadro 3 - Proposições de tipologia ‘indicação’ (apêndice A)⁴⁵, Quadro 4 - Proposições de tipologia ‘requerimento’ (apêndice B)⁴⁶ e Quadro 5 - Decretos (apêndice C)⁴⁷, os quais apresentam as proposições, decretos e a legislação estadual⁴⁸, voltadas setorialmente para a cadeia leiteira paranaense, essas que são partes dos arranjos da política de governo das Medidas Institucionais (MI).

⁴⁴ Vale dizer que a lei, a norma jurídica tem um papel da construção da subjetividade, constituindo a subjetividade humana.

⁴⁵ Das 18 indicações legislativas realizadas pelos deputados, decorrentes dos anos de 2010 a 2013, todas foram sancionadas em leis; porém, algumas arquivadas, por exemplo, 1788/2013; 1515/2013; 37/2012; 36/2012; 2567/2011; 2525/2011; 1069/2011; 559/2011 e 137/2010. Por outro lado, as que permanecem em status de tramitação são 2254/2013; 1259/2013; 1136/2013; 1034/2013; 1228/2012; 552/2012; 438/2012; 2462/2011 e 2332/2011 (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA). Não foi localizado resultado para a pesquisa realizada nos anos de 1990 até 2009 e 2014 até 2021.

⁴⁶ Dos 18 requerimentos legislativos decorrentes dos anos 2015 a 2020, apenas quatro estão no processo do legislativo como tramitação, a saber: 5483/2017; 252/2019; 264/201/ e 4117/202, enquanto os outros 14 requerimentos estão arquivados no progresso legislativo.

⁴⁷ As outras tipologias (projeto de resolução, lei complementar, projeto de resolução, etc.) que não aparecem nos quadros são os que nada constam pelas páginas pesquisadas.

De forma evolutiva, as políticas estaduais voltadas para a cadeia produtiva leiteira estão associadas à dinâmica e à evolução das indústrias contempladas nesta cadeia específica. O cenário demonstra que o ciclo da criação focal de políticas públicas na cadeia de leite paranaense vem incentivando a produção de leite e desencadeando qualidade e segurança, além de desenvolver ambientes propícios para que as tecnologias desenvolvidas pelas instituições cheguem até o produtor e a indústria, bem como favorecendo alguns municípios e produtores paranaenses, enquanto outros estão sendo marginalizados pelo próprio governo, conforme é possível observar nas leis localizadas.

Quadro 2 - Projetos de Lei implantados pelo governo do Estado do Paraná voltados para a cadeia leiteira – 1990 - 2021

Lei	Ementa	Palavras-Chave
398/1993	Reduz ICMS/Estadual na soja adquirida para transformação em leite.	Leite, soja, reduz, ICMS, transformação
431/2001	Dispõe sobre alterações à legislação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de comunicações - ICMS (leite industrializado 7%)	ICMS, leite, leite industrializado
52/2005	Mensagem 002/05 - objetiva atribuir crédito presumido de 5% sobre o valor das saídas do leite UHT acondicionado em embalagem longa vida.	ICMS, leite, UHT, embalagem, longa vida
679/2005	Autoriza o Poder Executivo a conceder incentivo fiscal aos produtores de frango e leite do Estado do Paraná e dá outras providências.	Frango, leite, incentivo fiscal, Paraná
341/2007	Dispõe sobre a política Estadual de incentivo à pecuária de leite.	Política, incentivo, pecuária, leite
512/2009	Fica instituído, no âmbito do Estado do Paraná, o Programa Leite das Crianças (6 a 36 meses de idade - Leite das crianças).	Alimentação, programa, leite, das crianças
570/2009	Dá nova redação ao inciso VI, do Art. 1º, da lei nº 14.978, de 28 de dezembro de 2005. (exclui o produto leite longa vida UHT da isenção do ICMS nas operações internas que destinem produtos da cesta básica de alimentos).	Leite longa vida, isenção ICMS
27/2010	Mensagem nº 10/10 - dá nova redação ao Art. 1º, ao Art. 2º e seu § 1º e ao Art. 3º da lei nº 16.385, de 25 de janeiro de 2010, que instituiu o Programa Leite das Crianças.	Leite, lei nº 16.385, leite das crianças
270/2012	Determina a impressão do quadro de vacinas obrigatórias nas embalagens de leite tipo C e B.	Vacinas, informação, leite
753/2015	Dispõe sobre a tributação de ICMS sobre o leite não produzido no Estado do Paraná.	ICMS, leite
253/2016	Determina o fornecimento gratuito de leite com fórmulas especiais nas condições que especifica e dá outras providências.	Leite, lactose, lactentes, intolerantes, alérgicas, proteínas hidrolisadas, aminoácidos.
382/2016	Denomina "Rodovia do Leite" o trecho da PR - 340, entre a Av. Prefeito Ronie Cardoso, em Castro, e a PR - 090.	Rodovia do Leite, leite, PR-340, prefeito Ronie Cardoso, Castro, PR-090
389/2018	Dispõe sobre a isenção do ICMS incidente sobre leites e fórmulas especiais destinadas à alimentação de bebês, conforme especifica.	Isenção, ICMS, leites, alimentação, bebês
398/2019	Autoriza o Poder Executivo Estadual a implantar o Programa de Melhoramento Genético em bovinos e dá outras providências.	Poder Executivo, implantar, programa, melhoramento genético, bovinos, produtor rural, agricultura, leite
44/2020	Altera a lei nº 16.385, de 25 de janeiro de 2010, que institui o Programa Leite das Crianças.	Lei nº 16.385, leite, programa, crianças
478/2020	Altera a lei nº 16.385, de 25 de janeiro de 2010, que institui o Programa Leite das Crianças.	Altera lei nº 16.385, de 25 de janeiro de 2010, institui o Programa Leite das Crianças, programa, leite das crianças I
474/2021	Dispõe sobre a obrigatoriedade de os estabelecimentos comerciais do ramo alimentício informarem a substituição de queijo e/ou outros lácteos por produtos análogos, no âmbito do estado do Paraná, e dá outras providências.	Leite, estabelecimentos comerciais, alimentício, lácteos, produtos análogos

Fonte: Elaborado pelo autor na base da Assembleia Legislativa do Paraná (2022)

Posto isto, nos quadros organizados foram encontrados, através da pesquisa, o total de 115 leis durante o progresso no processo legislativo, as quais classificam-se em 17 Projetos de Lei, 62 Decretos, 18 Indicações e 18 Requerimentos por meio dos (as) deputados (as). Desse modo, ao longo deste capítulo serão destacadas partes das legislações/contribuições selecionadas da base institucional para o sistema das políticas públicas, as quais foram descritas e relacionadas em ordem temporal, tendo como ponto de partida os anos 1990. Neste tempo, em âmbito político de gestão, inicia-se pelo último mandato do Álvaro Dias, do PMDB (15 de março de 1991), até o atual governador Ratinho Junior, do PSD.

Além disso, o capítulo também se aproxima das discussões, os resultados dialogando entre os temas apresentados no capítulo 3, no qual a cadeia leiteira se insere em partes da divisão internacional do trabalho e nas cadeias de valor global e/ou regional, pautadas pelas transnacionais. Em termos gerais, permanece a lei do desenvolvimento desigual, a correlação de força entre Estado-nação (luta de classes) e todas as contradições advindas da exportação de capital permanecem presentes, ainda que sob novas formas, conforme já apontava os clássicos (LÊNIN, 2021, p.24)⁴⁹.

No começo dos anos 1990, o discurso neoliberal de um mundo sem fronteiras, em que os mercados deslizavam livres da ação dos governos tornou-se hegemônico. E os locais e regiões adotaram e acolheram tais ideais, como fez, por exemplo, o governo Carlos Alberto Richa, quando implementou o primeiro Observatório de Políticas Públicas celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a *The Harris School of Public Policy at the University of Chicago*. Em síntese, a Universidade de Chicago analisa, monitora os dados e a proposição de políticas públicas realizadas no âmbito do Estado do Paraná. Isso esclarece a justificativa da escolha do recorte dos anos 1900, pois a entrada da onda de políticas neoliberais se vinculam às regiões brasileiras, haja vista uma universidade de fora do Brasil, de características históricas de germinar pensamentos liberais à luz do liberalismo econômico e da economia da escola austríaca⁵⁰ direciona as políticas propostas e implementadas, ramificando pelo espaço das regiões paranaenses.⁵¹

⁴⁹ LÊNIN, V.I. **O Imperialismo: fase superior do capitalismo**. – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2021.

⁵⁰ A Escola de Chicago de economia foi criada a partir dos ideais acolhidos pela Escola Austríaca. Segundo Figueiredo (2009, p. 115 - 122), Chicago é “filha” da Áustria[...] com influências de Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig von Mises, Walter Lipman, Alfred Mueller-Armack e, naturalmente, o próprio Hayek. Hoje, no Brasil, o ministro da economia, Paulo Guedes, segue estes pensamentos. Segundo Silva (2019), além de ter realizado mestrado e doutorado em economia na Universidade de Chicago, pertencendo ao grupo de Friedman, foi também assessor no governo de Pinochet.

⁵¹Disponível em: <<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&co-dAto=172866&indice=1&totalRegistros=18&dt=13.0.2022.18.56.40.603>>.

Em vista disso, no âmbito federal, a própria guerra fiscal, no pacto de adesão federativo, e a própria concorrência da “globalização” neoliberal expressa na forma do capital, usa das desigualdades territoriais entre regiões para a valorização do valor. No que concerne aos incentivos de políticas fiscais, principalmente a atuação do governo no que se refere à arrecadação de tributos, promovendo impactos de forma direta nos setores de tal economia. É observada a utilização da alíquota para impulsionar a competitividade da cadeia leiteira do estado. Em meados dos anos 1990, tais incentivos de políticas fiscais desenrolaram-se pelos decretos 6956/1990; 720/1991; 1067/1992; 2246/1993; 2630/1993; 2854/1993; 2944/1993; 3001/1994 e 1747/1996 (CASA CIVIL, 2021).

No Projeto de Lei 431/ 2001, observa-se incentivo ao favorecimento da indústria de leite, pois é alterada a legislação do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação do leite. Por meio desta lei, a indústria passa a optar por crédito de 7% nos seguintes produtos: leite, inclusive em pó, originário de outro estado; energia elétrica ou óleo de combustível, utilizados no processo industrial; embalagens destinadas à comercialização de leite, ficando reduzido para 58,33% a base do cálculo nas operações interestaduais sujeito à alíquota de 12%, como margarina, creme vegetal, gordura vegetal hidrogenada e óleos vegetais, promovidas diretamente da indústria alimentícia (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 2009). Também, pelo decreto 3.869, altera-se a base de cálculo do ICMS, que fica reduzida, opcionalmente, ao regime normal de tributação nas operações internas para os produtos da cesta básica (CASA CIVIL, 2021).

Além disso, em 2001 é atualizado o decreto 1996 (Decreto nº 5.141) e introduzido um novo regulamento de ICMS voltado à indústria da transformação do leite. Logo, em 2002, este sofre alterações, passando a prevalecer um novo decreto, o 5.621/2002. Neste, fica estabelecido, em seu artigo 34, que:

“Os produtores rurais, no momento da saída de produtos agropecuários, poderão abater do ICMS a recolher o imposto cobrado na operação de aquisição de insumos e de mercadorias, ainda que destinadas ao ativo permanente, e na prestação de serviços destinados à produção, na forma desta subseção, observado, no que couber, o disposto no § 4º do art. 24” (CASA CIVIL, 2002, p.2).

No ano de 2004, o PL 052/2005 foi atualizado, pois até então prevalecia o de 2001; por isso, passa a atribuir ao estabelecimento industrializador de leite o crédito presumido de 5% sobre o valor de saídas, em operações internas, de leite UHT (“*ultra high temperature*”), acondicionado em embalagem longa vida, classificado na posição 0401 da nomenclatura brasileira

de mercadoria – sistema harmonizado – NBM/SH. O poder executivo justificou que pretendia, com a medida, proteger as indústrias do leite em embalagens que estariam perdendo espaço no mercado interno para companhias de outros estados, assim comparando esta base ao estado de Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 2005).

Ao mesmo tempo, o Projeto de Lei 679/2005 autorizava o poder executivo estadual a conceder incentivo fiscal aos produtores de frango e leite do estado do Paraná, e dava outras providências. A justificativa da medida foi buscar neutralizar aumentos de energia elétrica acima da inflação e da remuneração dos produtos. Com isso, a política fiscal gerou benefícios para algumas categorias de produtores rurais no estado do Paraná, de modo a reduzir ICMS incidente sobre o consumo de energia elétrica em suas propriedades rurais. Logo, pelo decreto 6.110, de 2006, foram introduzidas alterações no regulamento do ICMS (CASA CIVIL, 2021).

Segundo Marques, Kamimura e Oliveira (2016), o Paraná foi o Estado que mais criou políticas de incentivos fiscais do ICMS no período de 2008 a 2011. Em 2009, por exemplo, pelo decreto 5.595, colocou em operações internas realizadas no âmbito de projetos de produção de biodiesel pelo “Programa Paranaense de Bioenergia – PR – Bioenergia”. Assim, as remessas de mercadorias realizadas pelo produtor para estabelecimento de cooperativa da qual fazia parte, situada no Estado, eram beneficiadas com a suspensão do pagamento do ICMS para produção integrada de óleo vegetal, biodiesel, ração, carnes, leite e derivados (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA e CASA CIVIL, 2021; DOE, 2009). Tal programa contou com um conjunto de órgãos da União e estadual, conforme o Diário Oficial do Estado (DOE). Em 2009:

[...] o programa foi desenvolvido em ação conjunta pela Companhia Paranaense de Energia - COPEL, pela Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento - SEAB, pela Secretaria de Estado de Ciência Tecnologia e Ensino Superior - SETI, pelo Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR, pelo Instituto Agrônômico do Paraná - IAPAR, pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES, pelo Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, e pelas cooperativas de produtores rurais, com a finalidade de desenvolver, neste Estado, plantas de biodiesel de pequeno porte, com base na agricultura familiar e em sistemas cooperativos (DOE, 2009, p.2).

Ademais, o PL 570, de 2009, introduziu alteração da lei nº 14.978, de dezembro de 2005, sobre o ICMS justificada pela perda de mercado aos estados vizinhos, especialmente São Paulo e Rio de Janeiro, que eram grandes consumidores, agravando-se com a perda de mercado também no próprio estado, em face da invasão da indústria de outros estados concorrendo no mercado paranaense dessa atividade (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 2009). Nesse período, o Paraná se tornava o segundo maior produtor de leite, com uma produção aproximada de 2.700 milhões de litros/ano, o que corresponde a 10,6% da produção brasileira (IBGE, 2006).

Todavia, dando sequência ao tratamento tributário do leite longa vida UHT, especialmente no estado de São Paulo, que taxa o produto paranaense em 18% e concede isenção naquele produzido em seu estado, fez com que a comercialização do produto reduzisse de maneira drástica, enquanto que em 2017 chegou a ser comercializado em torno de 44% da produção paranaense, colocando assim a cadeia produtiva em situação de desigualdade na comercialização do produto, bem como a disparidade no preço recebido pelo produtor, onde mostra que o produtor paranaense tinha recebido entre 0,05 e R\$ 0,11 a menos por litro de leite vendido (CEPEA, 2009). Assim, no ano de 2011, foi feita a última alteração – que logo sofreu reformas - no regulamento do ICMS, pelo decreto 3.570, de 2001.

Por último, germina-se Projeto de Lei 753, criado em 2015, que dispõe sobre tributação de ICMS sobre o leite não produzido no estado do Paraná. Na prática, o leite advindo de outros estados não era tributado ao entrar no estado paranaense. Assim, visando uma proteção ao produtor paranaense, o Executivo-Legislativo aprovou esta proposição. Ao mesmo tempo, conforme a Casa Civil (2021), distribuiu-se chuva de decretos, nas quais foram introduzidas alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações à Circulação de Mercadoria Interestadual e Intermunicipal – RICMS, a saber: 731/2015, 804/2015, 1361/2015, 2175/2015, 3000/2015, 3049/2015, 3242/2015, 3530/2016, 4987/2016, 5603/2016, 5993/2017, 7022/2017, 7225/2017, 9114/2018, 2742/2019 e 4208/2020.

Além disso, com as mudanças na dinâmica do padrão de produção do arranjo político e econômico que o Brasil passava, e motivados pelos interesses do sistema internacional, por exemplo, por organizações mundiais, sob à égide da FAO e Organização Mundial do Comércio, entres outras, repercutiu sobre a padronização das regiões brasileiras. Além disso, para Lucchese (2003), a internacionalização tem produzido mudanças nas coalizões, nas políticas, e nas instituições domésticas.

Depois que a normalização das medidas de ligadas aos produtos de origem animal foram implantadas pelo Governo, saneamento seguindo a padronização internacional, a região paranaense seguiu essas demandas. Isto pode ser constatado pelos decretos 2.792 de 1996 e 3.433 de 1997, em que o primeiro regula e trata da Defesa Sanitária Animal no Estado do Paraná e estabelece outras providências atinentes à Saúde Animal em geral, enquanto o segundo cria, no âmbito da SEAB, o Conselho Estadual de Sanidade Agropecuária – CONESA⁵², e, no entanto,

⁵² É um órgão colegiado, de caráter consultivo, com a finalidade de apoiar o Sistema de Defesa Agropecuária do Estado e coordenar as ações que visem à melhor qualidade, produtividade, competitividade e rentabilidade da produção agropecuária do Estado do Paraná (SEAB, 2021).

discute e propõe as normas de Defesa Agropecuária no âmbito do Estado, resultando em benefícios desde o produtor até o consumidor, ou seja, todos os elos da cadeia produtiva leiteira:

II - propor o planejamento estratégico da Defesa Agropecuária e de ações que envolvam a melhor qualidade, produtividade, competitividade e rentabilidade da produção; III - analisar e opinar sobre o plano anual de trabalho e seu respectivo orçamento; IV - coordenar, supervisionar, avaliar e integrar as ações dos Conselhos Intermunicipais; V - discutir e propor ações, solicitar pesquisas e estudos sobre sanidade, qualidade e aspectos econômicos e sociais da produção agropecuária do Estado do Paraná; VI - supervisionar a execução das atividades, efetuar a avaliação e pronunciar-se sobre os resultados das ações programadas; e VII - o desempenho de outras atividades correlatas (CASA CIVIL, 1997, p.1).

Neste sentido, pode-se notar, conforme o Quadro 2, que o Projeto de Lei 270, de 2012, regulamenta a rotulagem de produtos de origem animal, no qual eleva-se a especialização da produção no sentido de estimular uma concentração empresarial de laticínios, bem como a exclusão de menores produtores. Assim, demonstra, junto ao parecer técnico da GIPOA (Gerência de Inspeção de Produtos de Origem Animal), a impressão do quadro de vacinas obrigatórias, para o cumprimento das empresas responsáveis pela confecção de embalagens do leite tipo C e B.

Nesse mesmo projeto, o esclarecimento do legislativo é que o leite tipo C⁵³ foi extinto desde 01/07/2005 nas regiões Sul, Sudeste e Centro-oeste do País pela normativa n° 051/02 do MAPA. Posteriormente, a instrução normativa n° 062/11 do MAPA (Padrões de Identidade e qualidade) extinguiu o leite tipo B, logo permanecendo apenas os leites tipo A e Pasteurizados. Outra exigência é atender as determinações da normativa 51. Segundo Vieira (2019):

O papel das políticas públicas junto à institucionalização da produção segue a terceira fase iniciada em 2002, com a promulgação da Instrução Normativa – IN 52 pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, implementada em 2005, posteriormente à Instrução Normativa 62, que passou a vigorar em 1° de janeiro de 2012, atualizou a IN 51 e estabeleceu novos prazos e limites para a contagem de células somáticas – CCS, e de contagem bacteriana total – CBT, que determinam a qualidade microbiológica do leite (VIEIRA, 2019, p. 68).

Conforme o DOE (2021), o decreto 474/2021 visa a obrigatoriedade de os estabelecimentos comerciais do ramo alimentício informarem destacadamente, em seu cardápio ou através de cartaz afixado em local de fácil visualização, a utilização de produtos análogos ao

⁵³ É o leite de qualidade inferior aos demais, devido a concentração de microrganismos presentes no leite (EMBRAPA, 2021).

queijo/requeijão e lácteos no preparo dos alimentos, trazendo a seguinte expressão: “Este produto não é queijo/requeijão”, bem como proporcionar ao consumidor a possibilidade de verificação das informações nutricionais e ingredientes utilizados no preparo do alimento.

Essa proposição foi necessária, uma vez que são colocados em circulação produtos análogos ao queijo, que acabam sendo consumidos como se fossem queijos legítimos, oriundos 100% de leite natural, quando na verdade são adicionados outros componentes estranhos à definição de queijo, como, por exemplo, gordura vegetal hidrogenada, amido e amido modificado, que, além de induzir o consumidor a erro, podem prejudicar a sua saúde. Segundo a Casa Civil (2021), além de proteger o consumidor e garantir o seu direito à informação, essa proposição objetiva proteger o produtor de leite, pois, quando há substituição do queijo oriundo de leite por um produto oriundo de outros componentes, conseqüentemente tem-se menos consumo de leite, fato que impacta a produção primária, atrapalhando a remuneração dos pequenos produtores. Ante o exposto, entendemos como de fundamental importância o projeto de lei apresentado, a qual solicita o devido apoio para sua análise e aprovação.

Em 2021, apresentou-se, também, uma narrativa hegemônica sobre o imaginário sustentável das dinâmicas do capitalismo contemporâneo, quais os caminhos para os locais/regionais buscarem ampliar o desenvolvimento rural sustentável pautado nas organizações mundiais – ODS. Assim, o Programa Paraná Energia Rural Renovável (RenovaPR) é, por exemplo, coadunado ao Sétimo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) presente na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, no qual as cadeias produtivas de proteína animal, agroindústrias e outros sistemas agropecuários terão apoio:

I - pessoa física ou jurídica participante do Programa Tarifa Rural Noturna (PTRN) a que se refere a Lei Estadual nº 19.812, de 6 de fevereiro de 2019; II - produtor de frango de corte; III - agroindústria; IV - piscicultor de água doce; V - produtor de leite; VI - produtor de suínos; VII - produtor de ovos; VIII - outras explorações agropecuárias rurais classificadas em ordem decrescente de consumo de energia, que considerará o registrado na fatura do mês anterior à apresentação do projeto e a média de consumo dos últimos 12 (doze) meses (DOE, 2021; CASA CIVIL; 2021, p.2).

Cabe destacar que, na gestão do governador Roberto Requião (PMDB), em 14 de maio de 2003, foi criado o primeiro programa voltado para a diminuição da desnutrição infantil que assombrava o Estado. Assim, pelo decreto 1.279, ficou instituído o Programa “Leite das Crianças”, o qual passou por reformas ao longo dos anos de 2008, 2009, 2010 e 2016, conseqüentemente influenciando a cadeia produtiva leiteira como um todo. Ou seja, em 2008 o programa passou a ser coordenado pela Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB. Em 2009, o Projeto de Lei 512/2009 instituiu o debate no âmbito do Paraná, o Programa Leite

das Crianças como um dos direitos e garantias fundamentais das crianças de 06 a 36 meses. O projeto visava garantir padrões adequados à saúde e nutrição das crianças do estado do Paraná, pois, devido à baixa renda, muitas famílias não tinham acesso a uma alimentação de qualidade. Assim, segundo o IPARDES (2010):

Constatou-se que o Programa vem cumprindo parcialmente a instrução normativa nº 01/2004, que estabelece que este deve adquirir o leite preferencialmente de laticínios de pequeno e médio porte e de empresas familiares. Os dados mostram que as empresas de pequeno porte representam 77,0% dos laticínios que participam do Programa, as de médio porte representam 13,1%, as empresas de porte médio-grande 6,6%, e as grandes somente 3,3% (IPARDES, 2010, p. 31).

Em consonância, o programa Leite das Crianças, voltado para a aquisição do leite de origem da agricultura familiar, também se lançou para o beneficiamento de dois segmentos da sociedade: os produtores familiares, dando-lhes estabilização de renda, bem como melhores condições de vida, e as crianças carentes, garantindo-lhes uma complementação alimentar – às vezes a única – equacionando problemas sociais. No entanto, via projeto de lei 253/2016, ficou estabelecido o fornecimento gratuito de leite com fórmulas especiais, especificamente sem lactose, com proteínas hidrolisadas ou livre de aminoácidos, influenciando e beneficiando o elo industrial que transforma o leite. Segundo o IPARDES (2010), um dos princípios básicos do Programa era fomentar o desenvolvimento das cadeias locais e regionais do leite, a partir da renda gerada por meio de compras realizadas para atender às demandas de distribuição do leite para as crianças, bem como pelas exigências de qualidade e articulação com os investimentos na produção e beneficiamento do produtor.

Segundo a indicação 438/2012, em tramitação (apêndice A) – busca-se a criação e implantação do ‘Programa do Leite dos Idosos’ voltado para a melhoria da qualidade de vida dos idosos e o combate à pobreza e à fome. Consiste na distribuição gratuita e diária, pelo poder executivo, através de seus órgãos competentes, de leite pasteurizado, integral ou padronizado, enriquecido com vitaminas A e D, aos idosos que possuírem idade a partir de 60 (sessenta) anos, no âmbito do Paraná, em que a renda média per capita comprovada seja de até meio salário mínimo. Em síntese, isso favorece ao consumidor em uma determinada faixa etária, e às indústrias que atendem aos critérios da indicação pelo legislativo, além do programa vir a contemplar o desenvolvimento da pequena agricultura, pois dever-se-á adquirir o leite de origem dos pequenos produtores da região, cabendo ao poder executivo, através de seus órgãos competentes, firmar convênios com demais entes da federação para o bom funcionamento do referido programa.

De todo modo, houve políticas aprovadas nesse processo para beneficiar regiões específicas localizadas no espaço do estado paranaense. Por exemplo, em 2010, o Projeto de Lei 137/2010 - propôs para a Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento – SEAB, a disponibilização de resfriador de leite para atender produtores do distrito de Primavera, no município de Juranda. E a ‘indicação’ 2.567/2011, aprovada pela lei nº 2.513/2011 (arquivada) – solicitava à mesma secretaria que disponibilizasse recursos, através de convênio com o município de Barbosa Ferraz, para a aquisição de um resfriador de leite para atender à comunidade de São Joaquim (Juranda e Barbosa), ambas pertencentes à mesorregião do Centro-Ocidental do Paraná. Segundo a Assembleia Legislativa (2011), a justificativa da região COMCAM (Comunidade dos Municípios da Região Campo Mourão) demonstra o crescimento da bacia leiteira, tornando-se necessária a cessão de um resfriador de leite com capacidade de 1000 litros aos municípios para a conservação do leite. O resultado visa manter o pequeno produtor na zona rural, com aumento na geração de renda, novos empregos e melhoria qualidade dos produtos.

Simultaneamente, depois, a indicação legislativa 2.462/2011, a qual encontra-se em status de tramitação, solicita recursos para pavimentação com pedras irregulares nas mangueiras das propriedades de bovinocultura de leite para o município de Palmas⁵⁴, localizado geograficamente na mesorregião do Sudoeste paranaense. Segundo a Assembleia Legislativa (2011), a justificativa por tal indicação deriva pelo pleito considerando que, no atendimento às exigências relacionadas à qualidade do leite (Instrução Normativa 51 e 62, já citadas) e baseado em diagnóstico realizado, detectou-se grande problema causado pela formação de lama ao redor dos estábulos em dias chuvosos, principalmente no período de inverno, desencadeando transtornos para os produtores e um ambiente propício para a proliferação de bactérias, afetando diretamente a qualidade do leite produzido. Na época, o número de produtores enquadrados pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural era de 82 propriedades.

Além disso, outra indicação legislativa colocada em pauta, a 2.332, do ano de 2011, também em status de tramitação no processo legislativo, voltada para a cadeia produtiva leiteira paranaense – propõe que sejam viabilizados dez resfriadores de leite para o município de Guaraniaçu, localizado na mesorregião Oeste do Estado, com intuito de beneficiar os pequenos produtores.

⁵⁴ Segundo a Assembleia Legislativa (2011), a produção de leite comercializada diariamente no município de Palmas era de aproximadamente 21.000 litros/dia, com um rebanho de cerca de 3.800 cabeças, representando uma renda bruta mensal de R\$ 400.000, 00 (quatrocentos mil reais).

No ano de 2011, nota-se que algumas mesorregiões paranaenses são continuamente favorecidas pelas políticas governamentais. Conforme o Quadro 2, o PL 559/2011 propõe à SEAB — Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, a viabilização de sêmen bovino para pequenos produtores da APOPLÉTICO - Associação de Produtores de Leite de Quarto Centenário⁵⁵, esta que compõe geograficamente a mesorregião Centro-Ocidental paranaense. Neste programa, conforme a Assembleia Legislativa (2021), os instrumentos assegurados por tal medida foram o crédito, a tributação, a pesquisa, o ensino, a extensão rural e a assistência técnica, a vigilância em saúde, o apoio ao cooperativismo e ao associativismo, o apoio a agroindústria familiar, o acesso às informações socioeconômicas, as compras governamentais com finalidade de abastecimento institucional e a certificação de identidade, origem e qualidade de produtos.

O Quadro de legislação por tipologia ‘indicação’ 1228/2012 (apêndice A) – em processo de tramitação, busca a disponibilização de um resfriador de leite aos pequenos agropecuaristas da associação Cantinho, no município de Santa Cruz de Monte Castelo, o que compõe a mesorregião Noroeste paranaense, mantendo, assim, o resfriamento do leite até o laticínio.

Ao mesmo tempo, a indicação 552/2012 – Solicita à SEAB a viabilização de dois botijões de sêmen bovino para atendimento de pequenos produtores de leite de Quinta do Sol, município que se localiza na mesorregião do Centro Ocidental Paranaense (IBGE, 2022). Segundo a Assembleia Legislativa (2012), justifica-se porque isso ecoa perante a necessidade de incentivar o uso de técnicas e práticas modernas na bovinocultura de leite, visando à melhoria genética do rebanho, com aumento da produtividade e maior renda aos pequenos produtores. O equipamento atenderá diretamente 60 famílias de pequenos produtores leiteiros e mais 60 indiretamente (alegando que uma das pautas do Beto Richa (PSDB) era o compromisso de incentivo aos pequenos produtores).

No ano de 2012, foi colocado em ação o Projeto de Lei 37/2012, o qual destinou-se ao município de Pinhão 100 vacas leiteiras, este que pertence geograficamente à mesorregião Centro-Sul paranaense. A justificativa do tal programa foi de incentivar os pequenos produtores do município com o fornecimento de novilhas. No mesmo ano, foi aprovada a indicação legislativa nº 36, de 2012 – uma solicitação à SEAB para liberação de 20 (vinte) resfriadores para os

⁵⁵ Conjuntamente, no ano de 2013, segundo as proposições legislativas ‘indicação’ 1.259/2013, a doação de resfriadores de leite para o município de Farol, da mesorregião do Centro-Ocidental do Paraná, com a justificativa de atender os produtores dessa municipalidade, uma vez que a prefeitura apresentava dificuldade financeiras para fazê-lo. Sinergicamente, o projeto de lei buscou doação de duas ensiladoras com carretas para fazer silagem para a Associação dos Produtores de Leite de Quarto Centenário – APROLÁTICO.

pequenos produtores do mesmo município, possibilitando o melhor armazenamento da produção de leite (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 2002).

Em 2013, os municípios da mesorregião Centro Oriental contaram com demandas de deputados do legislativo, assim como políticas localizadas geograficamente, como, por exemplo, a indicação 1.788/2013 (arquivada) – buscando a liberação de recursos de veículo com carroceria para facilitar o transporte de alimentos para as famílias em vulnerabilidade social do município de Imbaú. Também a indicação 1.515/2013 (arquivada) – buscando um equipamento de ordenha para os programas que beneficiam produtores de leite. Segundo a Assembleia Legislativa (2013), justifica-se o pleito considerando que o equipamento permite maior rendimento ao ordenhar, propiciando eficiência na ordenha, redução de tempo e melhora na qualidade de leite. A ordenha mecânica, se utilizada regularmente, aumenta em até 20% a produtividade após as primeiras semanas. Conforme a mesma fonte, importante ressaltar que a primeira ordenhadeira foi lançada há quase cem anos nos Estados Unidos e há cerca de quarenta anos no Brasil.

Neste ínterim, no ano de 2012 também se apresentaram os primeiros passos da implantação de ações voltadas às políticas de caráter ambiental nos municípios de Araucária, Campo Largo e Campo Magro, localizados na mesorregião geográfica Metropolitana de Curitiba, pois o Estado apresenta um perfil agrícola e pecuário, com a existência de regiões de atividades econômicas com alto uso da qualidade hídrica e ambiental, que demanda atualizações e alterações sobre a diversidade biológica (CASA CIVIL, 2012). Segundo a Casa Civil e o Diário Oficial do Estado (2012), o decreto nº 6.796, de 2021⁵⁶, disciplina o processo de uso e ocupação do solo do Zoneamento Ecológico –Econômico da Área de Proteção Ambiental denominada APA do Rio Verde. Dessa forma, o programa busca garantir proteção e recuperação do manancial, bem como plano de manejo agropecuário, dentre outros instrumentos.

Através do Projeto de Lei 382, de 2016, o Município de Castro – PR⁵⁷ recebeu incentivos governamentais em infraestruturas, este que geograficamente localiza-se na mesorregião do Centro – Oriental paranaense, e historicamente se destaca pela cultura da principal bacia leiteira do estado. Contou com incentivos de projetos de infraestrutura estabelecidos pelo projeto em questão e, portanto, fica denominado de “Rodovia do Leite” o trecho rodoviário de 26,

⁵⁶ Bem como respeito às atribuições que confere o art. 87, inciso V da Constituição Estadual de 1989 (BRASIL, 2012).

⁵⁷ Segundo a Assembleia Legislativa (2016), o Deputado Federal Osmar Serraglio (PMDB-PR) efetuou o protocolo do Projeto de Lei nº 382, que confere ao município de Castro o título de “Capital Nacional do Leite”, aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) da Câmara Federal, sendo prontamente encaminhado ao Senado da República para também aprovação.

31 km da PR – 340. O nome dado é uma forma de valorizar a importância da cidade de Castro, de colônia Castrolanda (cultura holandesa), para a produção nacional de leite e derivados, notadamente diante do reconhecimento como a Capital do Leite. Também foi reportada a concentração das três principais cooperativas lácteas no entorno do município: Castrolanda, Batavo e Capal. O mesmo documento revela, com base nos dados do IBGE, que no ano de 2006 Castro produziu mais de 134 milhões de litros de leite, sendo que no ano seguinte a produção foi de 135,6 milhões, e em 2015 atingiu a marca de 138,3 milhões. Quanto ao rebanho, o IBGE coloca a aludida urbe em 130º em posição ao país na ordenha de vacas, com pouco mais de 21 mil cabeças. Estes dados revelam a capacidade produtiva do plantel de gado leiteiro das raças holandesas, jersey e pardo-suíça⁵⁸.

Afinal, as tarifas implementadas após 1990 protegem as cadeias produtivas regionais e nacionais. Dentre as providências tomadas, destaque para o programa de liberalização das importações, o qual preconizava “racionalizar” a estrutura protecionista, sendo a tarifa aduaneira o principal instrumento de proteção (CASTILHO et al, 2008/2009). No ano de 2019, foi solicitado, por meio dos PL 292/2019 e 264/2019, bem como requerimentos subscritos pelos deputados ao Jair Messias Bolsonaro, presidente da república, e ao ministro da economia, Paulo Guedes, solicitação em defesa da manutenção da medida antidumping sobre o leite importado da Nova Zelândia e da União Europeia, extinta por meio da circular nº 5, de 5 de fevereiro de 2019, da Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia.

Segundo tal medida tarifária, Prestes, Bastista e Krajevski (2020) analisaram que a retirada da taxa antidumping se enquadra em uma política liberal de definição de preços. Assim, permite que o mercado se autoajuste, retirando qualquer forma de protecionismo ao setor leiteiro brasileiro. É evidente que nem sempre a proteção visa a baixa de preços ao consumidor final; entretanto, acaba sendo de grande relevância para os produtores, os quais conseguem, graças à proteção antidumping, se manter competitivos no mercado.

Do mesmo modo, outros projeto de lei voltados à cadeia produtiva leiteira foram materializados no Estado do Paraná, como, por exemplo, o Projeto de Lei 341, de 2007, que trata da política estadual de incentivo à pecuária leiteira e exportação do leite, abrangendo a Bovinocultura, a Bubalinocultura, a Ovinocultura e Caprinocultura (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA,

⁵⁸ Historicamente, no Brasil, o gado selecionado para produção de leite começou a ser introduzido no fim do século XVIII e começo do século XIX, com a introdução da raça Turino, de origem portuguesa, na Região Sudeste do Brasil (Souza *apud* Domingues, 1969).

2007). As cláusulas deixaram explícitos os objetivos, que desempenharam um papel para garantir a oferta sustentável do leite e derivados, o suficiente para abastecer o mercado estadual, e destinar o excedente para as exportações, bem como ampliar o consumo interno.

Assim, o Paraná tem se destacado como polo leiteiro no Brasil (IBGE, 2022; SEAB, 2021; IDR, 2021). Este caráter produtivista demonstra-se pela alavancagem crescente de evolução das forças produtivas, criando dois polos de contradições pelo aumento do escopo e escala. Em escala mundial, sua participação nas relações internacionais comerciais dos produtos leite, creme de leite e laticínios (exceto manteiga ou queijo) representam 0,2% nas exportações totais do Brasil, caracterizando-o como quinto maior exportador, chegando em 2021 (jan-ago) a um total de 68.412,024 toneladas, assim, resultando em termos monetários equivalentes a 210,57 milhões de dólares, ao preço de 3,08 por US\$ FOB/Kg (COMEXTAT/MDIC, 2021).

Analogamente, vincula-se e acontece a existência da dispersão de pequenas propriedades leiteiras e um processo de monopolização da comercialização do leite em determinadas mesorregiões nesta região analisada, existindo as pequenas propriedades de produção leiteira, com baixíssimo acesso ao crédito, praticamente inoperante apoio técnico pelo desmonte das extensões rurais (pelas reformas de 1997), uma ausência de políticas governamentais e uma política agrícola direcionada à grande propriedade (patronal). Por outro lado, os grandes produtores dessa cadeia têm vantagens de políticas públicas de crédito, da assistência técnica, de comercialização, política tarifária, entre outras. Portanto, esse alto custo dos pequenos produtores e baixa no sistema de preços não afetam o grande produtor, o que cria uma cadeia de dependência, pois existe uma massa ampla de pequenos produtores explorados com a dinâmica de vivência pelos baixos salários de retorno.

Da mesma forma, quando se analisa esta dinâmica, é preciso levar em consideração a coabitação da indústria-campo, não separando em dois polos de estranhamento, e a questão do poder político, já que a política da agricultura no estado e na federação é pautada pela grande propriedade, e essa política agrícola controlada pela grande propriedade tem influência nos fios desse tecido social pela totalidade.

Nesse sentido, as políticas públicas precisam de formas amplas voltadas para a população do elo da cadeia explorada, dado que o lucro econômico da produtividade resulta em poder político no sistema capitalista. Além disso, a agricultura brasileira e paranaense está imbuída numa concorrência de oligopólio mundial e oligopsônio internamente (Sindileite). Observou-se, no estado paranaense, a própria guerra fiscal entre o pacto de adesão federativo e a concorrência da “globalização” neoliberal, que é uma forma de o capital se apropriar da lei das desi-

igualdades territoriais entre regiões para a substância da valorização do valor. De forma externa, os interesses das transnacionais, que patenteiam grande parte dos elos da cadeia leiteira (caso da Nestlé, por exemplo), conduzem a uma monopolização inédita e ainda maior no mercado de leite, assim como a maior condicionamento das relações capitalistas na agricultura e, conseqüentemente, a exclusão.

Em consonância, os atos de políticas públicas em âmbito nacional e estadual implicaram no sentido de promover o acesso a uma parcela dos produtores de leite aliadas às políticas de crédito, de mercados institucionais e de capacitação, de modernização, e para estimular os investimentos financeiros e tecnológicos, quantificando os processos de produção, de gerenciamento tecnocrata e sucessão das unidades produtivas. Como resultado, nesse processo da cadeia leiteira, a materialização ocorreu mediada por pacote de incentivos fiscais entre a fase de 1990-2011 para as indústrias de bebidas e alimentos - incluindo os laticínios. Depois, em meados dos anos 2000, iniciaram os ciclos de inovações tecnológicas (mudança técnica) e biológicas, compreendidos como a implantação das inseminações artificiais de um intenso 'melhoramento' genético por parte de empresas privadas e o crescimento do sistema de agroindústrias atualmente. Assim, a tecnologia como instrumento nessa cadeia leiteira eleva a produtividade em escopo e escala; ao mesmo tempo, a contradição é a alarmante queda representada no número de estabelecimentos que produziram leite de vaca, que caiu em 50% entre 2006 e 2017 (IBGE, 2022).

Em síntese, este capítulo buscou desvendar o objetivo geral de identificar as políticas públicas estaduais paranaenses implementadas após 1990 e sua influência nas características da cadeia produtiva leiteira regional, e analisar como influenciaram na evolução do mesmo. Também evidenciou na dinâmica interna da cadeia produtiva de leite paranaense a maior representatividade no contexto nacional, e se inserindo ampla e intimamente no modelo de complexo agroindustrial, em multiescalas (regional, nacional e mundial). Enquanto isso, as dinâmicas externas foram institucionalizadas por normas de organizações mundiais que fazem parte da terceira onda da DIT (ciclo) e pela ampliação de políticas institucionais, processo iniciado em 1991 até 2001, quando ocorreu a abertura econômica e a liberalização dos preços, em que a regulamentação da cadeia produtiva leiteira passou a ser exercida pelas organizações mundiais (VIEIRA, 2019).

Assim, ao final deste capítulo, foi constatado que as políticas públicas pesquisadas, voltadas para a caracterização da cadeia produtiva leiteira paranaense, podem ser classificadas em quatro dimensões: políticas fiscais, regulatórias, sociais, e políticas públicas estaduais, com foco no fortalecimento da cadeia em regiões específicas dentro do estado.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos aspectos centrais para o entendimento da esfera econômica é a compreensão da importância das políticas públicas, bem como a sua relação com o conjunto da sociedade, entre o global e o local. Assim, torna-se fundamental levar em consideração a dinâmica histórica e o recorte das escalas geográficas do subespaço que atuam, no caso da cadeia produtiva leiteira. Por isso, inicialmente, optamos pela questão que norteou o desdobramento desta pesquisa, a saber: **“Quais foram as políticas públicas implementadas pelo governo estadual do Paraná, no período posterior aos anos 1990, voltadas para a cadeia produtiva leiteira, e como estas influenciaram nas características da cadeia em questão?”**.

Além do objetivo geral, foram definidos três objetivos específicos para aprofundar as intenções expressas no objetivo maior. Com relação ao primeiro objetivo específico - abordar as relações entre a Divisão Internacional do Trabalho e a consolidação de cadeias produtivas, destacando a leiteira no Estado do Paraná - os resultados encontram-se no desenvolvimento do capítulo 3 e nas seções que o contemplam. Em suma, demonstrou-se que a região desempenha uma função na divisão internacional do trabalho por meio da descentralização e especialização das cadeias produtivas, em destaque a cadeia leiteira paranaense.

No segundo objetivo específico, identificar as políticas públicas adotadas pelo governo estadual do Paraná, focalizadas na cadeia produtiva leiteira, os resultados podem ser constatados tanto no capítulo 4 quanto no capítulo 5. O primeiro se refere à definição de políticas públicas e a sua contextualização em torno do papel das mesmas no conjunto da sociedade. No capítulo 5, são identificadas e levadas à luz as políticas públicas estaduais focalizadas na cadeia produtiva leiteira, assim tendo como base os órgãos de poder do Estado do Paraná – a Assembleia Legislativa, a Casa Civil e o Diário Oficial do Estado. Estes também apresentaram limitações para a conclusão deste trabalho, haja vista que foram encontrados apenas nos projetos de leis dos órgãos deste arranjo político.

O terceiro objetivo - analisar como as políticas públicas estaduais implementadas após 1990 influenciaram na evolução da cadeia leiteira no Estado do Paraná, foi atingido, e os breves resultados e discussões estão presentes no capítulo 04 e 05. Demonstrou-se que as políticas públicas no espaço paranaense para a cadeia em questão não são apenas impulsionadas pelo relacionamento tecnológico, como defendido pela corrente do *mainstream* econômico, mas apela para uma perspectiva de economia pela política pública, para atender a transformação do

capital industrial em determinadas mesorregiões paranaenses. Assim, verificou-se que a mesorregião do Sudoeste paranaense está inserida numa atual divisão territorial do trabalho, conforme apontam as considerações da dissertação de mestrado de Francieli Borges Vieira (2019).

Foi demonstrado como o papel das políticas públicas estaduais de subsídios ou de conteúdo nacional influenciaram para a reestruturação das estruturas produtivas e a consolidação de certos ambientes para o desenrolar dos circuitos de produções. Em termos comparativos, no mesmo período em que o Paraná mais acumulava na escala da produtividade leiteira, existiam diversas políticas fiscais e de ferramenta tecnológica consolidadas em suas especificidades, advindas dos governos que perpassaram o poder nas decisões para uma das cadeias dos complexos dos agronegócios cadeia em jogo.

Além disso, na cadeia global leiteira, o país e o Paraná têm-se integrado numa função do trabalho de forma conjunta depois da abertura comercial fixada nos anos 1990. Hoje, segundo a APEX – Brasil (2016), a China, em parcerias comerciais, é um grande mercado consumidor de produtos agropecuários e alimentícios importados do Brasil e do Paraná. Com isso, o consumo do leite *in natura* em 2017 ganhou espaço na alimentação dos chineses; no que lhe concerne, internamente passou de 9,1 milhões de toneladas em 2000 para 32,2 milhões de toneladas em 2018. Na mesma série de safras, a produção de leite em pó passou de 522 mil para 1,3 milhão de toneladas na China (USDA, 2021). Assim, destaca-se o Paraná como um dos grandes produtores de leite, em resposta às demandas externas, via acordos comerciais bilaterais.

No processo do desenvolvimento do capitalismo, também o leite passou a ser mercadoria; por isso o mercado do leite adota estratégias de competição para a concorrência do mesmo. Frente a isso, ecoa a necessidade do papel das políticas públicas para buscar lacunas nesse cenário, com relevância ativa da discussão das políticas capazes de maximizar benefícios e mitigar riscos trazidos pela estratégia de mercado de conexão a cadeias de produção, em que afeta o elo mais fraco da cadeia, isto é, o poder do pequeno agricultor.

Desse modo, é de suma importância considerar que a criação de políticas públicas seja efetiva em todas as dimensões; para manter os pequenos produtores pelo espaço rural fazem-se essenciais, já que os problemas sociais e econômicos pelo esvaziamento do rural geram muitos fatores negativos para o governo, conjunto da unidade social e inchamento do espaço urbano. Assim, a criação de investimentos e até subsídios auxiliam na redução de riscos, e serve como um colchão amortecedor em relação ao êxodo rural, o qual muitas vezes resulta em problemas sociais, estruturais e econômicos nos municípios brasileiros.

A princípio, o fluxo de percalços neste decorrer do processo da pesquisa veio acompanhado de rupturas e desequilíbrios, nos quais a superação e o salto qualitativo foram a relação colocada entre dialogar com a teoria e os resultados dos dados concretos. E, com efeito, o movimento do sujeito (o pesquisador) com o objeto de estudo leva a romper com o velho conhecimento estabelecido, deslocando para a ampliação do novo. Afinal, a mudança e o rompimento da perspectiva da análise nem sempre é cômodo dentro do campo científico.

Como possibilidade de futuros estudos, este autor propõe pesquisas no âmbito de um programa recentemente decretado (2022), o “Programa Paraná Mais Empregos”, no qual a concessão de subvenção econômica vinda com os recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico — FDE, operados pela Agência de Fomento do Paraná S.A. - Fomento Paraná e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, na forma de equalização de taxas de juros, integrando a política de desenvolvimento do Paraná pelo estímulo a atividades econômicas, assim buscando, em torno do programa, os efeitos na agricultura familiar. Outra ideia de trabalho futuro é quanto às transformações causadas pela concorrência e competitividade nesta cadeia para o desenvolvimento socioeconômico.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. A. G.; LINS, H. N.; CATELA, E. Y. S. **Cadeias globais de valor, inovação e upgrading: estudo sobre empresas industriais argentinas com base em microdados**. Rev. Econ. Contemp., v. 24, n. 3, p. 1-33, 2020, e202435. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/rec/a/sc6BSgDxBSD5bbsLwVtwNzM/?lang=pt&format=pdf> >. Acesso em: 20 ago. 2021.

ALVIM, Rodrigo Sant'Anna; LUCCHI, Bruno Barcelos. **A contribuição das políticas públicas no desenvolvimento da pecuária leiteira**. Embrapa, 2016, capítulo 2. Disponível em: < <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/164236/1/Pecuarria-de-leite-no-Brazil.pdf> >. Acesso em: 19 dez. 2021.

AMARAL, Brenner Lopes e Jefferson Ney; CALDAS, Ricardo Wahrendorff. **Políticas Públicas: conceitos e práticas**. – Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008. 48 p. Disponível em: < <http://www.mp.ce.gov.br/nespeciais/promulher/manuais/manual%20de%20politicas%20p%C3%9Ablicas.pdf> >. Acesso em: 16 jan. 2022.

ApexBrasil - Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos. **China: oportunidades para a Indústria de leite e derivados na China**. 2016. Acesso em: 07 fev. 2021.

BALDWIN, R. **Trade and flag: the changing balance of power in the multilateral trading system**. In: ISS GEO-ECONOMICS AND STRATEGY CONFERENCE, 2014, Manama. Annals... Manama: ISS, 2014.

BANCO MUNDIAL. **Produto Interno Bruto por país**. Disponível em: < <https://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.MKTP.CD> > . Acesso em: 20 set. 2021.

BARTLETT, C. A.; GHOSHAL, S. **Managing across borders: the transnational solution**. Boston: Harvard Business School Press, 1998.

BATALHA, M. O. (Coord.). **Gestão agroindustrial**. Vol. 1. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2007.
BENKO, Georges; LIPIETZ, Alain. **As Regiões ganhadoras: distritos e redes, os novos paradigmas da geografia econômica**. 1994. Oeiras: Celta Editora.

BORGES, Rodrigo Emmanuel Santana. **Cadeias Globais de Valor no capitalismo contemporâneo: Crítica e reconstrução a partir da ótica do ciclo do capital**. Ano: s.p.d. Disponível em: < <https://www.niepmarx.blog.br/MManteriores/MM2017/anais2017/MC84/mc843.pdf> >. Acesso em: 11 ago. 2019.

BRASIL. Valor Bruto da Produção Agropecuária. 2018. Disponível em: < <http://www.agricultura.gov.br/> >. Acesso em: 10 jun. 2019.

BRAUDEL, F. **Escritos sobre a História.1992**. Editora Perspectiva, pg. 95.

BREWER, Anthony. **Marxist theories of imperialism: a critical survey**. 2nd. ed. London: Routledge, 1990.

CAMPOS, A. C; TRINTIN, J.G. **Dinâmica regional recente da economia paranaense e suas perspectivas: diversificação ou risco de reconcentração e especialização produtiva**. Maringá, v. 35, n. 2, p. 161-173, July-Dec., 2013. Disponível em: < https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/download/20442/pdf_4/ >. Acesso em: 10 nov. 2021.

CARVALHO, Vera Regina Ferreira. **Reestruturação do sistema lácteo mundial: uma análise da inserção brasileira**. 2018. 1710. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: < <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/285788> >. Acesso em: 11 ago. 2018.

CASA CIVIL. **Sistema Estadual de Legislação**. 2021. Disponível em: < <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=listar&opt=t&site=1#resultado> >. Acesso em: 27 dez. 2021.

CASTILHO, M. et al. **Estrutura de Comércio Exterior e Proteção Efetiva** (coord. Marta Castilho. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008/2009. Disponível em: < https://www3.eco.unicamp.br/neit/images/stories/arquivos/ie_ufrj_et01_protecao_efetiva.pdf >. Acesso em: 17 fev. 2020.

CASTILLO, Ricardo; FREDERICO, Samuel. **Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o circuito especial e produtivo**. Sociedade & Natureza, Uberlândia, 22 (3): 461-474, dez. 2010.

CASTRO, Antônio Maria Gomes de; LIMA, Suzana Maria Valle. **CADEIA PRODUTIVA E PROSPECÇÃO TECNOLÓGICA COMO FERRAMENTAS PARA A FORMULAÇÃO DE ESTRATÉGIA**. XXI – Simpósio de Gestão de Inovação Tecnológica. 2002. Disponível em: < <https://fcf.unse.edu.ar/archivos/posgrado/2002.cadeiaproductiva.marcoconceitual.prospeccaotecnologica.pdf> >.

CASTRO, Iná E. de. **Análise geográfica e o problema epistemológico da escala**. Anu. Inst. Geoc. (online). v. 15, p. 21-25. 1992. Disponível em: < <https://revistas.ufrj.br/index.php/ai-geo/article/download/5932/4529> >. Acesso em: 20 abr. 2019.

CHEN, Ling. **‘Manipulando a Globalização: a influência dos burocratas nos negócios na China’** (traduzido). 2019.

CHESNAIS, F. **Mundialização do Capital, Regime de Acumulação predominantemente financeira e programa de ruptura com o Neoliberalismo**. REDES, Santa Cruz do Sul, v.3, n.1, p.185-212, jul. 1998. Disponível em: < <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/10660/pdf> >. Acesso em: 21 fev. 2020.

CLÁUDIA, Engler Cury; ELIO, Chaves Flores; CORDEIRO, Raimundo Barroso Jr (organizadores). **Cultura Histórica e Historiografia: legados e contribuições do século 20**. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2010. Disponível em: < [Link](#) >. Acesso em: 17 ago. 2021.

COMEXSTAT/MDIC. **Exportações**. 2021. Disponível em: < <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral> >. Acesso em: 03 fev. 2022.

COMEXSTAT/MDIC. **Importações**. 2021. Disponível em: < <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral> >. Acesso em: 03 fev. 2022.

CONTINI, Elisio; GASQUES, José Garcia; LEONARDI, Renato Barros de Aguiar; BASTOS, Eliana Teles. Evolução recente e tendências do agronegócio. In: **Revista de Política Agrícola**. n. 1. Brasília, 2006.

CORDEIRO, S. V. A. L. **A EDUCAÇÃO HOLANDESA EM CARAMBEÍ - PARANÁ**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.21, p. 121 - 130, mar. 2006. Disponível em: < http://ri.uepg.br/riuepg/bitstream/handle/123456789/693/AR-TIGO_Educa%C3%A7%C3%A3oHolandesasCarambei.pdf?sequence=1 >.

CORRÊA, Cynthia Cândida; SILVA, Juvancir d. **Cadeia produtiva: estruturas de governança**. XXVI ENEGEP - Fortaleza, CE, Brasil, 9 a 11 de outubro de 2006. Disponível em: < http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2006_TR530358_7336.pdf >.

CORRÊA, Margarida Maria da Silva. **Da construção do olhar Europeu sobre o Novo Mundo ao (re) descobrimento do reino tropical**. 1997. Disponível em: < https://files.cer-comp.ufg.br/weby/up/113/o/CORR_A_Margarida_Maria_da_Silva_1997.pdf >. Acesso em: 20 ago.2021.

COUTINHO, Luciano; CASSIOLATO, José Eduardo & SILVA, Ana Lucia G. **Telecomunicações, globalização e competitividade**. Campinas-SP, Papyrus, 1995.

CUNHA, Roberto César Costa; ESPÍNDOLA, Carlos José. **Eficiência produtiva da agropecuária do estado de Santa Catarina e seu novo espraiamento territorial pós-2003**. Geog Ens Pesq, Santa Maria, v.25, e38, 2021.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. **Notas sobre a Evolução do Mercado de Trabalho no Brasil**. Revista de Economia Política, vol. 25, nº 1 (97), pp. 113-130, janeiro-março/2005. Acesso em: 22 de jun. 2021.

DELGADO, Guilherme C (1985). **“Capital Financeiro e Agricultura no Brasil”**. – São Paulo, Ícone-UNICAMP, 1985. 240 p.

DELGADO, Guilherme C. **A expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária**. ESTUDOS AVANÇADOS 15 (43), 2001.

DERAL - Departamento de Economia Rural. **Bovinocultura de leite – Prognósticos**. 2018. Disponível em: < http://www.agricultura.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-09/leite_2019_v1.pdf >. Acesso em: 06 jun. 2021.

DIAS, N. W.; BATISTA, G. T. **Geoprocessamento: uma ferramenta para o desenvolvimento regional sustentável**. Pré-Print de capítulo do Livro: Uma agenda para a sustentabilidade regional: Reflexão e ação - Parte III: Ferramentas. 2008. 27 p. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/27458511>. Acesso em: 19 fev. 2021.

DIAS, R.; MATOS, F. **Políticas Públicas** - Princípios, Propósitos e Processos. São Paulo: Atlas, 2012.

DUKE CGV - Duke University Global Chains Center. **Global Value Chains Center**. 2022. Disponível em: < <https://gvcc.duke.edu/> >. Acesso em: 17 jan. 2022.

EISENHARDT, K.M. **Building theories from case study research**. Academy of Management Review. 1989. New York, New York, v. 14 n. 4.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Embrapa Pecuária Sudeste Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Pecuária de leite no Brasil: cenários e avanços tecnológicos**. 2016. Disponível em: < <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/164236/1/Pecuaria-de-leite-no-Brasil.pdf> >.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **O mercado de leite em 2019**. Disponível em: < <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1109959/anuario-leite-2019-novos-produtos-e-novas-estrategias-da-cadeia-do-leite-para-ganhar-competitividade-e-conquistar-os-clientes-finais> >. Acesso em: 04 dez. 2020.

ESCHER, Fabiano; WILKINSON, Fabiano. **A economia política do complexo Soja-Carne Brasil-China**. Revista de Economia e Sociologia Rural, 2019. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/resr/a/36SqtNVWsRKRdZWD6vKP5Lb/?format=pdf&lang=pt> >.

FAGNANI, Eduardo. **O fim de um ciclo improvável (1988-2016) A política social dos governos petistas e a derrocada da cidadania pós-golpe**. Maio/2017. Disponível em: < <http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3529&tp=a> >. Acesso em: 06 jun. 2021.

FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations. **Faostat: statistics division, trade, download data, crops and livestock products**. Disponível em: < <http://faostat3.fao/> >. Acesso em: 8 set. 2021.

FIEP - Federação das Indústrias do Estado do Paraná. Associados SINDILEITE. 2021. Disponível em: < <http://www.fiepr.org.br/sindicatos/sindileitepr/associados-sindileite-1-3405-197503.shtml> >. Acesso em: 07 set. 2021.

FERREIRA, C.A.L., MARQUES, E.D.S., 2013. **Espaço e tempo como dimensões do conhecimento e objeto de ensino-aprendizagem em História**. Revista História Hoje 1, 227.

FIGUEIREDO, Angelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. 2ª edição – Rio de Janeiro Editora FGV, 2001. 232 p.

FIGUEIREDO, Tatiana Silva Poggi de. **Do liberalismo ao neoliberalismo: as influências do ideário liberal na conformação da Escola de Chicago**. Leituras de Economia Política, Campinas, (15): 97-127, jan./dez. 2009. Disponível em: < <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/LEP/L15/04%20Tatiana%20Figueiredo.pdf> >. Acesso em: 16 fev. 2022.

FIORI, J.L. “O PODER AMERICANO”. Editora Vozes. 2004, p: 34. Disponível em: < <http://www.revistaokos.org/seer/index.php/oikos/article/viewFile/10/6> >. Acesso em: 10 fev. 2020.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 2005. Editora Nacional. Disponível em: < <http://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/Autores/Furtado,%20Celso/Celso%20Furtado%20-%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20Econ%C3%B4mica%20do%20Brasil.pdf> >. Acesso em: 18 set. 2021.

GEREFFI, G. **Uma estrutura de cadeias de commodities para análise de indústrias globais.** *Inst. Dev. Viga.* **1999**, 8, 1-9. Disponível: < [Google Scholar](#)>. Acesso em: 04 jun. 2021.

GEREFFI, G.; HUMPHREY, J.; STURGEON, T. The governance of global value chains. *Review of International Political Economy*, v. 12, p.78-104, 2005.

GEREFFI, G.; LEE, J. Why the world suddenly cares about global supply chains? *Journal of Supply Chain Management*, v. 48, n. 3. p. 24-32, 2012.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** Atlas: São Paulo 1994.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnica de pesquisa social.** 6ª Edição – 3. Reimpressão – São Paulo: Atlas, 2010.

GLOBERMAN, S. **Global Value Chains: Economic and Policy Issues.** In *Global Value Chains: Impacts and Implications*. Edited by A. Sydor, 17-42, 2011. Ottawa: Department of Foreign Affairs and International Trade Canada.

GOEBEL, Márcio Alberto; VALLER, Leomar; STADUTO, Jefferson Andronio; JÚNIOR, Weimar Freire da Rocha. **A CADEIA DO LEITE NO BRASIL E OS REFLEXOS DAS AÇÕES DA COOPERATIVA CENTRAL AGROPECUÁRIA SUDOESTE – FRIMESA.** II Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Mestrado e Doutorado Santa Cruz do Sul, RS – Brasil - 28 setembro a 01 de outubro. Disponível em: < <https://www.unisc.br/site/sidr/2004/sustentabilidade/05.pdf> >.

GOMES, Marcus Vinícius Peinando; MERCHÁN, Catherine Rojas. **Governança Transnacional: Definições, Abordagens e Agenda de Pesquisa.** 2017. Disponível em: < <https://www.re-dalyc.org/journal/840/84048889007/html/> >. Acesso em: 20 abr. 2021.

GRAMSCI, A. (2001) *Cadernos do cárcere. Introdução ao estudo da filosofia e a filosofia de Benedetto Croce*, 2ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol. 1.

GRAZIANO, José da Silva. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império.** Tradução de Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HEDLER, B. **China's international projection since 2008: the new core-periphery relations and the belt and road initiative through foreign direct investment.** *Revista da Escola Guerra Naval*, v. 25, n. 2, p. 416-448. Maio/agosto 2019.

HEDLER, Bruno. China's international projection since 2008: the new core-periphery relations and the belt and road initiative through foreign direct investment. *Revista da Escola Guerra Naval*, v. 25, n. 2, p. 416-448. Maio/agosto 2019. Disponível em: < <https://revista.egn.mar.mil.br/index.php/revistadaegn/article/view/846> >. Acesso em: 20 set. 2021.

HERSEN, Amarildo, LIMA, Jandir Ferrera de; STADUTO, Jefferson Andronio Ramuldo. **Industrialização paranaense**. Guarapuava: Unicentro, 2013.

HUANG, Jianping; LIN, Chinlon; GAO, Yang; CHEN, Chun-liang. **Um estudo das estratégias da sustentabilidade e atualização da indústria laca a partir da perspectiva das CGVs – usando a indústria de laca de Fuzhou da China como exemplo**. Escola de Pós-Graduação em Design da Indústria Criativa, National Taiwan University of Arts, New Taipei City 22058, Taiwan. *Sustentabilidade* 2021, 13 (9), 4937. Disponível em: < <https://www.mdpi.com/2071-1050/13/9/4937/htm> >.

HYRATUKA, C. **Estruturas de Coordenação e Relações Interfirmas: Uma Interpretação a partir da Teoria dos Custos de Transação e da Teoria Neo-Shupteriana**. *Econ. Empresa*, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 17-23, jan/mar. 1997.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Bases Cartográficas 2020**. Disponível em: < <https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#homepage> >. Acesso em: 24 mar. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa da pecuária municipal e censo agropecuário**. Rio de Janeiro: Sidra, 2016. Disponível em: < <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/> >. Acesso em: 8 nov. 2018.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção da Pecuária Municipal – 1990**. v.1 (1973) - Rio de Janeiro: IBGE. 1974-. Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/84/ppm_1990_v18_n4_sul.pdf >. Acesso em: 01 fev. 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção da Pecuária Municipal – 2000**. - v.1 (1973) - Rio de Janeiro: IBGE 1974. Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/84/ppm_2000_v28_br.pdf >. Acesso em: 30 jan. 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção da Pecuária Municipal – 2010**. Volume 38 BRASIL – 2010. Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/84/ppm_2010_v38_br.pdf >. Acesso em: 01 jan. 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Pecuária Municipal 2020**. 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/84/ppm_2020_v48_br_informativo.pdf . Acesso em: 22 dez. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de 1995-1996**. Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: < <http://www.ibge/> >. Acesso em: 10 abr. 2018.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro, 2006. 146 p. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuaria/censo-agropecuaria2006/segunda-apuracao#pecuaria/> > . Acesso em: 18 jan. 2016.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017** – <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. >. Acesso em: 11 de dez. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Industrial Anual**. 2019. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pia-empresa/tabelas/brasil/2019> >. Acesso em: 11 de dez. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Trimestral do Leite**. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/leite/tabelas> >. Acesso em: 20 dez. 2021.

IEDI - Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial. 2009. “**Conjuntura - A forte retração econômica em dezembro de 2008**”. Iedi, São Paulo, janeiro. Disponível em: < <http://www.iedi.org.br> >.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **CARACTERIZAÇÃO DA INDÚSTRIA DE PROCESSAMENTO E TRANSFORMAÇÃO DO LEITE NO PARANÁ**. Curitiba, 2010. Disponível em: < http://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2019-09/RP_caracterizacao_industria_leite_2010.pdf >. Acesso em: 10 nov. 2021.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **O Paraná reinventando: política governo**. – 2.ed. – Curitiba: IPARDES 2006. 330p. (coleção clássicos da economia e sociedade paranaense).

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico E Social. **Caracterização socioeconômica da atividade leiteira no Paraná**. Curitiba: PR. IPARDES, 2008.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Avaliação de Políticas Públicas no Brasil: uma análise de seus impactos regionais**. Rio de Janeiro – 2004.

KAGEYAMA, A. **O novo padrão Agrícola Brasileiro: do Complexo rural aos complexos Agroindustriais**. In: DELGADO, G.C., GASQUES, J.G., VILLA VERDE, C.M. (orgs.) Agricultura e Políticas públicas. Brasília, DF: IPEA, 1990. pp.113-223.

KRUGMAN, P.; OBSTFELD, M. **Economia internacional: teoria e política**. São Paulo: Makron Books, 2001.

LASTRES, Helena M.M.; CASSIOLATO, José Eduardo; LAPLANE, Gabriela; SARTI, Fernando (organizadores). **O futuro do desenvolvimento: ensaios em homenagem a Luciano Coutinho**. Campinas, SP: UNICAMP, IE.2016, 376 p.

LEITE, Leonardo de Magalhães. **Sobre as teorias do imperialismo contemporâneo: uma leitura crítica**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 23, n. 2 (51), p. 507-534, ago. 2014. Acesso em: 22 jul. 2021.

LENIN, Vladimir I. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. São Paulo: Global, 1987.

LI, Xin; WANG, Zhi. **Recent patterns of global production and GVC participation**. 2019. Disponível em: < <http://ea.makowave.net/docs/20190517013703293004.pdf#page=19> >.

LIMA, Ana Carolina da Cruz; LIMA, João Policarpo Rodrigues. **Programas de desenvolvimento local na região Nordeste do Brasil: uma avaliação preliminar da "guerra fiscal"**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 19, n. 3 (40), p. 557-588, dez. 2010. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/ecos/a/Yjp6vCWY5pxXRw84xGtdyVk/?lang=pt#> > . Acesso em: 10 nov.2021.

LIMA, Jandir F.; RIPPEL, Ricardo; STAMM, Cristiano. **NOTAS SOBRE A FORMAÇÃO INDUSTRIAL DO PARANÁ - 1920 A 2000**. Publ. UEPG Ci. Hum., Ci. Soc. Apl., Ling., Letras e Artes, Ponta Grossa, 15 (1) 53-61, jun. 2007. Disponível em: < <file:///C:/Users/1234v/Downloads/592-Texto%20do%20artigo-1813-1-10-20090728.pdf> > . Acesso em: 06 ago.2020.

LIMA, Uallace Moreira. **A CADEIA GLOBAL DE VALOR DA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA: DINÂMICA DE PRODUÇÃO E COMÉRCIO EXTERIOR**. Boletim de Economia e Política Internacional | BEPI | n. 17 | maio/ago. 2014. Disponível em: < http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5240/1/BEPI_n17_Cadeia.pdf > . Acesso em: 27 ago. 2020.

LIU, Yu. **Análise da atualização da estrutura da indústria de manufatura da China a partir da terceirização na cadeia de valor global**. ANAIS DA 4ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE HUMANIDADES E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS 2018 (ICHSSR 2018). Avanços na Educação em Ciências Sociais e Pesquisa Humana. Volume 213 p. 692-699.

LOBO, Thereza. **Descentralização: Conceitos, princípios, prática governamental**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 74, p. 5-10, ago. 1990. Disponível em: < <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1078> > . Acesso em: 20 jan. 2021.

LUCCHESI, Geraldo. **A internacionalização da regulamentação sanitária**. Ciência & Saúde Coletiva, 8 (2): 537 – 555, 2003. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/csc/a/8gghrTmfvmxVV36MpS5ggdP/?lang=pt> > . Acesso em: 10 fev. 2022.

LUZ, Rodolfo Alvez da. **Geoprocessamento e análise regional**. 2021. Economia, planejamento e desenvolvimento regional. Disponível em : < <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1128596/1/Economia-2020-p117.pdf> > . Acesso em: 07 jan. 2021.

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Assuntos – Notícias**. 2019. Disponível em: < <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/not%C3%ADcias/agricultura-estudamedidas-para-minimizar-impactos-do-fim-do-antidumping-na-producao-de-leite-em-po> > . Acesso em: 30 mar. 2020.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, P.C. e GUILHOTO, J.J.M. **Leite e derivados e a geração de emprego, renda e ICMS no contexto da economia brasileira**. In: GOMES, A.T., LEITE, J.L.B.; CARNEIRO, A.V. (edits.) O agronegócio do leite no Brasil. Embrapa Gado de Leite. Juiz de Fora, MG. 2001.

MARTINS, Paulo do Carmo. **Políticas Públicas e mercados deprimem o resultado do sistema agroindustrial do leite**. Piracicaba, 2002. Tese. Disponível em: < <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-20200111-154550/publico/MartinsPauloDoCarmo.pdf> >. Acesso em: 24 dez. 2021.

MARTINS, Paulo do Carmo; FARIA, Vital Pedroso de. **Histórico do leite no Brasil**. In: CÔNSOLI, Matheus Alberto; NEVES, Marcos Fava (Coord.). Estratégias para o leite no Brasil. São Paulo: Atlas, 2006. p.48-65.

MARTINS, W. **A invenção do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 1989.

MARX, Karl. **O processo de produção do capital**. O Capital – Crítica da Economia Política. Nova Cultura, 1997.

MEDEIROS, A. P.; MORAES, B. M. M.; BENDER, E. F. **Caracterização produtiva e socioeconômica de municípios intensivos na produção leiteira do estado do Rio Grande do Sul**. Revista de Administração. v.15. n.26. p.18-32 2016.

MEIRELES, A.J.; ALVES, A. **Importância do leite longa vida para o desenvolvimento do mercado brasileiro**. In: Gomes, A.T.; LEITE, J.L.B.; CARNEIRO, A.V. (Ed.). O agronegócio do leite no Brasil. Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 2001, p.73-88.

MET - Ministério do Trabalho e Emprego. **RAIS - Relação Anual de Informações Sociais**. 2021. Disponível em: < <http://www.rais.gov.br/sitio/tabelas.jsf> >.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (MDIC)/ SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR (SECEX). **Balança comercial por Unidade da Federação**. Disponível em: < <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1078&refr=1076> > . Acesso em: 20 set. 2021.

MOURA, Ana Paula Fiori; SANTOS, Cárilton Vieira dos. **Distribuição espacial e fontes de crescimento da pecuária leiteira paranaense**. Revista Política Agrícola. Ano XXVI – No 2 – Abr./Maio/Jun. 2017. Disponível em: < <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/167181/1/Distribuicao-espacial-e-fontes-de-crescimento-da-pecuaria-leiteira.pdf> >.

MÜLLER, Geraldo. **As relações micro-macro e indústria agroalimentar: o poder econômico e a pesquisa em ciências sociais**. Rascunho. Araraquara, n. 1, p. 1-53, jun. 1989.

NUNES, Andréia R. S. **Políticas Públicas**. Tomo Direitos Difusos e Coletivos, Edição 1, julho de 2020. Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/376/edicao-1/politicas-publicas>> . Acesso em: 02 jan. 2022.

OCEPAR – Organização de Cooperativas do Estado do Paraná. FEITO DO PARANÁ: Indústrias de laticínios ampliam a importância da cadeia do leite no Estado. 2020. **Notícias**. Dispo-

nível em: < <https://paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/sistema-ocepar/comunicacao/2011-12-07-11-06-29/ultimas-noticias/131637-feito-no-parana-industrias-de-laticinios-ampliam-a-importancia-da-cadeia-do-leite-no-estado> >. Acesso em: 01 ago. 2021.

OCEPAR - Organização de Cooperativas do Estado do Paraná. Indústrias de laticínios ampliam importância da cadeia do leite do Estado. **NOTÍCIAS**. 2020. Disponível em: < <https://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=109858> >.

OECD - ORGANISATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT: **Agriculture Outlook 2016-2026**. Paris: OECD, 2016. Disponível em: < http://dx.doi.org/10.1787/agr_outlook-2016-en >.

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE.

PARANÁ, ASSEMBLEIA. **Assembleia Legislativa do Paraná | Regimento Interno**. 2022. Disponível em: <<http://www.assembleia.pr.leg.br/legislacao/regimento-interno>>. Acesso em: 19 de dezembro de 2021.

POCHMANN, Marcio. **Economia global e a nova Divisão Internacional do Trabalho**. 2002. Disponível em: < <http://decon.edu.uy/network/panama/POCHMANN.PDF> >. Acesso em: 07 set.2020.

POCHMANN, Marcio. **O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo, 2012.

POLENCIA, Natalia Polanco. **Complexo Agroindustrial do Complexo Agroindustrial do Leite no Brasil: Indicadores Socioeconômicos, Adoção de Tecnologias e Transformações nas Últimas Décadas**. Rev. Econ. do Centro-Oeste, Goiânia, v.2, n.2, pp. 55-72, 2016. Disponível em: < <https://www.revistas.ufg.br/reoeste/article/view/41625> >. Acesso em: 06 jun. 2021.

PRESTES, Valdeir de Oliveira; BATISTA, Camila Lais Ramalho; KRAJEVSKI, Luis Claudio. **DO ANTIDUMPING AO DUMPING: A SOBRETAXA NO SETOR DE LEITE BRASILEIRO**. In: Anais do 58º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), 26 a 28 de outubro de 2020, Foz do Iguaçu-PR: Cooperativismo, inovação e sustentabilidade para o desenvolvimento rural. Anais...Foz do Iguaçu (PR) UNIOESTE, 2020. Disponível em: < <https://www.even3.com.br/anais/sober2020/246137-DO-ANTI-DUMPING-AO-DUMPING--A-SOBRETAXA-NO-SETOR-DE-LEITE-BRASILEIRO> >. Acesso em: 17 jan. 2022.

PRONI, Marcelo Weishaupt. **O império da concorrência: uma perspectiva histórica das origens e expansão do capitalismo**. Revista Paranaense Desenvolvimento, Curitiba, n. 92, set./dez.1997, p.3-32. Disponível em: < <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4813448.pdf> >. Acesso em: 21 set. 2021.

RAMPAZZO, Sônia E.; CORRÊA; Fernanda Z. M. **Desmistificando a Metodologia Científica: guia prático para produção de trabalhos acadêmicos**. Erechim, RS: Habilis, 2008.
REGONINI, G. *Capire le politiche pubbliche*. Bolonha: II Mulino, 1991.

REIS, C. F. B., CARODOSO, F. G. 'Center and Periphery in Global Value Chains: an Interpretation based on the Pioneers of Development.' In *Contemporary Issues in Heterodox Economics*, edited by A. Hermann and S. Mouatt, 171-190, 2020. London: Routledge.

RICARDO, D. **Princípios de Economia e Política e Tributação**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

RODRIGUES, Noélia. **Boaventura de Sousa Santos. Políticas para quem?**. Revista Angolana de Sociologia [online], 10 | 2012, posto online no dia 20 novembro 2013, consultado no dia 22 setembro 2020. Disponível em: < <http://journals.openedition.org/ras/297> >. Acesso em: 18 dez. 2021.

ROMERO, Daniel. **Tecnologia, Subsunção e Fetiche no Mundo do Capital: elementos da Crítica de Marx ao Tecnicismo do Processo de trabalho nos Manuscritos de 1861-1866**. Dissertação de mestrado. Campinas, SP, 1999.

SALUDJIAN, Alexis; BRAGA, João Pedro; FERNANDES, Rodrigo. **O valor das Cadeias Globais de Valor: Reproduzindo desigualdade, acentuando pobreza e exportando danos ambientais**. Texto para Discussão 018 | 2020. Disponível em: < https://www.ie.ufrj.br/images/IE/TDS/2020/TD_IE_018_2020_SALUDJIAN_BRAGA_FERNANDES.pdf >. Acesso em: 18 set. 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula (org). **Epistemologias do Sul**. (2010). São Paulo: Cortez Editora.

SANTOS, D. F.; BARROS, G.S.C. **Importações brasileiras de leite: impactos micro e macroeconômicos**. Econ. Aplic., São Paulo, V. 10, N. 4, P. 541-559, out. /dez. 2006. Disponível em:< >. Acesso em: 15 abr.2020.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. 5.ed. São Paulo: Edusp, 2005.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização do pensamento único à consciência universal**. 6a EDIÇÃO. EDITORA RECORD Rio de Janeiro • São Paulo. 2001. Disponível em: < <https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbn- xlc3R1ZGFudGVkb3JhdXNqdHxneDozMTI4YTM2ZTljOGI1OTQ5> >. Acesso em: 20 dez. 2021.

SANTOS, Milton. **Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método**. São Paulo: Antipode, 1977.

SARTI, F; HIRATUKA, C. **Desempenho recente da indústria brasileira no contexto de mudanças estruturais domésticas e globais**. Instituto de Economia da UNICAMP: Texto para Discussão, SP, Volume, n. 290, p. 3-4, abr. 2017.

SCHAFF, Adam. *A sociedade informática*. São Paulo, Unesp-Brasiliense, 1993.

SEAB - Secretaria da Agricultura e do Abastecimento. **Paraná é o segundo maior produtor de leite do Brasil, confirma IBGE**. Notícias. 2020. Disponível em: < <https://www.agricultura.pr.gov.br/Noticia/Parana-e-o-segundo-maior-produtor-de-leite-do-Brasil-confirma-IBGE> >. Acesso em: 10 nov. 2021.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: Conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. Ed. –São Paulo: Cengage Learnin, 2013.

SECEX - Secretaria de Comércio Exterior **Balança Comercial Brasileira: Acumulado do Ano. 2021**. Disponível em: < <https://www.gov.br/produktividade-e-comercio-exterior/pt-br/asuntos/comercio-exterior/estatisticas/balanca-comercial-brasileira-acumulado-do-ano> >. Acesso em: 11 fev. 2022.

SILVA, Allan Gustavo da; MOTA, Leonardo; DORNELAS, Carina; LACERDA, Alecksandra. **A relação entre Estado e políticas públicas: uma análise teórica sobre o caso brasileiro**. REVISTA DEBATES, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 25-42, jan.-abr. 2017. Disponível em: < <https://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/viewFile/72132/41081> >. Acesso em: 04 fev. 2022.

SILVA, Salyanna de Souza. **“CHICAGO BOYS” E NEOLIBERALISMO LATINO AMERICANO: UMA ANÁLISE GRAMSCIANA**. Anais do 7º Encontro Internacional de Política Social e 14º Encontro Nacional de Política Social. Vitória (ES, Brasil), 3 a 6 de junho de 2019. Disponível em: < <https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/25788> >. Acesso em: 16 fev. 2022.

SILVEIRA, L. T.; BURNQUIST, H. L. **Uma análise da competitividade brasileira no mercado internacional de açúcar**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 42., 2004, Cuiabá. Anais... Brasília, DF: SOBER, 2004. Disponível em: < <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/886169/o-mercado-lacteo-brasileiro-no-contexto-mundial> >.

SINGER, Renan Cesar. **A GOVERNANÇA NAS CADEIAS GLOBAIS DE VALOR: O CASO DA BRASIL FOODS**. Monografia, 2017. Disponível em: < <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/184963/Monografia%20do%20Renan.pdf?sequence=1&isAllowed=y> > .

SIQUEIRA, K. B.; CARNEIRO, A. V.; ALMEIDA, M. F. de; SOUZA, R. C. N. **O mercado lácteo brasileiro no contexto mundial. Embrapa Gado de Leite**. Juiz de Fora, Dezembro, 2010, 12 p. (Circular Técnica n. 104). Disponível em: < <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/886169/o-mercado-lacteo-brasileiro-no-contexto-mundial> >. Acesso: em 15 abr. 2020.

SMITH, A. **A Riqueza das Nações: investigação sobre a natureza e suas causas**. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão de literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, no 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

SOUZA, J. **O Complexo Agroindustrial de Laticínios no Brasil: o caso da Região Sul**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, SC, 2014. Disponível em: < <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/128702/332230.pdf?sequence=1&isAllowed=y> >. Acesso em: 21 mar. 2021.

TELLES, Tiago; TANAKA, Julia Midori Ueda; PELLINI, Tiago. **Agricultura familiar: pecuária leiteira como locus das políticas públicas paranaenses**. Semina: Ciências Agrárias, Londrina, v. 29, n.3, p. 579-590, jul. /set. 2008. Disponível em: <https://www.re-dalyc.org/pdf/4457/445744089021.pdf> >. Acesso em: 21 mar. 2021.

TERRAÇO ECONÔMICO. **O Programa Nacional de Desestatização na década de 90**. 2020. Disponível em: < <https://terracoeconomico.com.br/o-programa-nacional-de-desestatizacao-na-decada-de-90/> >. Acesso em: 06 fev. 2022.

TRINTIN, J. G. **A economia do Paraná: 1985 a 1998**. 320 f. Tese (Doutorado em Economia). Unicamp/IE, Campinas, 2001. Disponível em: < <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/RE-POSIP/285545> >. Acesso em: 17 ago. 2021.

TRINTIN, J. G. **A nova economia Paranaense: 1970 a 2000**. Maringá: Eduem, 2006.

TRINTIN, J. G. **A nova inserção da indústria paranaense: uma análise a partir das transformações dos anos noventa do século XX**. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS, 9., 2011, Natal. Anais... Natal: Enaber, 2011. 1 CD-ROM.

TRINTIN, J. G.; CAMPOS, Antonio Carlos de. **Dinâmica regional recente da economia paranaense e suas perspectivas: diversificação ou risco de reconcentração e especialização produtiva**. Acta Scientiarum. Human and Social Sciences Maringá, v. 35, n. 2, p. 161-173, July-Dec., 2013. Disponível em: < https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSo-cSci/article/download/20442/pdf_4/ >. Acesso em: 17 ago. 2021.

TURMINA, Joseli da Luz. **A CADEIA PRODUTIVA DO LEITE NO PARANÁ E SUA CONTRIBUIÇÃO NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA MICRORREGIÃO DE TOLEDO**. Dissertação. Toledo, 2021. 84 p. Disponível em: < [Joseli_Luz_2021.pdf \(uni-oeste.br\)](#) >. Acesso em: 12 de dez. 2021.

United States Department of Agriculture Foreign Agricultural Service - USDA. **Distribuição da produção mundial de laticínios e leite líquido por regiões mundiais – 2021**. Disponível em: < <https://apps.fas.usda.gov/psdonline/app/index.html#/app/home/statsByCountry> >.

United States Department of Agriculture Foreign Agricultural Service - USDA. **Leite líquido em número de vacas: resumo para países selecionados (1.000 cabeças). 2021**. Disponível em: < <https://apps.fas.usda.gov/psdonline/app/index.html#/app/home/statsByCountry> >.

VEIGA, Pedro da Motta; RIOS, Sandra Polónia. **CADEIAS GLOBAIS DE VALOR E IMPLICAÇÕES PARA A FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS CAPÍTULO 1**. Cadeias globais de valor, políticas públicas e desenvolvimento / organizadores: Ivan Tiago Machado Oliveira, Flávio Lyrio Carneiro, Edison Benedito da Silva Filho. – Brasília: Ipea, 2017. Disponível em: < http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8115/1/Cadeias%20globais%20de%20valor_pol%C3%ADticas%20p%C3%BAblicas%20e%20desenvolvimento.pdf >. Acesso em: 10 fev. 2021.

VIEIRA, Francieli Borges. **DINÂMICA ESPACIAL DA CADEIA LÁCTEOS NO SUDOESTE PARANAENSE**: políticas públicas, inovação e estratégias empresariais. Dissertação, 2019. Disponível em: < <http://131.255.84.103/bitstream/tede/4837/5/Francieli%20Borges%20Vieira%20-%202019.pdf> >. Acesso em: 07 dez. 2021.

VILELA, Duarte; RESENDE, João Cesar de; LEITE, José Bellini; ALVES, Eliseu. **A evolução do leite no Brasil em cinco décadas**. Revista de Política Agrícola. Ano XXVI – No 1 – Jan./Fev./Mar. 2017.

VITTE, Claudete de Castro Silva; ROCHA, André Santos da; SENHORAS, Elói Martins (organizadores). **Geografia e Relações internacionais: Temas e Debates Contemporâneos**. Boa Vista: Editora IOLE, 2022, 265 p.

WTO – World Trade Organization. **TECHNOLOGICAL INNOVATION, SUPPLY CHAIN TRADE, AND WORKERS IN A GLOBALIZED WORLD**. 2019.

YIN, R.K. **Case study research, design and methods (applied social research methods)**. Thousand Oaks. 2019. California: Sage Publications.

ZHANG, Liping; SCHIMANSKI, Silvana. **CADEIAS GLOBAIS DE VALOR E OS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO**. Boletim de Economia e Política Internacional | BEPI | n. 18 | Set./Dez. 2014. Disponível em: < http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5322/1/BEPI_n18_Cadeias.pdf >. Acesso em: 05 ago. 2021.

APÊNDICE A – Proposições legislativas por tipologia ‘indicação’ voltadas para a cadeia produtiva leiteira paranaense – 2010 a 2013

(continua)

Indicação	Ementa	Palavras-Chave
2254/2013	Sugere a doação de leite em pó e sustagem ao PROVOPAR Ação Social, do Município de Laranjeiras do Sul	Leite, sustagem, PROVOPAR, Laranjeiras do Sul.
1788/2013	Sugere a liberação de recursos para que seja adquirido um veículo com carroceria aberta para facilitar o transporte de verduras, leite, cestas básicas, para famílias em situação de vulnerabilidade social para o município de Imbaú. .	Veículo, verdura, transporte, leite, cestas básicas, Imbaú.
1515/2013	Sugere que sejam inclusos em seus programas que beneficiem produtores de leite, equipamentos de ordenhadeira.	Produtora, leite, equipamento.
1259/2013	Sugere a doação de resfriadores de leite para o município de Farol	Resfriador, leite, farol.
1136/2013	Sugere a doação de duas ensiladoras com carretas para a Associação de Produtores de Leite do Município de Quarto Centenário.	Ensiladora, leite, Quarto Centenário.
1034/2013	Sugere a criação e implantação de Programa do Leite para Idosos, voltado para a melhoria da qualidade de vida dos idosos e o combate à fome e à pobreza.	Leite, idoso.
1228/2012	Solicita um resfriador de leite aos pequenos agropecuaristas da Associação do Cantinho, no município de Santa Cruz de Monte Castelo	Cantinho, resfriador de leite, Santa Cruz de Monte Castelo.
552/2012	Solicita à SEAB - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - a viabilização de dois botijões de sêmen bovino para atendimento a pequenos produtores leiteiros de Quinta do Sol.	Sêmen bovino, produtores leiteiros, Quinta do Sol.
438/2012	Propõe ao governador do Estado do Paraná, Senhor Carlos Alberto Richa, e ao secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária, Sr. Luiz Claudio Romanelli, a criação do Programa Leite dos Idosos no Estado do Paraná.	Idoso, leite.
37/2012	Solicita à Secretaria de Agricultura e Abastecimento, liberação de 100 (cem) vacas leiteiras para os pequenos produtores do município de Pinhão.	Pinhão, vacas, leite, pequenos.
36/2012	Solicita à SEAB, liberação de 209 resfriadores de leite para os pequenos produtores do município de Pinhão.	Pinhão, leite.
2567/2011	Solicita que a SEAB - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - disponibilize recursos através de convênio com o município de Barbosa Ferraz para a aquisição de um resfriador de leite para atender a comunidade de São Joaquim.	São Joaquim, resfriador de leite.
2525/2011	Solicita que a SEAB disponibilize recursos, através do convênio com o município de Campina da Lagoa, para aquisição de dois resfriadores de leite para atender as comunidades de Bela Vista e Água da Campina.	Campina da Lagoa, resfriadores de leite.
2462/2011	Solicita recursos de pavimentação com pedras irregulares nas mangueiras das propriedades de bovinocultores de leite de Palmas.	Bovinocultura, leite, Palmas.
2332/2011	Propõe que sejam viabilizados dez resfriadores de leite para o município de Guaraniaçu.	Resfriadores leite, Guaraniaçu.
1069/2011	Propõe ao governador do Estado do Paraná, Senhor Carlos Alberto Richa, a criação do Programa Leite dos Idosos no Estado do Paraná.	Programa, idoso, leite.
559/2011	Propõe à SEAB a viabilização de sêmen bovino para pequenos produtores da APROLACTICO - Associação de Produtores de Leite de Quarto Centenário,	Sêmen bovino, genética, rebanho, leite, APROLACTICO, Quarto Centenário.
137/2010	Propõe a SEAB a disponibilização de resfriador de leite para atender produtores do distrito de Primavera no município de Juranda.	Resfriadores de leite.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em indicações da Assembleia Legislativa (2022).

APÊNDICE B - Proposições legislativas por tipologia ‘requerimento’ voltadas para a cadeia produtiva leiteira paranaense – 2015 a 2020

(continua)

Requerimento	Ementa	Palavras-Chave
4117/2020	Requer o envio de expediente ao excelentíssimo senhor Carlos Massa Ratinho Júnior, governador do Estado do Paraná, solicitando com urgência a adoção de medidas que promovam a suplementação orçamentária na dotação correspondente da Secretária de Estado da Agricultura e do Abastecimento, visando atender a regularidade do Programa Leite das Crianças, aos beneficiários que perderam ou perderão o requisito temporal de 36 meses de vida de seus filhos, na vigência do decreto nº 4.319, de 23 de março de 2020.	Governador, suplementar, orçamento, valor, dotação, SEAB, agricultura, programa, leite, criança, extensão, benefício, perder, requisito, temporal, vida, filho, vigência, decreto 4. 319.
3276/2020	Requer o envio de expediente ao excelentíssimo senhor Carlos Massa Ratinho Júnior, governador do Estado do Paraná, solicitado a adoção de medidas que promovam a extensão do benefício do Programa Leite das Crianças, aos beneficiários que perderam ou perderão o requisito temporal de 36 meses de vida de seus filhos, na vigência do decreto nº 4.319, de 23 de março de 2020.	Governador, extensão, benefício, programa, leite das crianças, requisito, temporal, 36 meses, vida, filho, vigência, decreto 4. 319, 23, março, 2020.
2016/2020	Requer envio ao Secretário de Estado da Agricultura e dentre os fornecedores de agricultura familiar do Programa Emergencial de compra direta dos produtores de leite do Estado do Paraná.	SEAB, abastecimento, inclusão, fornecedor, agricultura, família, programa, emergência, compra, direta, produtor, leite, bacia, Sudoeste, licitação, ASSINEPAR, coronavírus, COVID.
1936/2020	Requer envio ao governador do Estado do Paraná, para que, com base nas recentes medidas tomadas em prol da organização e manutenção do funcionamento da atividade industrial e empresarial no Estado do Paraná, em razão da pandemia gerada pelo COVID-19, haja por bem incluir em programas já existentes, medidas a beneficiar a cadeia produtiva do leite no Estado do Paraná.	Governador, organização, manutenção, atividade, industrial, empresarial, programa, cadeia, leite, produção, produtor, in natura, renda, cobrança, ICMS, coronavírus, COVID.
1732/2020	Requer o envio de expediente ao excelentíssimo senhor governador do Estado, Sr. Carlos Massa Ratinho Junior, para solicitar a manutenção da entrega do leite do Programa Leite das Crianças enquanto pendurar o Estado de emergência nacional pelo COVID-19.	Governador, autorização, SESA, saúde, prorrogar, entrega, leite, família, cadastro, programa, criança, lei 16.385, isolamento, coronavírus, COVID.

APÊNDICE B - Proposições legislativas por tipologia ‘requerimento’ voltadas para a cadeia produtiva leiteira paranaense – 2015 a 2020

(continuação)

1639/2020	Requer envio de expediente ao Governador do Estado do Paraná, senhor Carlos Massa Ratinho Junior, e ao Secretário de Estado da Agricultura, senhor Norberto Ortigara, solicitando a inclusão do grupo de alimento “leite e derivados” no Compra Direta Paraná.	Governador, SEAB, Agricultura, inclusão, grupo, alimento, leite, derivado, compra, direta, Paraná, edital.
1434/2020	Requer o envio de expediente ao senhor Noberto Ortigara, secretário da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná, solicitando subsídio para fabricação de leite em pó, a ser destinado ao atendimento de paranaenses em situação de vulnerabilidade social, utilizando o excedente da produção de leite que vem sendo registrada no Estado e não está sendo utilizada em virtude da pandemia.	SEAB, abastecimento, subsídio, fabricação, leite, pó, atendimento, paranaense, situação, vulnerável, social, produção, registro, pandemia.
4821/2019	Requer envio de expediente à Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, senhora Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias, solicitando a suspensão temporária das normativas n° 76 e n° 77, publicadas em novembro de 2018.	Ministra, agricultura, pecuária, abastecimento, suspensão, temporária, normativa, 76,77, 2018, impacto, cadeia, produtiva, leite agricultura, familiar.
4407/2019	Requer envio de expediente à Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, senhora Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias, solicitando adequação no Programa Mais Leite Saudável.	SEAB, agricultura, Programa, mais leite, saudável, 3ª colocação, produção, familiar, Emater, ICMS, equipamento, armazenamento, tanque, refrigeração.
757/2019	Requer envio de expediente à Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, senhora Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias, e ao Ministro de Estado da Economia, senhor Paulo Guedes.	Ministério, agricultura, economia, circular, 5, cobranças, tarifa, antidumping, importação, leite, União Europeia, Nova Zelândia.
292/2019	Requer envio de expediente ao excelentíssimo senhor governador do Estado, solicitando que se manifeste justo ao excelentíssimo senhor Jair Messias Bolsonaro, presidente da República, ao excelentíssimo senhor Paulo Guedes, ministro da economia, em defesa da manutenção da medida antidumping sobre o leite importado da Nova Zelândia e da União Europeia, extinta por meio da circular n° 5, de 5 de fevereiro de 2019, da Secretaria de Comércio Exterior da Secretaria Especial de Comércio e Assuntos Internacionais do Ministério da economia.	Presidente, republica, manifestação, ministro, economia, manutenção, antidumping, leite, pó, Nova Zelândia, União Europeia, extinção, autorização, tarifa, produtor, preservação.

APÊNDICE B - Proposições legislativas por tipologia ‘requerimento’ voltadas para a cadeia produtiva leiteira paranaense – 2015 a 2020

(conclusão)

264/2019	Requer encaminhamento de expediente ao Exmo. SR. Ministro da Economia, EXMA. SR. Ministra da Agricultura da Pecuária e Abastecimento, solicita o retorno das tarifas antidumping que o Brasil impunha sobre a importação de leite da União Europeia e da Nova Zelândia, revogadas por ato da Secretaria de Comércio Exterior, do Ministério da Economia.	Ministério, economia, agricultura, retorno, tarifa, antidumping, retorno, tarifa, antidumping, importação, leite, União Europeia, Nova Zelândia, secretaria, comércio, exterior.
252/2019	Requer a utilização do plenarinho no dia 18 de fevereiro de 2019, das 09 às 12 horas, a fim de debater a Circular N° 5 Ministério da Economia sobre a tarifa antidumping, produção e importação de leite no Brasil	Plenarinho, debate, ministério, economia, tarifa, antidumping, produção, importação, leite, 18 fevereiro, 2019, 09 horas.
248/2019	Requer o envio de expediente ao presidente da república, senhor Jair Bolsonaro, e ao Ministro da Economia, senhor Paulo Guedes, para que voltem a aplicar a sobretaxa sobre a importação do leite da União Europeia e da Nova Zelândia.	Plenarinho, debate, ministério, economia, tarifa, antidumping, produção, importação, leite, 18 fevereiro, 2019, 09 horas.
6592/2017	Requer a disponibilização de um trator e carreta espalhadeira de calcário e adubo para a Associação Agro-Milk, localizada no município de São Jorge do Patrocínio.	SEAB, Agricultura, abastecimento, trator, carreta, espalhadeira, calcário, adubo, associação, agro, milk, São Jorge do Patrocínio, produtor, leite.
5483/2017	Requer envio de expediente ao ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, solicitando apoio aos produtores de leite do Estado do Paraná.	Ministério, agricultura, apoio, produtor, leite.
6241/2015	Uso do Plenário no dia 11 de novembro de 2015, para a realização da Audiência Pública de lançamento da Frente Parlamentar em Apoio à Cadeia Produtiva do Leite.	Plenarinho, audiência pública, frente, parlamentar, cadeia, produtiva, leite, 11 Novembro, 2015.
975/2015	Envio de expediente ao presidente da COPEL, solicitando a designação de um funcionário da Companhia para discutir sobre as constantes quedas de energia ocorridas em várias regiões do Estado, que vêm acarretar danos e atingindo diretamente os pequenos produtores rurais, principalmente os produtores de leite, fumicultores e avicultores.	Expediente, Copel, Companhia, elétrica, queda, energia, produtor, rural, fumicultor, avicultor, leite.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados da Assembleia Legislativa (2021)

APÊNDICE C - Decretos implantados pelo governo do Paraná voltados para a cadeia produtiva leiteira paranaense – 1990 a 2021

(continua)

Epígrafe	Súmula
Decreto 6956 - 1990	Dispõe sobre o diferimento do pagamento do ICMS nas operações internas entre produtores, relativas a gado bovino e bubalino.
Decreto 7536 - 1991	Regulamentação das operações pertinentes à circulação de gado bovino, bubalino, suíno, ovino, caprino, e produtos comerciais comestíveis resultantes do abate e de equinos puro-sangue de corrida, no que se refere ao ICMS.
Decreto 720 - 1991	Dispõe que as operações relativas às aquisições de equipamento e acessório ficam isentas do ICMS até 31/1991.
Decreto 1067 - 1992	Redução a base de cálculo do ICMS nas operações internas com as mercadorias adiante arroladas.
Decreto 2246 - 1993	Alterações introduzidas ao regulamento do ICMS aprovado pelo decreto 1.966, de 22/12/1992.
Decreto 2630 - 1993	Alteração introduzida no regulamento do ICMS aprovado pelo decreto nº 1.966 de 22/12/1992.
Decreto 2854 - 1993	Alteração do regulamento do ICMS aprovado pelo decreto nº 1966 de 22/12/1992.
Decreto 2944 - 1993	Alteração introduzida do regulamento do ICMS, pelo decreto nº 1.966 de 22/12/1992.
Decreto 3001 - 1994	Alterações introduzidas no regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 1.966, de 22/12/1992.
Decreto 1747 - 1996	Introduz alterações no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 1.511, de 29/12/1995.
Decreto 2792 - 1996	Regula a execução do que dispõe a Lei nº 11.504, de 06 de agosto de 1996, que trata da Defesa Sanitária Animal no Estado do Paraná e estabelece outras providências atinentes à Saúde Animal em geral.
Decreto 3433 - 1997	Criado, no âmbito da SEAB, a nível de direção superior, o Conselho Estadual de Sanidade Agropecuária - CONESA.
Decreto 3872 - 1997	Inclui no artigo 3º do Decreto nº 3.433, de 07/08/97, que criou o CONESA, o item XXVIII, com a seguinte redação.
Decreto 3869 - 2001	Base de cálculo do ICMS fica reduzida, opcionalmente ao regime normal de tributação, nas operações internas com os produtos da cesta básica.
Decreto 5084 - 2001	Introduz novas alterações no Regulamento ICMS, aprovado pelo Decreto nº 2.736, de 05/12/1996.
Decreto 5621 - 2002	Introduzindo alterações no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 5.141, de 12/12/2001.
Decreto 1279 -2003	Institui o Programa "Leite das Crianças – Diminuição da Desnutrição Infantil", e dá providências correlatas.
Decreto 4927 - 2005	Introduzindo alterações no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 5141 de 12/12/2001.
Decreto 6110 - 2006	Introduzindo alteração no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto n. 5.141, de 12 de dezembro de 2001.
Decreto 2668 - 2008	Dispõe sobre o Programa "Leite das Crianças", instituído pelo Decreto nº 1.279, de 14 de maio de 2003, passa a ser coordenado pela SEAB.
Decreto 3015 - 2008	Introduzidas alterações no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto n. 1.980, de 21 de dezembro de 2007.
Decreto 3732 - 2008	Introduzindo alterações no Regulamento do ICMS aprovado pelo Decreto 1980 de 21/12/2007.
Decreto 4078 - 2008	Introduzidas alterações no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 1.980, de 21 de dezembro de 2007.
Decreto 4703 - 2009	Institui o Programa "Leite do Paraná".
Decreto 5336 - 2009	Institui o Comitê Gestor Estadual do Programa de Aquisição de Alimentos/Compra Direta Local da Agricultura Familiar e nomeia seus Membros.

APÊNDICE C - Decretos implantados pelo governo do Paraná voltados para a cadeia produtiva leiteira paranaense – 1990 a 2021

(continuação)

Decreto 5595 - 2009	Difere o pagamento do ICMS devido em operações internas realizadas no âmbito de projetos de produção de biodiesel enquadrados no “Programa Paranaense de Bioenergia - PR - BIOENERGIA”.
Decreto 6273 - 2010	Introduz alterações no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 1.980 de 21 de dezembro de 2007.
Decreto 6855 - 2010	Introduz alterações no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 1.980, de 2007.
Decreto 8130 - 2010	Introduz alterações no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 1.980, de 2007.
Decreto 8149 - 2010	Introduz alterações no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 1.980, de 2007.
Decreto 8294 - 2010	Dispõe sobre o Programa Leite das Crianças.
Decreto 479 - 2011	Introduz alterações no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 1.980, de 2007.
Decreto 2609 - 2011	Introduzidas alterações no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto n. 1.980, de 21 de dezembro de 2007.
Decreto 3069 - 2011	Institui Grupo de Trabalho com a Finalidade de realizar estudo sobre a revisão da organização, objetos e funcionamento do Programa Leite da Crianças e do Programa Leite do Paraná, da SEPL, SEDS, SEAB, SESA, SEED e SEJU.
Decreto 3570 - 2011	Introduzidas alterações no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto n. 1.980, de 21 de dezembro de 2007.
Decreto 4675 - 2012	Dispõe sobre a compra e distribuição de leite aos internos em hospitais públicos do Estado, aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação e à população carcerária, em tratamento de saúde, e apoio à organização e qualificação do segmento agroindustrial do setor leiteiro do Estado do Paraná.
Decreto 5659 - 2012	Dispõe sobre o Programa Leite das Crianças, instituído pela Lei nº 16.385, de 25 de janeiro de 2010, alterada pela Lei nº 16.475, de 22 de abril de 2010.
Decreto 6796 - 2012	Altera e atualiza o Zoneamento Ecológico Econômico da Área de Proteção Ambiental denominada APA do Rio Verde.
Decreto 9409 - 2013	Introduz alteração 253ª do Regulamento do ICMS - SEFA.
Decreto 11384 - 2014	Abre crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, no valor de R\$ 80.010.446,00.
Decreto 12029 - 2014	Regulamenta a Lei nº 11.504, de 6 de agosto de 1996, que dispõe sobre os serviços e atividades de defesa sanitária animal no Estado do Paraná,
Decreto 12177 - 2014	Introduz alteração 433ª no Regulamento do ICMS aprovado pelo Decreto n. 6.080, de 28 de setembro de 2012.
Decreto 731 - 2015	Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS.
Decreto 804 - 2015	Alterações introduzidas no Regulamento do ICMS aprovado pelo Decreto n. 6.080, de 28 de setembro de 2012.
Decreto 1361 - 2015	Altera e acrescenta disposições do Anexo ao Dec. nº 6.883, de 27 de dezembro de 2012, que aprova o Regulamento da SEAB.
Decreto 2175 - 2015	Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS.
Decreto 3000 - 2015	Regulamenta o Programa Leite das Crianças, instituído pela Lei nº 16.385, de 25 de janeiro de 2010.

APÊNDICE C - Decretos implantados pelo governo do Paraná voltados para a cadeia produtiva leiteira paranaense – 1990 a 2021

(conclusão)

Decreto 3049 - 2015	Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS.
Decreto 3242 - 2015	Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS.
Decreto 3530 - 2016	Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS.
Decreto 4987 - 2016	Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS.
Decreto 5603 - 2016	Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS.
Decreto 5993 - 2017	Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS.
Decreto 6908 - 2017	Institui o Observatório de Políticas Públicas, objetivando dar atendimento ao Protocolo de Intenções celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e <i>The Harris School of Public Policy at the University of Chicago</i> .
Decreto 7022 - 2017	Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS.
Decreto 7225 - 2017	Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS.
Decreto 9114 - 2018	Introduz alteração no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS.
Decreto 2742 - 2019	Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – RICMS.
Decreto 4208 - 2020	Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS.
Decreto 6833 - 2021	Regulamenta a Lei nº 20.165, de 2 de abril de 2020, alterada pela Lei nº 20.357, de 20 de outubro de 2020, que autorizou a concessão de subvenção econômica no âmbito do Programa Paraná Mais Empregos, abrangendo o Banco do Empreendedor e o Banco do Agricultor.
Decreto 7872 - 2021	Regulamenta a Lei 20.435, de 18 de dezembro 2020, que institui o Programa Paraná Energia Rural Renovável e limitou o desconto especial de que trata a Lei 19.812, de 6 de fevereiro de 2019.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados da Casa Civil (2021)

ANEXO A – Produção de Laticínio Mundial nos principais países classificados das regiões mundiais – 2020

Brasil (continua)

Mercadoria	País	Classificação	Qtde(K.MT)	Região	Comp. de região	World Share	Mundo
Laticínios, Manteiga	BR	10º	81	América do Sul	68.64 %	71%	11,46
	IN	1ª	6,3	Sul da Ásia	100%	54.98 %	
Laticínios, Queijo	BR	4º	760	América do Sul	58.6 %	3.5 %	21,69
	U.E	1ª	10,45	União Europeia	100%	48.18 %	
Laticínios, Leite em Pó Seco	BR	4º	580	América do Sul	63.88 %	11.88 %	4,88
	NZ	1ª	1,535	Oceania	96.54 %	31.43 %	
Laticínios, leite líquido	BR	6º	26,97	América do Sul	69.97 %	4.14 %	651,82
	IN	1ª	199	Sul da Ásia	100%	30.53 %	
Laticínios, leite desnatado seco	BR	6º	155	América do Sul	71.76 %	3.13 %	4,96
	U.E	1ª	1,83	União Europeia	100%	36.9 %	

ANEXO A – Produção de Laticínio Mundial nos principais países classificados das regiões mundiais – 2020

Argentina

(continuação)

Mercadoria	País	Ordem	Qtde(K.MT)	Região	Comp. de região	World Share	Mundo
Laticínios, Manteiga	AR	14º	37	América do Sul	31.36 %	32 %	11,46
	IN	1ª	6,3	Sul da Ásia	100%	54.98 %	
Laticínios, Queijo	AR	5ª	537	América do Sul	41.4 %	2.48 %	21,69
	U.E	1ª	10,45	União Europeia	100%	48.18 %	
Laticínios, Leite em Pó Seco	AR	5ª	250	América do Sul	27.53 %	5.12 %	4,88
	NZ	1ª	1,535	Oceania	96.54 %	31.43 %	
Laticínios, leite líquido	AR	9º	11,575	América do Sul	30.03 %	1.78 %	651,82
	IN	1ª	199	Sul da Ásia	100%	30.53 %	
Laticínios, leite desnatado seco	AR	11º	49	América do Sul	22.69 %	99 %	4,96
	EUA	1ª	1,83	União Europeia	100%	36.9 %	
Laticínios, leite desnatado seco		4º	349	América do Norte	47.81 %	8.66 %	4,03
	U.E	1ª	988	União Europeia	100%	24.53 %	

ANEXO A – Produção de Laticínio Mundial nos principais países classificados das regiões mundiais – 2020

Canadá

(continuação)

Mercadoria	País	Ordem	Qtde(K.MT)	Região	Comp. de região	World Share	Mundo
Laticínios, Manteiga	CA	7º	122	América do Norte	9.03 %	1.06 %	11,46
	IN	1ª	6,3	Sul da Ásia	100%	54.98 %	
Laticínios, Queijo	CA	6º	515	América do Norte	7.16 %	2.37 %	21,69
	U.E	1ª	10,45	União Europeia	100%	48.18 %	
Laticínios, Leite em Pó Seco	CA	N / D	0	América do Norte	N / D	N / D	4,88
	NZ	1ª	1,535	Oceania	96.54 %	31.43 %	
Laticínios, leite líquido	CA	10º	9,98	América do Norte	7.94 %	1.53 %	651,82
	IN	1ª	199	Sul da Ásia	100%	30.53 %	
Laticínios, leite desnatado seco	CA	10º	80	América do Norte	6.25 %	1.61 %	4,96
	U.E	1ª	1,83	União Europeia	100%	36.9 %	

ANEXO A – Produção de Laticínio Mundial nos principais países classificados das regiões mundiais – 2020

México

(continuação)

Mercadoria	País	Ordem	Qtde(K.MT)	Região	Comp. de região	World Share	Mundo
Laticínios, Manteiga	MX	6º	237	América do Norte	17.54 %	2.07 %	11,46
	IN	1ª	6,3	Sul da Ásia	100%	54.98 %	
Laticínios, Queijo	MX	7º	460	América do Norte	6.4 %	2.12 %	21,69
	U.E	1ª	10,45	União Europeia	100%	48.18 %	
Laticínios, Leite em Pó Seco	MX	6º	125	América do Norte	63.13 %	2.56 %	4,88
	NZ	1ª	1,535	Oceania	96.54 %	31.43 %	
Laticínios, leite líquido	MX	8º	13,07	América do Norte	10.4 %	2.01 %	651,82
	IN	1ª	199	Sul da Ásia	100%	30.53 %	
Laticínios, leite desnatado seco	MX	12º	44	América do Norte	3.44 %	89 %	4,96
	U.E	1ª	1,83	União Europeia	100%	36.9 %	

ANEXO A – Produção de Laticínio Mundial nos principais países classificados das regiões mundiais – 2020

União Europeia

(continuação)

Mercadoria	País	Ordem	Qtde(K.MT)	Região	Comp. de região	World Share	Mundo
Laticínios, Manteiga	U.E	2 ^a	2,45	União Europeia	100%	21.38 %	11,46
	IN	1 ^a	6,3	Sul da Ásia	100%	54.98 %	
Laticínios, Queijo	U.E	1 ^a	10,45	União Europeia	100%	48.18 %	21,69
	EUA	2 ^a	6,218	América do Norte	86.45 %	28.67 %	
Laticínios, Leite em Pó Seco	U.E	3 ^a	770	União Europeia	100%	15.77 %	4,88
	NZ	1 ^a	1,535	Oceania	96.54 %	31.43 %	
Laticínios, leite líquido	U.E	2 ^a	162,82	União Europeia	100%	24.98 %	651,82
	IN	1 ^a	199	Sul da Ásia	100%	30.53 %	
Laticínios, leite desnatado seco	U.E	1 ^a	1,83	União Europeia	100%	36.9 %	4,96
	EUA	2 ^a	1,156	América do Norte	90.31 %	23.31 %	

ANEXO A – Produção de Laticínio Mundial nos principais países classificados das regiões mundiais – 2020

Antiga União Soviética

(continuação)

Mercadoria	País	Ordem	Qtde(K.MT)	Região	Comp. de região	World Share	Mundo
Laticínios, Manteiga	RSSB	9º	105	Antiga União Soviética	22.73 %	.92 %	11,46
	IN	1ª	6,3	Sul da Ásia	100%	54.98 %	
Laticínios, Queijo	RSSB	10º	360	Antiga União Soviética	22.57 %	1.66 %	21,69
	U.E	1ª	10,45	União Europeia	100%	48.18 %	
Laticínios, Leite em Pó Seco	RSSB	12º	52	Antiga União Soviética	40.94 %	1.06 %	4,88
	NZ	1ª	1,535	Oceania	96.54 %	31.43 %	
Laticínios, leite líquido	RSSB	13º	7,93	Antiga União Soviética	16.35 %	1.22 %	651,82
	IN	1ª	199	sul da Ásia	100%	30.53 %	
Laticínios, leite desnatado seco	RSSB	8º	126	Antiga União Soviética	50.81 %	2.54 %	4,96
	U.E	1ª	1,83	União Europeia	100%	36.9 %	

ANEXO A – Produção de Laticínio Mundial nos principais países classificados das regiões mundiais – 2020

Rússia

(continuação)

Mercadoria	País	Ordem	Qtde(K.MT)	Região	Comp. de região	World Share	Mundo
Laticínios, Manteiga	RU	5 ^a	280	Antiga União So- viética	60.61 %	2.44 %	11,46
	IN	1 ^a	6,3	Sul da Ásia	100%	54.98 %	
Laticínios, Queijo	RU	3 ^a	1,06	Antiga União So- viética	66.46 %	4.89 %	21,69
	U.E	1 ^a	10,45	União Europeia	100%	48.18 %	
Laticínios, Leite em Pó Seco	RU	10 ^o	65	Antiga União So- viética	51.18 %	1.33 %	4,88
	N.Z	1 ^a	1,535	Oceania	96.54 %	31.43 %	
Laticínios, leite líquido	RU	5 ^a	31,8	Antiga União So- viética	65.55 %	4.88 %	651,82
	IN	1 ^a	199	sul da Ásia	100%	30.53 %	
Laticínios, leite desnatado seco	RU	9 ^o	92	Antiga União So- viética	37.1 %	1.85 %	4,96
	U.E	1 ^a	1,83	União Europeia	100%	36.9 %	

ANEXO A – Produção de Laticínio Mundial nos principais países classificados das regiões mundiais – 2020

Índia (continuação)

Mercadoria	País	Ordem	Qtde(K.MT)	Região	Comp. de região	World Share	Mundo
Laticínios, Manteiga	IN	1ª	6,3	Sul da Ásia	100%	54.98 %	11,46
	U.E	2ª	2,45	União Europeia	100%	21.38 %	
Laticínios, Queijo	IN	N / D	0	Sul da Ásia	N / D	N / D	21,69
	U.E	1ª	10,45	União Europeia	100%	48.18 %	
Laticínios, Leite em Pó Seco	IN	N / D	0	Sul da Ásia	N / D	N / D	4,88
	NZ	1ª	1,535	Oceania	96.54 %	31.43 %	
Laticínios, leite líquido	IN	1ª	199	Sul da Ásia	100%	30.53 %	651,82
	U.E	2ª	162,82	União Europeia	100%	24.98 %	
Laticínios, leite desnatado seco	IN	3ª	680	Sul da Ásia	100%	13.71 %	4,96
	U.E	1ª	1,83	União Europeia	100%	36.9 %	

ANEXO A – Produção de Laticínio Mundial nos principais países classificados das regiões mundiais – 2020

(continuação)

Mercadoria	País	Ordem	Qtde(K.MT)	Região	Comp. de região	World Share	Mundo
Laticínios, Manteiga	AU	11°	80	Oceania	13.33 %	7 %	11,46
	IN	1ª	6,3	Sul da Ásia	100%	54.98 %	
Laticínios, Queijo	AU	8°	395	Oceania	51.97 %	1.82 %	21,69
	U.E	1ª	10,45	União Europeia	100%	48.18 %	
Laticínios, Leite em Pó Seco	AU	11°	55	Oceania	3.46 %	1.13 %	4,88
	NZ	1ª	1,535	Oceania	96.54 %	31.43 %	
Laticínios, leite líquido	NZ	11°	9,4	Oceania	29.75 %	1.44 %	651,82
	IN	1ª	199	Sul da Ásia	100%	30.53 %	
Laticínios, leite desnatado seco	AU	5ª	155	Oceania	28.7 %	3.13 %	4,96
	U.E	1ª	1,83	União Europeia	100%	36.9 %	

ANEXO A – Produção de Laticínio Mundial nos principais países classificados das regiões mundiais – 2020

Nova Zelândia

(continuação)

Mercadoria	País	Ordem	Qtde(K.MT)	Região	Comp. de região	World Share	Mundo
Laticínios, Manteiga	NZ	4º	520	Oceania	86.67 %	4.54 %	11,46
	IN	1ª	6,3	Sul da Ásia	100%	54.98 %	
Laticínios, Queijo	NZ	9º	365	Oceania	48.03 %	1.68 %	21,69
	U.E	1ª	10,45	União Europeia	100%	48.18 %	
Laticínios, Leite em Pó Seco	NZ	1ª	1,535	Oceania	96.54 %	31.43 %	4,88
	CN	2ª	1,2	Ásia leste	100%	24.57 %	
Laticínios, leite líquido	NZ	7º	22,2	Oceania	70.25 %	3.41 %	651,82
	IN	1ª	199	Sul da Ásia	100%	30.53 %	
Laticínios, leite desnatado seco	NZ	4º	385	Oceania	71.3 %	7.76 %	4,96
	U.E	1ª	1,83	União Europeia	100%	36.9 %	

ANEXO A – Produção de Laticínio Mundial nos principais países classificados das regiões mundiais – 2020

(conclusão)

China

Mercadoria	País	Ordem	Qtde(K.MT)	Região	Comp. de região	World Share	Mundo
Laticínios, Manteiga	CN	8º	111	Ásia leste	62.71 %	97%	11,46
	IN	1ª	6,3	Sul da Ásia	100%	54.98 %	
Laticínios, Queijo	CN	11º	300	Ásia leste	76.73 %	1.38 %	21,69
	U.E	1ª	10,45	União Europeia	100%	48.18 %	
Laticínios, Leite em Pó Seco	CN	2ª	1,2	Ásia leste	100%	24.57 %	4,88
	NZ	1ª	1,535	Oceania	96.54 %	31.43 %	
Laticínios, leite líquido	CN	4º	35,7	Ásia leste	78.25 %	5.48 %	651,82
	IN	1ª	199	sul da Ásia	100%	30.53 %	
Laticínios, leite desnatado seco	CN	14º	22	Ásia leste	13.25 %	44%	4,96
	U.E	1ª	1,83	União Europeia	100%	36.9 %	

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados da FAS USDA (20 de julho de 2020), com projeção para 20 de dezembro de 2021 < <https://apps.fas.usda.gov/psdonline/app/index.html#/app/home/statsByCountry> >

ANEXO B – Trade in Value Added (TiVA) - List of industries - 2018

TiVA_Industry_code	LabelE	LabelF	ISIC Rev.4
DTOTAL	TOTAL	TOTAL	
D01T03	Agriculture, forestry and fishing	Agriculture, sylviculture et pêche	From 01 to 03
D05T09	Mining and quarrying	Industries extractives	From 05 to 09
D05T06	Mining and extraction of energy producing products	Extraction de matériaux énergétiques	05, 06
D07T08	Mining and quarrying of non-energy producing products	Extraction de matériaux non énergétiques	07, 08
D09	Mining support service activities	Services de soutien aux industries extractives	09
D10T33	Manufacturing	Industries de fabrication	From 10 to 33
D10T12	Food products, beverages and tobacco	Produits alimentaires, boissons et tabac	10, 11, 12
D13T15	Textiles, wearing apparel, leather and related products	Textiles, articles d'habillement, cuir et articles connexes	13, 14, 15
D16T18	Wood and paper products; printing	Industrie du bois, du papier et imprimerie	From 16 to 18
D16	Wood and products of wood and cork	Production de bois, fabrication d'articles en bois et en liège	16
D17T18	Paper products and printing	Industrie du papier, du carton et imprimerie	17, 18
D19T23	Chemicals and non-metallic mineral products	Produits chimiques et produits minéraux non métalliques	From 19 to 23
D19	Coke and refined petroleum products	Cokéfaction et raffinage	19
D20T21	Chemicals and pharmaceutical products	Produits chimiques et pharmaceutiques	20, 21
D22	Rubber and plastic products	Produits en caoutchouc et matières plastiques	22
D23	Other non-metallic mineral products	Autres produits minéraux non métalliques	23
D24T25	Basic metals and fabricated metal products	Métaux de base et fabrication d'ouvrages en métaux	From 24 to 25
D24	Basic metals	Métallurgie	24
D25	Fabricated metal products	Fabrication d'ouvrages en métaux	25
D26T27	Computers, electronic and electrical equipment	Ordinateurs, appareils électroniques et électriques	From 26 to 27
D26	Computer, electronic and optical products	Produits informatiques, appareils électroniques et optiques	26
D27	Electrical equipment	Équipements électriques	27
D28	Machinery and equipment, nec	Machines et matériel d'équipement, nca	28
D29T30	Transport equipment	Matériels de transport	From 29 to 30
D29	Motor vehicles, trailers and semi-trailers	Véhicules automobiles, remorques et semi-remorques	29
D30	Other transport equipment	Autres matériels de transport	30
D31T33	Other manufacturing; repair and installation of machinery and equipment	Autres activités de fabrication; réparation et installation de machines et équipement	31, 32, 33
D35T39	Electricity, gas, water supply, sewerage, waste and remediation services	Électricité, gaz, eau et traitement des déchets	35,36, 37, 38, 39
D41T43	Construction	Construction	41, 42, 43
D45T82	Total business sector services	Total des services aux entreprises	From 45 to 82
D45T56	Distributive trade, transport, accommodation and food services	Commerce, transports, hébergement et restauration	From 45 to 56
D45T47	Wholesale and retail trade; repair of motor vehicles	Commerce de gros et de détail; réparation de véhicules	45, 46, 47
D49T53	Transportation and storage	Transports et entreposage	49, 50, 51, 52, 53
D55T56	Accommodation and food services	Hébergement et restauration	55, 56
D58T63	Information and communication	Information et communication	From 58 to 63
D58T60	Publishing, audiovisual and broadcasting activities	Édition, audiovisuel et diffusion	58, 59, 60
D61	Telecommunications	Télécommunications	61
D62T63	IT and other information services	Activités informatiques et services d'information	62, 63
D64T66	Financial and insurance activities	Activités financières et d'assurance	64, 65, 66
D68	Real estate activities	Activités immobilières	68
D69T82	Other business sector services	Autres activités du secteur des entreprises	From 69 to 75, 77, from 78 to 82
D84T98	Public admin, education and health; social and personal services	Administration publique, enseignement et santé ; services sociaux et personnels	From 84 to 98
D84T88	Public admin, defence; education and health	Administration publique, défense ; enseignement et santé	From 84 to 88
D84	Public admin. and defence; compulsory social security	Administration publique et défense; sécurité sociale obligatoire	84
D85	Education	Enseignement	85
D86T88	Human health and social work	Santé humaine et action sociale	86, 87, 88
D90T98	Other social and personal services	Autres activités de services sociaux et personnels	From 90 to 98
D90T96	Arts, entertainment, recreation and other service activities	Arts, spectacles, récréation et autres activités de services	90, 91, 92, 93,94,95, 96
D97T98	Private households with employed persons	Activités des ménages privés employant du personnel domestique	97, 98
D05T39	Industry (mining, manufactures and utilities)	Industries (extraction, fabrication, électricité, gaz et eau)	From 05 to 39
D45T98	Total services	Total des services	From 45 to 98
D58T82	Information, finance, real estate and other business services	Information, finances, immobilier et autres services aux entreprises	From 58 to 82
D41T98	Total services (incl. construction)	Total des services (y compris la construction)	From 41 to 98
DINFO	Information industries	Industries de l'information	26, from 58 to 60,61, 62, 63

Fonte: OCDE, 2018.